

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	20
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	21
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	22
1.10 Informações de sociedade de economia mista	26
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	27
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	28
1.13 Acordos de acionistas	29
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	30
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	31
1.16 Outras informações relevantes	32
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	33
2.2 Resultados operacional e financeiro	41
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	43
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	51
2.5 Medições não contábeis	53
2.6 Eventos subsequentes as DFs	55
2.7 Destinação de resultados	56
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	58
2.10 Planos de negócios	59
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	61
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	62
3.2 Acompanhamento das projeções	63

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	64
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	75
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	76
4.4 Processos não sigilosos relevantes	78
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	89
4.6 Processos sigilosos relevantes	90
4.7 Outras contingências relevantes	91
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	92
5.2 Descrição dos controles internos	95
5.3 Programa de integridade	98
5.4 Alterações significativas	102
5.5 Outras informações relevantes	103
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	104
6.3 Distribuição de capital	124
6.4 Participação em sociedades	125
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	127
6.6 Outras informações relevantes	128
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	129
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	132
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	133
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	135
7.4 Composição dos comitês	
7.5 Relações familiares	155
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	156
7.7 Acordos/seguros de administradores	174
7.8 Outras informações relevantes	175
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	178

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	183
8.3 Remuneração variável	187
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	189
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	192
8.6 Outorga de opções de compra de ações	193
8.7 Opções em aberto	194
8.8 Opções exercidas e ações entregues	195
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	196
8.10 Outorga de ações	197
8.11 Ações entregues	198
8.12 Precificação das ações/opções	199
8.13 Participações deudas por órgão	201
8.14 Planos de previdência	202
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	203
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	204
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	205
8.18 Remuneração - Outras funções	206
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	207
8.20 Outras informações relevantes	208
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	209
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	210
9.4 Outras informações relevantes	211
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	212
10.1 Descrição dos recursos humanos	213
10.2 Alterações relevantes	214
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	215
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	217
10.5 Outras informações relevantes	218
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	219

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	221
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	232
11.3 Outras informações relevantes	233
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	234
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	235
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	236
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	237
12.5 Mercados de negociação no Brasil	238
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	239
12.7 Títulos emitidos no exterior	240
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	241
12.9 Outras informações relevantes	242
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	243
13.1 Declaração do diretor presidente	244
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	250
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	

1.1 Histórico do emissor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Odontoprev foi fundada em 1987 por profissionais de odontologia que identificaram a demanda de clientes corporativos por planos odontológicos com elevado grau de profissionalização, qualidade e tecnologia.

Em agosto de 1998, fundos de *Private Equity* adquiriram o controle da Odontoprev. A entrada de novos investidores contribuiu significativamente para o posicionamento estratégico da Companhia como consolidadora e líder do setor, bem como para o desenvolvimento de práticas de governança corporativa inovadoras para o setor de saúde no Brasil.

Em 1999, a Companhia adquiriu a Unidont, passando a atender 224.316 associados. No ano 2000, a Unidont foi incorporada e a Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. ("Clidec"), adquirida, de modo que, naquele ano, a Companhia passou a atender cerca de 446.750 associados.

Em 1º de dezembro de 2006, a Odontoprev completou sua oferta pública inicial ("IPO") captando R\$171.411 líquidos de despesas de colocação desembolsadas. O IPO resultou na venda de 6.650.000 novas ações, mediante oferta pública primária de 5.782.609 ações e lote suplementar de 867.391 ações. No contexto, houve também oferta pública secundária de 10.429.540 ações e 1.564.433 ações como parte adicional do lote suplementar, ambas de titularidade dos acionistas vendedores. No total, 18.643.973 ações foram vendidas ao preço unitário de R\$28,00, perfazendo o total geral de R\$ 522.031, resultando no controle pulverizado da Odontoprev com 84,2% de suas ações em circulação no mercado.

Em 09 de fevereiro de 2007, foi concluída a aquisição da DentalCorp, sociedade com foco comercial em pequenas e médias empresas, pelo valor de R\$25.244. Em 03 de março de 2008, a DentalCorp foi incorporada.

Em 04 de abril de 2007, foi realizado leilão de 2.741.312 ações, que marcou a saída dos acionistas de *Private Equity*.

Em 08 de outubro de 2007, foi concluída a aquisição da Rede Dental, pelo valor de R\$7.584.

Em 18 de fevereiro de 2008, o grupo Care Plus, um dos líderes em planos médicos no segmento premium, e a Odontoprev anunciaram aliança estratégica no setor de saúde bucal. O acordo entre as operadoras teve início com a aquisição, direta e indireta, de 100% da Care Plus (Care Plus Dental Ltda., Biodent Assistência Odontológica S.A. e S.R.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.). A aquisição foi concluída em 26 de junho de 2008, pelo valor total de R\$29.670. Em 1º de dezembro de 2008, a Care Plus foi incorporada pela Companhia.

Em 08 de julho de 2008, a Odontoprev Serviços, subsidiária da Odontoprev, adquiriu 51% das cotas da Easy Software, empresa líder no segmento de sistemas de gestão para consultórios, clínicas e operadoras odontológicas, por R\$3.100.

Em 31 de outubro de 2008, foi concluída a aquisição da Sepao Assistência Odontológica Empresarial Ltda. Em 1º de dezembro de 2009, a Sepao foi incorporada pela Companhia.

Em 08 de janeiro de 2009, foi concluída a aquisição da Prontodente Odontologia Integral Ltda., pelo valor de R\$5.995. Em 1º de dezembro de 2009, a Prontodente foi incorporada pela Companhia.

Em 09 de março de 2009, foi realizada a compra das operadoras OdontoServ Ltda. e ADCON Administradora de Convênios Odontológicos Ltda. pelo valor total de R\$30.894. Em 1º de dezembro de 2009, a OdontoServ foi incorporada pela Companhia.

Em 14 de novembro de 2008, foi constituída a Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., controlada pela Clidec, a qual iniciou suas operações em junho de 2009.

Em 18 de outubro de 2009, a Companhia firmou acordo de associação com a Bradesco Dental S.A (Bradesco Dental), com o objetivo de integração das atividades das duas empresas, uma vez que os modelos de negócios eram complementares e que juntas estariam mais bem posicionadas para competir no ramo das operadoras de planos

1.1 Histórico do emissor

privados de assistência odontológica. Naquela data, conforme fato relevante, ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda. (ZNT), fundos geridos por Dynamo, Investidor Profissional, M Square, Águas Claras e Administradores da Odontoprev, titulares, em conjunto, de aproximadamente 40% do capital social da Companhia (60% restante encontrava-se pulverizado no mercado), assumiram o compromisso de votar na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) favoravelmente a Associação.

Após aprovações da ANS e da AGE de 23 de dezembro de 2009, a OdontoPrev comprou as ações de emissão da Bradesco Dental, passando a ser uma subsidiária integral da Companhia. Em AGE de 1º de julho de 2010 foi aprovada a incorporação societária da Bradesco Dental pela OdontoPrev. Em 17 de abril de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a associação por unanimidade e sem restrições.

Em 19 de agosto de 2010, a Odontoprev firmou Memorando de Entendimentos com BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), Bradesco Seguros S.A. (Bradesco) e ZNT com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização de produtos do ramo odontológico. Em 16 de novembro de 2010, a Odontoprev firmou contrato provisório de operação de plano odontológico com o Banco do Brasil, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, para o início da prestação de serviços a funcionários e dependentes a partir de 19 de novembro de 2010.

Em 28 de setembro de 2012, por intermédio de sua controlada Clidec, a Companhia celebrou contrato de compra da rede de Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz), em parceria com o Grupo Fleury. A aquisição foi concluída em 31 de janeiro de 2013, após a aprovação pelo CADE. Nos termos do Contrato, o Fleury adquiriu 51% do capital social do Grupo Papaiz, e a Clidec, passou a controlar a empresa detentora dos 49% restantes, além de abrigar alguns dos vendedores e executivos do Grupo Papaiz.

Em 11 de junho de 2013, a Odontoprev assinou com BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os Canais BB no território nacional, pelo prazo de 20 anos, prorrogável por iguais períodos. O Acordo previa que o capital social inicial da Brasildental seria de R\$ 5 milhões, distribuídos em 100 mil ações ordinárias (“ON”) e 100 mil ações preferenciais (“PN”), com a seguinte estrutura societária: (i) a BB Seguros como detentora de 49,99% das ações ON e de 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total, e (ii) a Odontoprev como detentora de 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total. Em 05 de agosto de 2013, o Plenário do CADE aprovou o Acordo, sem restrições. Em 12 de março de 2014, houve a constituição da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (“Brasildental”) e eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em Assembleia Geral. Em seguida, os Diretores da Brasildental foram eleitos pelo Conselho de Administração. Em 25 de agosto de 2014, foram cumpridas todas as condições precedentes constantes no Acordo de Associação e Outras Avenças, tendo início as atividades empresariais nesta data.

Em 02 de janeiro de 2014, foi concluída reorganização societária da Companhia, conforme divulgada no Fato Relevante do dia 14 de outubro de 2013. Randal Luiz Zanetti passou a deter participação direta no capital social da Companhia de aproximadamente 1% e a Bradesco Saúde S.A. passou a deter participação indireta no capital social total da Companhia equivalente a 50,01%. Em adição, Mauro Figueiredo foi eleito Diretor Presidente da Companhia.

Em AGO realizada em 01 de abril de 2014, Randal Zanetti foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Na mesma data, em AGE realizada em 1º de abril de 2014, foi aprovada a incorporação da ADCON Administradora de Convênios Odontológicos Ltda..

Em 30 de dezembro de 2014, a Odontoprev foi informada pelo Bradesco Saúde S.A. sobre a incorporação das suas subsidiárias, Santa Rita de Cássia Empreendimentos, Comércio e Participações S.A., acionista indireta da Companhia, e ZNT, acionista direta da Companhia. O capital social de tais subsidiárias era integralmente detido

1.1 Histórico do emissor

pelo Bradesco Saúde. Em decorrência disso, a Odontoprev divulgou que a Bradesco Saúde passou a ser detentora, em razão da incorporação de suas subsidiárias, de participação direta na Odontoprev correspondente a 265.648.397 ações ordinárias representativas de 50,01% do capital social total da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2015, a Odontoprev através de Comunicado ao Mercado, informou aos acionistas que a Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. realizou o lançamento de seu plano odontológico individual em todo território nacional.

Em 27 de abril de 2016, a Odontoprev, através de Fato Relevante, informou a renúncia de Mauro Silvério Figueiredo, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, sendo eleito para o referido cargo Rodrigo Bacellar Wuerkert. As alterações passaram a ter eficácia em 1º de junho de 2016.

Em 1º de setembro de 2017, foi lançada uma plataforma de e-commerce (<https://odontoprevonline.com.br>), totalmente voltada para o segmento individual. O portal fornece informações detalhadas sobre os diversos planos oferecidos pela Companhia, com navegabilidade e interatividade, além de dar ao beneficiário a possibilidade de customização do benefício de acordo com suas necessidades.

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia anunciou a aquisição de 100% do capital social da Odonto System Planos Odontológicos Ltda. ("Odonto System"), com sede em Fortaleza/Ceará, sendo aprovada e divulgada em Fato Relevante, em agosto de 2018, pelo valor de 9 vezes o EBITDA ajustado do exercício de 2017 da Odonto System, bem como, quantias variáveis em 2019 e 2020, que dependeram do atingimento de metas do EBITDA ajustado da Odonto System. Em AGE realizada em 02 de janeiro de 2019, a Odonto System foi incorporada pela Companhia.

-

Em 25 de março de 2020, em decorrência do distanciamento social provocado pelo avanço do coronavírus (COVID-19), a Companhia lançou o Dentista Online, uma solução de teleorientação odontológica em que o beneficiário pode tirar dúvidas e receber orientações com um dentista especializado.

Em 22 de dezembro de 2020, a Odontoprev anunciou aquisição de 100% da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. ("Mogidonto"), e a aquisição, por meio de sua controlada Clídec, de 100% da Boutique Dental Ltda., ambas com sede em São Paulo/SP. O preço da Transação teve parcela à vista, de R\$ 18,5 milhões, acrescido de potenciais parcelas variáveis complementares por atingimento de metas futuras, após 12 e 24 meses contados da Data do Fechamento.

A Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda foi incorporada pela Companhia em 04 de janeiro de 2021, após ser aprovada em AGE nesta mesma data.

A Mogidonto foi incorporada pela Companhia em 03 de janeiro de 2022, aprovada em AGE nesta mesma data.

Em 16 de agosto de 2022, a Odontoprev exerceu direito de conversão de mútuo em participação societária de 10% da MaChiron Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("MaChiron"), nos termos do Instrumento Particular de Mútuo Conversível e Outras Avenças celebrado em 05 de fevereiro de 2020 e realizou aporte elevando a participação societária da Odontoprev Serviços a 20% da MaChiron.

Em 03 de outubro de 2022, foi concluída a compra das ações remanescentes de sua controlada direta, Odontored Seguros Dentales, S.A. de C.V., e da sua controlada indireta, OPREV Administradora, S.A. DE C.V.. Em decorrência da transação, a Odontoprev e suas controladas passaram a ser titulares da totalidade das ações de emissão das sociedades.

Em 08 de dezembro de 2022, por meio de sua controlada Clídec Participações S.A., a Odontoprev anunciou a compra de ações remanescentes representativas de 51% do capital social da Papaiz, detidas até então pelo Grupo Fleury, pelo valor de R\$19.181. A aquisição foi concluída em 01 de fevereiro de 2023, após aprovação do CADE, sem qualquer restrição.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev) tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código “ODPV3” e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado.

A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme quadro a seguir:

	31 de março de 2023				Participação no capital social (%)			
	Controladas			Controle Conjunto	31 de dezembro de 2022			Controle Conjunto
	Direta	Indireta	Coligada		Direta	Indireta	Coligada	
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) ¹	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner) ²	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	18,1	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	100,0	-	-	-	90,6	-	-
Machron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (Machron) ³	-	-	20,0	-	-	-	20,0	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:								
BrasilDental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (BrasilDental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papatz (Papatz) ⁴	100,0	-	-	-	-	-	-	49,0
Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ⁵	-	100,0	-	-	-	-	-	-
EMPRESAS NO MÉDICO:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Opnev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Opnev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-

¹Em 06 de setembro de 2022, passou a ser sociedade unipessoal tendo como sua controladora a Odontoprev.

²Em 24 de maio de 2022, passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora a controlada Clidec.

³Coligada indireta adquirida pela Odontoprev Serviços em 16 de agosto de 2022.

⁴Controlada adquirida pela Clidec Participações em 01 de fevereiro de 2022.

⁵Controlada indireta adquirida pela Papatz em 18 de março de 2022.

Clidec Ltda: constituída em 02 de julho de 1970, o escopo de suas atividades concentra-se na prestação de serviços clínicos odontológicos.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999, o escopo de suas atividades concentra-se na prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy: constituída em 03 de novembro de 1993. Controlada pela Odontoprev Serviços, o escopo de suas atividades concentra-se o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008. Controlada da Clidec Ltda, o escopo de suas atividades concentra-se no comércio atacadista e varejista de produtos, equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como a prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; (ii) administração em

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

geral de bens e negócios; (iii) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos ou bens; e (iv) armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

SF 210: constituída em 29 de outubro de 2020, o escopo de suas atividades concentra-se na participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto à G2D foi convertida nesta empresa, mantendo-se como Coligada.

Clidec Participações: constituída em 11 de junho de 2012. Controlada pela Clidec Ltda, o escopo de suas atividades concentra-se na participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014. Controlada em conjunto com a BB Seguros Participações S.A., o escopo de suas atividades concentra-se na operação de planos privados de assistência odontológica e na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Boutique Dental: constituída em 21 de outubro de 2011. Controlada da Clidec Ltda, o escopo de suas atividades concentra-se na prestação de serviços odontológicos e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

Grupo Papaiz: constituído em 03 de janeiro de 1990. Controlada da Clidec Participações, o escopo de suas atividades concentra-se na prestação de soluções de diagnósticos odontológicos por imagem.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009. Localizada no México, o escopo de suas atividades concentra-se no desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013. Em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) autorizou a Odontored a operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Em 03 de outubro de 2022, foi concluída a compra das ações remanescentes da controlada direta, Odontored Seguros Dentales, S.A. de CV ("Odontored") e da sua controlada indireta, Oprev Administradora, S.A. de CV ("Oprev"), nos termos da opção de venda de ações exercida por sócios minoritários em março de 2020, cujo valor já se encontrava provisionado nas demonstrações financeiras. Em decorrência da transação, a Odontoprev e suas controladas passaram a ser titulares da totalidade das ações de emissão de ambas as controladas localizadas no México.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019. Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México, o escopo de suas atividades concentra-se na prestação de serviços especializados relacionados à acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Mogidonto: constituída em 24 de junho de 1976 e incorporada pela Odontoprev em 03 de janeiro de 2022, o escopo de suas atividades concentra-se na operação, gestão, administração e comercialização de planos de saúde privados de assistência odontológica próprios ou de terceiros.

MaChiron: fundada em 24 de janeiro de 2018. Controlada da Odontoprev Serviços, o escopo de suas atividades concentra-se na integração de tecnologias por meio de aplicação de inteligência artificial e *machine learning* para o desenvolvimento de soluções inovadoras no campo da Odontologia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas Controladas com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, aprovados pela Diretoria.

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (i) planos coletivos pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita*;
- (ii) planos coletivos pós-pagos: o cliente assume integralmente o risco atuarial do contrato, arcando com o custo dos serviços prestados. Os serviços administrativos, de suporte e de gestão de saúde são basicamente os mesmos prestados nos nossos produtos pré-pagos. Nesse modelo, a Odontoprev recebe uma taxa fixa mensal *per capita* pelos serviços de gestão, bem como reembolso do custo dos serviços odontológicos prestados no mês de referência;
- (iii) planos individuais pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita*;
- (iv) outros: inclui diversos segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo:
 - atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec e Boutique Dental);
 - serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev);
 - aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada e demais (Dental Partner);
 - desenvolvimento de programas de computação (Easy);
 - seguros (Odontored);
 - Aplicação de inteligência artificial e machine learning em processos de auditoria clínica e TI (MaChiron); e
 - Diagnósticos odontológicos por imagem (Papaiz).

Os segmentos de negócios da Companhia apresentados nos itens (i), (ii) e (iii) podem também ser agrupados da seguinte forma:

- a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
- b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
- c) Individuais: planos mensais e anuais comercializados à pessoas físicas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A seguir, destacamos a receita por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas:

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A seguir, destacamos a margem de contribuição por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas:

Margem de contribuição por segmento operacional - Consolidado									
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Contraprestações líquidas/prêmios recebidos	1.109.321	1.070.084	462.811	351.898	455.369	476.629	-	-	1.967.497
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(41.014)	(40.771)	(21.891)	(18.077)	(27.928)	(23.979)	-	(90.833)	(82.827)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	21.892	16.406	16.406
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(14.813)	(14.247)	(14.247)
Seguros*	-	-	-	-	-	-	18.679	18.679	24.507
RECEITA DE VENDAS	1.068.307	1.029.313	380.980	333.809	427.377	452.646	26.768	26.666	1.902.422
Custo de serviços*	(519.387)	(478.292)	(99.301)	(95.297)	(104.063)	(144.582)	(7.330)	(6.143)	(724.314)
RESULTADO OPERACIONAL	548.920	551.021	281.679	238.512	323.314	308.064	18.428	20.523	1.178.108
Despesas de comercialização	(75.533)	(64.642)	(49.949)	(42.478)	(87.107)	(83.450)	(503)	(517)	(191.096)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	473.387	486.379	232.730	196.034	236.207	224.605	17.925	20.006	987.012
Receita de vendas (%)	86,2	85,9	20,0	18,1	22,5	24,6	1,4	1,4	100,0
Margem x receita de vendas (%)	44,3	47,3	61,1	58,7	55,3	49,6	65,6	75,0	50,3
Distribuição margem x total segmento (%)	49,3	51,5	24,2	21,1	24,6	24,2	1,9	2,2	100,0

*Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PCONA) e reservas técnicas de sinistros (nota 21).

*Refere-se a receita de seguros da Controlada Odontored.

Margem de contribuição por segmento operacional - Consolidado									
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Contraprestações líquidas/prêmios recebidos	1.070.084	1.053.200	351.898	321.389	476.629	466.589	-	-	1.868.596
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(40.771)	(44.183)	(18.077)	(16.002)	(23.979)	(22.650)	-	-	(82.827)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	16.406	13.445	13.445
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(14.247)	(12.721)	(12.721)
Seguros	-	-	-	-	-	-	24.507	18.807	24.507
RECEITA DE VENDAS	1.029.313	1.009.087	333.809	304.784	452.646	433.936	26.666	17.531	1.842.434
Custo de serviços*	(478.292)	(425.002)	(95.297)	(88.655)	(144.582)	(200.917)	(8.143)	(4.246)	(716.820)
RESULTADO OPERACIONAL	551.021	584.085	238.512	216.129	308.064	233.019	20.523	13.285	1.125.614
Despesas de comercialização	(64.642)	(65.747)	(42.478)	(39.315)	(83.450)	(88.108)	(517)	(510)	(193.787)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	486.379	518.338	196.034	176.814	224.605	144.913	20.006	12.666	931.827
Receita de vendas (%)	55,9	57,2	18,1	17,3	24,6	24,6	1,4	1,0	100,0
Margem x receita de vendas (%)	47,3	51,4	58,7	58,7	49,6	33,4	75,0	72,2	48,4
Distribuição margem x total segmento (%)	52,5	60,6	21,1	20,9	24,2	17,0	2,2	1,5	100,0

*Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PCONA) e reservas técnicas de sinistros (nota 21).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) características do processo de produção:

Em 31 de dezembro de 2022, nossa rede credenciada contava com cerca de 26.000 cirurgiões dentistas, distribuídos proporcionalmente entre todos os estados do país de acordo com o número de beneficiários. Temos uma equipe de consultores de campo que monitora e adequa a rede credenciada, em quantidade e qualidade, para melhor atender nossos clientes.

Nossas operações estão estruturadas de forma a oferecer apoio e gerenciamento, em âmbito nacional, a toda a nossa rede credenciada. Para tanto, em cada região em que atuamos, operamos sob a supervisão de um cirurgião-dentista consultor de campo alocado em um determinado estado. Os consultores de campo contam com o apoio de cirurgiões-dentistas, consultores internos, baseados em nosso escritório central e que são acessados via telefone ou através da *internet*, para apoio às diversas ações do dia a dia. O conhecimento e a competência locais proporcionados por esses representantes nos possibilitam desenvolver redes de cirurgiões-dentistas altamente acessíveis e especializadas para os beneficiários, um fator que acreditamos ser importante no momento de seleção de um plano odontológico. Todos os esforços locais têm o apoio da nossa gestão centralizada de rede e sistemas de controle de qualidade, por meio da qual buscamos prestar um serviço diferenciado a preços competitivos.

Esse processo está totalmente integrado aos nossos sistemas de informação, sobretudo nas funcionalidades de CRM/*workflow* e módulos clínico, de gestão de risco e de auditoria, de forma a propiciar uma ação conjunta e coordenada das nossas diversas áreas, divididas em: (i) administração da rede credenciada; (ii) gestão de qualidade; e (iii) atendimento (que inclui o *Call Center*, o Centro Integrado de Atendimento e as Células Multifuncionais de Atendimento). Dessa forma, os consultores de campo têm toda a informação analítica de seus supervisionados, com relação ao seu perfil técnico, comportamental e de negócios, podendo utilizar a nossa estrutura em escala nacional para tornar a operação confiável e segura para beneficiários e cirurgiões-dentistas.

O principal processo das atividades da Companhia inicia-se com a verificação da elegibilidade dos beneficiários e termina com o pagamento do cirurgião-dentista. A descrição sintética do nosso processo produtivo é a seguinte:

- **Verificação da elegibilidade:** o procedimento de verificação da elegibilidade do associado é feito pelo cirurgião-dentista credenciado, através do portal Odontoprev na *internet* ou pelo *Call Center*, com o propósito de verificar a validade do cartão em posse do associado.
- **Prontuários clínicos virtuais:** as informações clínicas originadas na assistência odontológica aos beneficiários, incluindo todas as imagens clínicas (radiografias, fotos e prontuários), são convertidas em informação digital diretamente pelo cirurgião-dentista credenciado.
- **Gestão de qualidade:** inicia-se com a análise de cada plano de tratamento através dos prontuários virtuais, passa pelo controle de qualidade de cada tratamento executado e termina com a autorização do pagamento de cada evento clínico.

Devido ao cenário sanitário iniciado com a pandemia do Coronavírus, nossas operações, além de contarem com os dentistas credenciados, também passaram a oferecer a Teleorientação Odontológica através da nossa plataforma digital. Com esse recurso nossos beneficiários podem receber orientação odontológica sem necessidade de deslocamento e caso se faça necessário algum procedimento de emergência, indicamos um consultório próximo.

b) características do processo de distribuição:

Comercialização e vendas

Acreditamos que a nossa estratégia de comercialização diversificada resulta em uma vantagem competitiva, permitindo-nos comercializar nossos produtos para uma faixa maior de potenciais clientes de maneira mais eficiente, ainda, nossos diversos canais de distribuição nos proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades de todo o espectro de clientes.

Comercializamos nossos planos odontológicos para empresas, associações e indivíduos por meio de:

- Nossa equipe interna de vendas, atua em âmbito nacional, com foco em grupos de pequeno, médio e grande porte, tais como empresas e organizações comerciais

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Uma rede de corretores independentes;
- Alianças comerciais que estabelecemos com planos médico-hospitalares, grupos de afinidade, incluindo emissores de cartão de crédito de redes varejistas e seguradoras que oferecem nossos planos odontológicos como benefício adicional aos seus beneficiários;
- Canais de distribuição Bradesco e Banco do Brasil (o que inclui venda nas agências, corretores e plataforma de *call center*);
- Plataforma de *e-commerce*; e
- *Call center*.

As alianças comerciais que estabelecemos com as operadoras de planos médico-hospitalares vão desde a simples distribuição conjunta de produtos, na qual o registro do plano junto à ANS cabe a nós, até o modelo de “risco assumido”, no qual assumimos o risco de planos cujo registro junto à ANS cabe à operadora parceira. Já as alianças junto a seguradoras têm por objetivo a venda cruzada dos nossos produtos junto aos clientes corporativos tradicionais dessas seguradoras, que atuam em ramos diversos. Essas alianças com operadoras de qualidade e boa condição financeira nos permite atuar indiretamente nos segmentos em que elas focam, como pequenos negócios, atuações regionais delimitadas e pessoas físicas.

A nossa equipe interna de vendas oferece todo o nosso leque de produtos, incluindo produtos personalizados a todos os perfis de clientes, focando principalmente em organizações de médio e grande porte. Essa equipe tem alto nível de qualificação e especialização em planos odontológicos, em geral com muitos anos de experiência no setor dentro e fora de nossa Companhia. O perfil da nossa equipe interna de vendas permite a atuação de seus membros como consultores de negócios aos clientes, ajudando-os na definição de necessidades e na melhor alocação de recursos. O amplo conhecimento acumulado por nós permite que nossa equipe interna de vendas disponha de um banco de dados que consideramos único no país, com as melhores práticas de recursos humanos e os casos de maior sucesso para cada tipo de necessidade. Nossa equipe interna de vendas é remunerada de acordo com a nossa política geral, sendo que não há comissionamento interno.

Temos por estratégia atuar com um número limitado de parceiros, corretores, agentes e consultores de benefícios não exclusivos, procurando operar somente com aqueles que possuem comprovada atuação no setor de benefícios em geral e de saúde, em particular, para o segmento corporativo. Nossa política consiste em oferecer planos odontológicos diferenciados aos nossos parceiros de negócios que contam com uma rede credenciada altamente qualificada, uma boa relação custo-benefício e relacionamento profissional justo e transparente, desenvolvido em longo prazo. Para esse grupo, disponibilizamos uma equipe comercial interna dedicada exclusivamente a atender às suas necessidades, difundindo nosso conhecimento, treinando suas respectivas equipes e auxiliando no desenho personalizado de produtos. O leque de produtos disponibilizados a cada parceiro dependerá do perfil de seus clientes e do seu grau de conhecimento do setor de planos odontológicos. Os corretores são nomeados pelos clientes e, na maioria das vezes, pagos por nós. Normalmente, existe um comissionamento mensal vitalício em percentual, determinado caso a caso, sobre o faturamento da carteira. Existem também situações em que a implantação do benefício no cliente é conduzida pelo corretor. Nesses casos, pode ser adicionada uma comissão de agenciamento, que vem a ser uma parcela única, normalmente sobre o primeiro faturamento do cliente. O comissionamento cessa, em geral, apenas com a substituição do corretor por parte do cliente.

Adotamos a mesma estratégia de *marketing*, com adaptações, para os diferentes canais de distribuição que utilizamos. A mais significativa dessas adaptações refere-se às alianças com operadoras de planos médico-hospitalares, em que a marca do parceiro está em geral associada à nossa e, nos casos em que o plano odontológico é registrado junto à ANS pelo parceiro é a marca desse que predomina. Tal situação pode ocorrer em clientes corporativos de caráter associativo, sobretudo grupos de afinidade, com os quais temos desenvolvido relações comerciais. Adotamos linhas muito similares de produtos e preços entre os diversos canais, sendo que produtos mais sofisticados, personalizados e voltados para públicos diferenciados tendem a ser mais comercializados sob a nossa marca principal. Nossa publicidade normalmente é de caráter institucional e de relacionamento dirigida ao nosso público-alvo, sobretudo gestores de recursos humanos. Além disso, o fato de os nossos clientes serem empresas de destaque em seus setores contribui com o elevado grau de reconhecimento da nossa marca no

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

mercado brasileiro. Nos últimos 24 anos, a Odontoprev foi eleita 20 vezes empresa “Top of Mind” por profissionais de recursos humanos na categoria Planos Odontológicos: em 1999, de 2001 a 2009, em 2011, e de 2014 a 2022.

Temos um departamento de sustentabilidade responsável pela medição do nível de satisfação dos nossos diversos públicos, principalmente cirurgiões-dentistas, beneficiários, clientes e colaboradores. Essa área tem por missão contratar institutos de pesquisa de renomada qualificação para realizar pesquisas de campo. Este Departamento também é responsável pela transformação dos dados coletados em informação gerencial e oportunidades de melhoria para cada área da empresa e cada cliente, além de contribuir para a formulação e implementação de planos de ação.

c) características do mercado de atuação:

Conforme informações da ANS de dezembro de 2022, o setor de saúde suplementar no Brasil reúne 933 operadoras em atividade e com beneficiários, milhares de médicos, cirurgiões-dentistas e outros profissionais, bem como hospitais, laboratórios e clínicas. Nessa data, o sistema contava com cerca de 81,0 milhões de membros somando planos de saúde e planos exclusivamente odontológicos.

As receitas de contraprestação de todas as modalidades de planos e seguros privados de saúde no Brasil atingiram R\$179,2 bilhões em 2022, de acordo com os dados divulgados pela ANS.

O segmento odontológico, ou de planos odontológicos exclusivos, é composto pelas operadoras de odontologia de grupo e cooperativas odontológicas. Em 2022, o segmento de planos odontológicos apresentava cerca de 30,6 milhões de beneficiários, aproximadamente 60,7% do total de beneficiários de planos médico-hospitalares no País.

A Odontologia no Brasil

Com a reforma na educação superior ocorrida no Brasil nos anos 80 e 90, foram criados diversos novos cursos de odontologia por todo o país que passaram a formar milhares de profissionais anualmente. Atualmente, segundo o Conselho Federal de Odontologia, existem mais de 600 polos universitários de odontologia em operação nacionalmente e 393 mil cirurgiões-dentistas ativos.

Apesar da grande oferta de profissionais capacitados e de uma população que preza os cuidados com sua saúde bucal, a ponto de apresentar consumo *per capita* de produtos de higiene bucal comparável ao de certos países desenvolvidos, o acesso à saúde bucal no Brasil ainda é muito precário devido à falta de mecanismos eficientes de gestão e financiamento do sistema. Como uma boa opção de acesso à saúde bucal, o setor de planos odontológicos vem se expandindo de forma contínua, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90.

Planos odontológicos no Brasil

O segmento de planos odontológicos é quase tão antigo quanto o de planos médico-hospitalares, mas apenas a partir do fim dos anos 80 que determinadas empresas passaram a representar uma opção de benefícios atraente para grandes empregadores, com serviços mais confiáveis e de melhor qualidade.

Ao contrário do que acontecia no segmento médico, em que havia a opção do sistema público, até então só havia a assistência odontológica oferecida diretamente pelos cirurgiões-dentistas, em regime de prestação de serviços simples e sem qualquer mecanismo de gestão ou financiamento. Esse modelo voltado para a elite criou uma odontologia muito avançada técnica e cientificamente, com recursos sofisticados e dispendiosos, porém restrita a uma parcela da população que podia pagar preços elevados e de forma direta.

Assim sendo, os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos têm sido, sobretudo:

- **Desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços:** uma das maiores ofertas de profissionais do mundo somado a uma grande parte da população sem acesso aos serviços pela falta de mecanismos eficientes de financiamento e gestão do sistema;
- **Falta da alternativa do sistema público:** a pequena e precária oferta de atendimento odontológico por parte do Estado deixa a maior parte da população sem acesso a tal atendimento;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **A crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas:** inicialmente restrito às grandes corporações, o benefício dental cresce de forma contínua em organizações de médio e pequeno porte;
- **As oportunidades representadas pelo interesse crescente de novos canais de distribuição:** corretores de seguro e consultorias de benefícios; e
- **A regulamentação:** promovendo o desenvolvimento do setor, com a redução da informalidade e introdução de melhores práticas gerenciais e de atenção à saúde.

Características do segmento

Crescimento da base de beneficiários e baixa penetração: conforme a ANS, o setor de planos exclusivamente odontológicos apresentava 7,3 milhões de beneficiários em 2006, tendo atingido 30,6 milhões em 2022, o que representa um crescimento anual médio composto de 20% no período. Em 2006, esse segmento atingia cerca de 3,6% da população brasileira, já em dezembro de 2022 essa taxa já representava 14,7% da população, um crescimento de 11,1 pontos percentuais nesses 16 anos.

Crescimento de receitas: a receita do segmento de operadoras exclusivamente odontológicas atingiu R\$2,7 bilhões em 2022, correspondendo a cerca de 1,5% do total da receita de todas as modalidades de planos e seguros privados de saúde no Brasil, que foi de R\$179,2 bilhões. Devida baixa representatividade dos planos odontológicos dentro das receitas do setor de planos de saúde como um todo, acreditamos no potencial de crescimento do setor de planos odontológicos.

Potencial de consolidação: com 241 operadoras ativas e com beneficiários em 2022, segundo a ANS, o segmento de planos odontológicos apresenta potencial de consolidação.

Potencial de expansão regional: segundo dados da ANS de 2022, a região Sudeste do Brasil concentra 58,7% dos beneficiários de planos odontológicos, seguida pelas regiões Nordeste com 19,6% e Sul com 10,9%, sendo que somente o estado de São Paulo concentra mais de 35,9% dos beneficiários do segmento. Acreditamos que há potencial de crescimento significativo nos estados e regiões onde a atuação comercial das operadoras ainda não se faz tão presente.

Contratos coletivos: o segmento de planos odontológicos está fortemente baseado nos planos coletivos, os quais representam aproximadamente 82,3% dos planos comercializados no setor. Essa característica confere a liberdade na formação de preços, assim como a liberdade na negociação direta com os contratantes dos seus eventuais reajustes.

Perfil de sinistralidade favorável: o perfil de sinistralidade em odontologia apresenta diferenciais importantes quando comparado ao perfil de sinistralidade da medicina. Nos planos médico-hospitalares, o aumento da idade dos beneficiários combinado com a incorporação de novas tecnologias mais caras e não substitutivas, fazem com que o custo de atenção à saúde cresça ao longo do tempo. Na odontologia em geral, e em particular no caso brasileiro atual, em que o crescimento se dá principalmente pela incorporação de novos segmentos de população sem histórico de cobertura anterior, o custo assistencial tem forte crescimento no início do período contratual, dada a demanda reprimida por atendimento odontológico. Após esse período inicial, o custo assistencial é reduzido até atingir um patamar de manutenção que tende a manter-se estável independentemente da idade da população. A obtenção desse patamar de manutenção de saúde em odontologia, e a consequente melhor gestão da evolução dos custos assistenciais são favorecidas por fatores como: (i) novas tecnologias que tendem a ser substitutivas das anteriores, além de não representarem grandes acréscimos de custo; (ii) maior eficácia dos programas e processos de prevenção de doenças e promoção de saúde; (iii) ausência de grandes eventos de tratamento odontológico, de custo muito elevado e ocorrência imprevisível; (iv) idade dos beneficiários provocar uma alteração no perfil das patologias e necessidades de tratamentos, sem, entretanto, representar custos crescentes; e (v) menor custo e procura por recursos de diagnóstico de patologias.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Breve comparação entre o mercado de planos odontológicos no Brasil e nos Estados Unidos da América

Os mercados americano e brasileiro de planos odontológicos guardam semelhanças importantes e boa parte da prática da odontologia no Brasil sofre forte influência e espelha-se na odontologia praticada nos Estados Unidos da América. As principais semelhanças entre os dois mercados são:

- **Base no sistema privado:** ao contrário de outros países, a odontologia em ambos os países está baseada no sistema privado, com atuação deficiente do setor público;
- **Modelo assistencial dominante em rede credenciada:** embora com algumas diferenças, o modelo de odontologia de grupo no Brasil e o modelo DPPO (*Dental Preferred Provider Organization*) nos Estados Unidos da América são não só os líderes, como também os que mais têm crescido em ambos os mercados; e
- **Foco na indústria de benefícios:** em ambos os países o principal motor do crescimento têm sido a busca e a valorização crescentes pela odontologia no pacote de benefícios das companhias.

Apesar dessas semelhanças, algumas diferenças são também relevantes quando se compara os dois mercados, dentre as quais se destacam:

- **Oferta de profissionais:** além da oferta de cirurgiões-dentistas no Brasil já ser consideravelmente maior, ela é crescente, ao contrário do que tem ocorrido no mercado americano;
- **Verticalização:** o mercado norte-americano caracteriza-se pelo foco das operadoras em poucas camadas da cadeia de valor, com elevada especialização. Já no Brasil, as operações tendem a ser mais integradas, englobando, com frequência, comercialização, assunção do risco do evento de tratamento odontológico até a gestão de saúde. Essa característica tem o potencial de agregar maiores margens ao longo da cadeia, com rentabilidade final superior a do mercado norte-americano; e
- **Escala de operação e penetração de mercado:** no mercado norte-americano a penetração dos planos odontológicos está próxima da maturidade, acompanhando basicamente o crescimento populacional, atingindo cerca de 78% da população total. No Brasil, mesmo consideradas as diferenças de renda, acreditamos que o setor de planos odontológicos está em estágio inicial, com penetração de aproximadamente 61% com relação aos beneficiários de planos médico-hospitalares e somente cerca de 15% da população total.

(i) participação em cada um dos mercados

A Odontoprev é a maior operadora de planos odontológicos do Brasil, de acordo com os dados divulgados pela ANS.

Em 31 de dezembro de 2022, atingimos a marca de 8.317.964 beneficiários. Nossa participação de mercado, com base nos dados de 2022 da ANS, era de aproximadamente 24% em número de beneficiários.

(ii) condições de competição nos mercados

Operamos em um ambiente altamente competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos, com benefícios similares aos nossos. Também concorremos com diversas empresas do setor de assistência à saúde, incluindo, principalmente, as maiores operadoras de seguro saúde, de planos médico-hospitalares, cooperativas odontológicas e entidades filantrópicas, além de outras operadoras odontológicas exclusivas.

Os principais fatores competitivos nesse setor incluem: (i) qualidade e confiabilidade dos serviços prestados; (ii) a qualificação, distribuição e acessibilidade da rede credenciada; (iii) uma boa relação custo benefício; (iv) a tecnologia que suporta a operação, melhora a comunicação e a gestão e desburocratiza o uso dos serviços; e (v) as equipes e estruturas de suporte e atendimento.

Acreditamos ter vantagens competitivas nesse setor, pois temos: (i) administração profissional e especializada, focada em geração de valor; (ii) maior e melhor rede de cirurgiões-dentistas, presente em todo país; (iii) plataforma própria de tecnologia da informação avançada, referência internacional; (iv) portfólio de produtos diversificado e de alta qualidade e (v) qualidade reconhecida por aproximadamente 6 milhões de clientes corporativos.

Nossos principais concorrentes são: (i) Amil, com foco em planos médico-hospitalares e uma das maiores operadoras médicas do país, adquirida pela americana United Healthcare; (ii) MetLife, maior seguradora de vidas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

do mundo e com participação no setor de planos odontológicos (iii) SulAmérica, grupo segurador mais antigo da América Latina, que atua em diversos ramos.

d) eventual sazonalidade:

Sazonalidade

Nosso modelo de negócios está baseado na cobrança de mensalidades aos nossos clientes, em contratos de médio e longo prazo. Dessa forma, a nossa receita não sofre interferências sazonais relevantes. Entretanto, observamos sazonalidade nos seguintes aspectos do nosso negócio:

- **Crescimento das nossas receitas:** nos últimos anos temos observado o crescimento das nossas receitas por meio da celebração de novos contratos, significativamente, no segundo semestre; e
- **Custos de assistência odontológica:** nossos custos assistenciais no primeiro trimestre normalmente ficam abaixo da média anual por razões diversas, dentre as quais destacamos o período de férias escolares. Por outro lado, durante os meses de agosto, setembro e outubro esses custos em geral ficam acima da média anual. Essa sazonalidade de custos gera um efeito direto em nossos resultados.

e) principais insumos e matérias primas:

O custo de serviços equivale aos eventos de tratamento odontológico relativos à atividade da Companhia, inclui tanto os custos fixos como os custos variáveis, sendo composto por:

Eventos indenizáveis líquidos: pagamentos referentes aos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui, também, reembolsos pagos aos beneficiários pela realização de tratamentos odontológicos fora da Rede Credenciada.

Materiais odontológicos: materiais utilizados pela rede credenciada e nas clínicas próprias e comercialização de materiais para a rede credenciada e demais.

Outras despesas operacionais: pagamento de serviços, como exames complementares de diagnóstico e prestação de serviços de laboratórios de prótese dental, bem como custos fixos com pessoal, locação e outras despesas relativas às nossas unidades de atendimento próprias e *in company*.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Acreditamos que o correto dimensionamento, a qualidade e a acessibilidade da nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas têm sido um elemento essencial no crescimento de adesões aos nossos planos. Em dezembro de 2022 a nossa rede era de cerca de 26.000 profissionais em todo o Brasil, distribuída em todos os Estados e capitais, em aproximadamente 2.500 cidades. A nossa Rede Credenciada é uma das mais capilarizadas operações de saúde do país. Essa capilaridade e índice de especialização garantem a qualidade de acesso aos beneficiários.

Acreditamos que somos uma opção atraente para muitos cirurgiões-dentistas porque oferecemos:

- Uma escala de pacientes única no mercado nacional, que, em média, gera um bom volume de pacientes para os cirurgiões-dentistas;
- um sistema de remuneração flexível e personalizado que reconhece a experiência, a qualificação profissional e o mérito individual do cirurgião-dentista;
- Acesso amplo, ágil e eficiente sistema de suporte técnico e administrativo ao cirurgião-dentista, composto de um *call center* especializado, operando 24 horas de forma gratuita, um amplo leque de ferramentas administrativas e de informações via *internet*, suporte no campo pelos nossos consultores e suporte telefônico pelos consultores e pelo Centro Integrado de Atendimento;
- Reposição parcial dos insumos odontológicos utilizados no atendimento aos nossos beneficiários;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Oferta de insumos odontológicos a custos reduzidos;
- Participação em programas de educação continuada que atendem anualmente a milhares de credenciados, promovidos pelas mais conceituadas entidades de classe de todo o país;
- Acesso amplo a informações clínicas de beneficiários (prontuário virtual) e suporte de especialistas na elaboração de planos de tratamento;
- Relatórios e extratos claros e detalhados, informando cada etapa do relacionamento de cada cirurgião-dentista com a empresa; e
- Um relacionamento transparente, justo, profissional e dentro dos mais elevados princípios éticos.

Cabem à nossa área operacional as seguintes atividades em relação à rede credenciada:

- Formar a rede credenciada, o que inclui a prospecção de cirurgiões-dentistas, avaliação das qualificações técnicas dos profissionais, bem como das instalações e dos recursos dos seus consultórios, negociação da remuneração dentro de parâmetros regionais pré-estabelecidos ou submissão das exceções ao Comitê de Remuneração de rede e descredenciamento dos profissionais, sempre que necessário;
- Treinar os cirurgiões-dentistas nos nossos procedimentos operacionais e garantir a adesão deles a tais programas, além de construir relacionamentos baseados em respeito e confiança;
- Cuidar da comunicação efetiva entre a nossa Companhia e a rede credenciada, resolver problemas, exceções e dúvidas operacionais dos cirurgiões-dentistas, atuando como seu interlocutor junto à nossa Companhia;
- Oferecer *feedback* aos cirurgiões-dentistas, mostrando as oportunidades de melhoria e difundindo as melhores práticas da região, contribuindo para a melhoria da sua atividade e de sua relação com a nossa Companhia; e
- Organizar a elegibilidade aos programas de educação continuada e de relacionamento.

Acreditamos que a nossa rede credenciada é estável, confiável e visa oferecer assistência contínua de longo prazo. Vemos nossos credenciados mais como clientes e aliados de negócios do que como prestadores de serviços e, consequentemente, concentramos recursos significativos na avaliação e abordagem de questões e pontos de insatisfação do credenciado. Conduzimos pesquisas de satisfação periódicas junto aos cirurgiões-dentistas da nossa rede e constantemente procedemos a ajustes em nossas operações, observando as suas sugestões e comentários.

Cada cirurgião-dentista, seja da rede credenciada, de livre escolha de beneficiários ou das nossas unidades próprias de atendimento, é avaliado de forma permanente e *online* pelos nossos sistemas de informação. Essa avaliação é baseada nos dados gerados pela área de gestão de qualidade a cada evento de tratamento odontológico realizado, bem como pelas informações de beneficiários fornecidas pelo *call center*, pela *internet* ou nas pesquisas de satisfação. As avaliações do ambiente de consultório, técnicas e recursos disponibilizados ao beneficiário e o relacionamento conosco também são avaliados pelos consultores de campo. Assim, cada ocorrência entre nós e o credenciado é dessa forma registrada, classificada e ponderada por método proprietário, gerando indicadores de qualidade técnica e comportamental que são avaliados para determinar a permanência do credenciado na rede, bem como balizar as negociações de honorários.

Celebramos contratos de credenciamento com cada um dos cirurgiões-dentistas da nossa rede, de acordo com as normas publicadas pela ANS. Esses contratos têm como anexo o Manual do Credenciado Odontoprev, o qual detalha todos os aspectos operacionais e clínicos exigidos pela legislação vigente, pela boa técnica odontológica e por nós. Grande parte do nosso atendimento odontológico aos beneficiários é realizada pela Rede Credenciada, e, portanto, depende dos contratos de credenciamento. Assim, a rescisão de uma quantidade relevante desses contratos pode ter um efeito substancialmente negativo sobre o nosso atendimento e, consequentemente, sobre os nossos resultados e as nossas operações.

Os contratos de credenciamento que celebramos têm prazo indeterminado, podendo ser rescindidos por qualquer das partes por meio de notificação por escrito fornecida com, no mínimo, 60 dias de antecedência. Os contratos podem ser rescindidos de imediato em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou do Manual do

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Credenciado, por qualquer das partes. Salvo decisão em contrário do beneficiário ou nossa, em qualquer hipótese de rescisão o credenciado deverá concluir os tratamentos em curso.

Todos os cirurgiões-dentistas empregados que trabalham em tempo integral ou parcial nas instalações odontológicas ou administrativas de qualquer das empresas do grupo, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), seja na função de cirurgiões-dentistas propriamente dita, seja como Consultores, Auditores ou outra, celebram contratos de trabalho conosco.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Em 2022, a nossa rede era de cerca de 26.000 profissionais, em todo o Brasil.

A dimensão da nossa Rede Credenciada possui capacidade para atender a atual carteira de beneficiários (8,3 milhões, em dezembro de 2022) da Odontoprev, ou um número muito superior, pelas recomendações da Organização Mundial de Saúde, que sugere uma relação de 1.500 habitantes por cirurgião-dentista. Por essa razão, entendemos que exista uma grande escalabilidade na rede atual, que poderá absorver um bom crescimento com poucos investimentos, gerando maiores volumes de atendimento para nossos cirurgiões-dentistas, permitindo melhores negociações de honorários, onde hoje não possuímos a escala ideal, e limitando as despesas administrativas nas equipes de operações. Mesmo assim, mantemos um banco de dados de milhares de cirurgiões-dentistas em toda a nossa área de atendimento, utilizado para recrutar continuamente novos profissionais para a nossa Rede Credenciada, o que tem garantido a sua expansão ao longo dos anos.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Mantemos um sistema de remuneração flexível e individualizado, possibilitado pelos nossos sistemas proprietários de tecnologia de informação, que constitui um elemento de diferenciação competitiva em relação a alguns dos nossos principais concorrentes, cujos sistemas admitem apenas uma única política de remuneração, independentemente da região geográfica e da qualificação dos seus profissionais.

A remuneração de cada cirurgião-dentista da nossa Rede Credenciada é pactuada entre esse e o consultor de Campo responsável pela sua prospecção. Tal negociação parte da tabela média da região, mas pode ser personalizada por especialidade ou mesmo por evento de tratamento odontológico. Os consultores de Campo têm autonomia de negociação dentro de determinados parâmetros por especialidade e por região. As negociações em que seja necessário extrapolar esses parâmetros são submetidas mensalmente ao Comitê de Remuneração de Rede. Dependendo da faixa de remuneração pactuada, o credenciado é classificado em um determinado nível de rede, que é disponibilizado aos clientes de acordo com a estrutura de planos comercializados, podendo ser formadas redes personalizadas ou dedicadas a clientes específicos.

Os nossos custos de assistência odontológica representaram aproximadamente 40,2% das nossas receitas líquidas em 2022. Veja o item 4 “Fatores de Risco – Os resultados das nossas operações poderão ser adversamente afetados se não conseguirmos estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica ou se não pudermos aumentar as mensalidades para compensar os aumentos dos nossos custos”.

1.5 Principais clientes

a) montante total de receitas provenientes do cliente

A companhia não possui nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Constituição Federal reconhece uma série de direitos e garantias fundamentais ao cidadão, dentre eles, o direito à saúde. Para garantir esse direito, a Constituição Federal criou o Sistema Único de Saúde (SUS), deixando ao setor privado a possibilidade de atuação em caráter suplementar. A participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde é vedada pela Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei.

Nessa linha, foi editada a Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.656/98), que define as regras relacionadas aos planos privados de assistência à saúde, fixando normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de planos. A Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde autorizou a participação de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de operadoras.

A Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde também prevê ressarcimento ao SUS, pelas operadoras, pelo atendimento à saúde em instituições públicas ou privadas, integrantes desse sistema prestado aos cidadãos, que também sejam contratantes de planos de saúde privados.

Para melhor estruturar a função reguladora do Estado no setor de saúde privada, foi editada a Lei Federal n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incumbindo-a de definir as regras e regulamentações da atuação do setor privado na área da saúde.

A ANS está ligada ao Ministério da Saúde por um contrato de gestão em que se firmam as metas e padrões a serem seguidos pela ANS e que devem ser aprovados pelo Conselho de Saúde Suplementar (CONSU), corroborando o modelo de controle regulador do Estado em face de seus propósitos institucionais. A ANS possui independência técnica e autonomia orçamentária, bem como é o órgão responsável pela edição de toda a regulamentação e fiscalização do setor.

Desde a sua criação, a ANS vem editando normas específicas para o setor de saúde suplementar, instituindo regras próprias a serem obedecidas pelas empresas que atuam no setor, entre elas:

- Operadoras com um número superior a 20 mil usuários em sua carteira devem, por exemplo, submeter suas contas a auditores independentes, registrados no respectivo Conselho Regional de Contabilidade e na CVM, publicando, anualmente, o parecer respectivo, juntamente com as demonstrações financeiras atualmente determinadas pela Resolução Normativa nº 173, de 10 de julho de 2018.
- Responsabilidade pessoal dos gestores dos planos de saúde e proibição das operadoras de realizar quaisquer operações financeiras com (i) seus diretores, membros dos conselhos de administração, fiscal, consultivo ou assemelhado; (ii) os respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau das pessoas indicadas no item (i); ou (iii) empresa da qual participe qualquer das pessoas mencionadas no item (i); ou (iv) empresa da qual participe qualquer das pessoas nos itens (i) e (ii), desde que tais pessoas sejam consideradas, em conjunto ou isoladamente, controladoras de tal empresa.
- Operadoras não estão sujeitas ao regime de falência, mas tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, inclusive com a possibilidade de instauração do regime de direção fiscal, em casos em que a operadora se encontre em situação de desequilíbrio econômico-financeiro grave.

A regulamentação da ANS estabelece, ainda, requisitos mínimos para entrada, funcionamento e encerramento de operadoras, reservas técnicas mínimas exigidas, planos de contas, taxas de saúde, encaminhamento de informações periódicas dos usuários, padrões de cobertura e de qualidade da própria assistência à saúde, atributos essenciais e específicos dos planos de saúde que servem de referência para todos os contratos que venham a ser celebrados e definições

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

específicas, tais como coberturas mínimas, preços por faixa etária, formas de acesso ao plano de benefícios, formas de acesso a tratamentos (acesso exclusivo aos integrantes de uma Rede Credenciada ou acesso em sistema de livre escolha de profissionais), mecanismos de regulação, carências ou abrangência territorial de cada plano de benefícios.

A Odontoprev é uma operadora e, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada nº 39, de 27 de outubro de 2000, da ANS, está classificada como operadora “odontologia de grupo” no segmento odontológico terciário, aplicável a operadoras que despendem, em sua rede própria, menos de 10% do custo assistencial relativo aos gastos em serviços odontológicos referentes a seus planos odontológicos.

Segundo a Lei de Planos Privados de Assistência à Saúde, os planos de benefício dividem-se em quatro segmentações específicas: ambulatorial, obstétrico, internação hospitalar e odontológico, que podem ser ofertados isoladamente ou de forma combinada.

De acordo com essa regulamentação, a Odontoprev é classificada como uma operadora atuante exclusivamente no segmento odontológico, dirigindo nossos interesses para o mercado de planos coletivos (empresariais e por adesão), onde as negociações ocorrem entre pessoas jurídicas e as mensalidades nos são pagas mediante faturamento mensal, bem como para o mercado de planos individuais e/ou familiares. Nos termos da Resolução Normativa nº 172, de 8 de julho de 2008 da ANS, que dispõe sobre os critérios para aplicação de reajustes das contraprestações pecuniárias dos planos exclusivamente odontológicos, não é necessário autorização prévia da ANS para reajuste as mensalidades destes planos contratualmente firmados, assim considerados: a) planos coletivos são patrocinados pelas pessoas jurídicas contratantes, bastando a comunicação ao órgão dos percentuais de reajuste e revisão aplicados; e b) planos individuais e familiares, nos quais seja eleito índice de preços oficial divulgado por instituição externa.

Todos os planos de benefícios comercializados encontram-se registrados na ANS e oferecem, no mínimo, cobertura para o rol estabelecido na Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia tem como objetivo assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis. No entanto, o modelo de negócio da companhia não enseja nenhuma obrigação legal diretamente atrelada às questões ambientais

Se avaliado o cumprimento das obrigações legais e regulatórias das clínicas próprias de atendimento odontológico (CLIDECs), este deve estar alinhado com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgãos cujo papel é orientar, definir regras e regular a conduta dos diferentes agentes, no que se refere à geração e ao manejo dos resíduos de serviços de saúde, com o objetivo de preservar a saúde e o meio ambiente, garantindo ainda a sustentabilidade.

A Companhia reconhece suas obrigações e responsabilidades nesta questão e possui um documento que descreve todas as ações relativas ao gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) de seus consultórios odontológicos próprios (CLIDECs), o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS). Além disso, disponibiliza e comunica para toda a sua rede credenciada uma Cartilha de Sustentabilidade, que dentre os temas, apresenta a correta destinação e promove a conscientização sobre a gestão de resíduos e descarte de EPI's.

Todavia, é nosso compromisso reduzir os impactos ambientais de nossos processos, produtos e serviços e incentivar a pesquisa de novas tecnologias, processos e insumos que minimizem esses impactos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

No Brasil, a Companhia é proprietária de várias marcas para a condução de suas atividades. As marcas mais importantes são: Odontoprev, Bradesco Dental, Clidec, DentalCorp, Rede Dental, Prontodente, Sepao, OdontoServ, Odonto System, Mogidonto, Prívia, e Rede Unna. Temos também registrada junto ao INPI a propriedade intelectual do *software* proprietário de gestão de planos, conhecido como DCMS.

A Odontoprev possui contratos de licença de uso da marca Bradesco Dental, firmado com o titular da respectiva marca, a qual é utilizada em sua operação de planos odontológicos. Tal licença mostrou-se necessária, após o Acordo de Associação com a Bradesco Saúde S.A., em que a Bradesco Dental S.A. passou a ser subsidiária da Odontoprev S.A., posteriormente incorporada, com o fim de não gerar nenhum impacto, bem como para manter a sensação de solução de continuidade com a característica de cada operação para o público-alvo da marca.

Através de nossas controladas Odontoprev Serviços e Clidec, somos, respectivamente, detentores de 51% da marca Easy Dental e de 100% da marca Dental Partner

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: **i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; ii. em favor de partidos políticos; e iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.**

Não aplicável. A Odontoprev não realiza contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos e a partidos políticos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A receita líquida operacional proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi, respectivamente, de R\$1.943.006 mil, R\$1.817.927 mil e R\$1.748.531 mil, nos exercícios sociais encerrados em 2022, 2021 e 2020. Tais valores, são, respectivamente, equivalentes a 99,0%, 98,7% e 99,0 %, da receita líquida total da Companhia em cada exercício social.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia:

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
	Receita Líquida	Participação	Receita Líquida	Participação	Receita Líquida	Participação
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
América do Norte (México)	18.679	1,0%	24.507	1,3%	16.807	1,0%
Total Receita Mercado Externo	18.679	1,0%	24.507	1,3%	16.807	1,0%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia tem subsidiária no México, sujeita à legislação e à regulamentação de sua respectiva jurisdição, como, por exemplo, normas anticorrupção, concorrenciais, societárias, trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A subsidiária da Companhia com presença no exterior também está sujeita à jurisdição das autoridades competentes do país em que atua (órgãos como a CNSF (Comisión Nacional de Seguros y Fianzas) e o SAT (Servicio de Administración Tributaria)). No entanto, as regulações a que se sujeita tal subsidiária não afeta de forma relevante os negócios da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Por meio de ações inovadoras junto aos principais *stakeholders*, de seu propósito de impulsionar a Odontologia de qualidade no Brasil e de apoio a iniciativas externas, a Odontoprev investe cada vez mais em seu desenvolvimento sustentável. Para a operadora, sustentabilidade é um processo contínuo de criação de valor, de forma que, conscientemente e assertivamente, busca sempre o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, investindo em inovação de forma a impactar positivamente a sociedade e o setor.

O conceito de sustentabilidade faz parte da cultura organizacional desde o início da Companhia e está presente nas ações da Odontoprev muito antes de o termo se tornar recorrente nas discussões sociais. Desde a fundação, a Companhia monitora constantemente o nível de satisfação dos nossos diversos públicos, principalmente cirurgiões-dentistas, beneficiários, clientes e colaboradores. Durante 2022, apoiamos cerca de 20 Instituições Sociais com a doação cerca de 10.000 Planos Odontológicos para jovens e crianças em estado de vulnerabilidade social.

Assumindo o compromisso com a Sustentabilidade, a Odontoprev aprovou em 28/11/2022 a revisão da Política de Sustentabilidade, que tem como objetivo estabelecer premissas e diretrizes de sustentabilidade, assim como a sua governança. O documento alinha a estratégia de negócios da Companhia no compromisso com a suas obrigações perante a sociedade, garantindo que a sustentabilidade seja inerente a todos os processos decisórios. A Política define ainda a transparência com todos os stakeholders como valor central da Companhia.

Anualmente a Odontoprev divulga seu Relatório anual de Sustentabilidade, a divulgação do documento é usualmente realizada no portal da Odontoprev onde constam, também, outras informações relevantes a respeito das práticas ASG da cia, a seguir detalhadas.

Ademais, a consolidação das informações a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Companhia ocorre mensalmente junto com a divulgação interna e é monitorada por nossa área de Sustentabilidade. Trimestralmente os dados ambientais são divulgados no relatório de resultados da Companhia, a fim de garantir que as ações ocorram dentro do esperado, sendo, inclusive, meta da equipe a realização das ações relacionada a impacto social e ambiental.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Desde 2008 a Odontoprev é signatária dos Dez Princípios do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores e modelos de negócio internacionalmente reconhecidos e aceitos nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

Em razão da adesão ao Pacto Global, a Odontoprev incorporou as diretrizes e princípios em sua estratégia de negócios, cultura e operações diárias. Para reforçar o seu apoio ao Pacto Global, em 2020, a Companhia publicou a sua Comunicação de Progresso (COP) no site de Relações com Investidores e no site oficial da iniciativa.

Em 2022, a Companhia divulgou seu sexto relatório anual de Sustentabilidade, elaborado seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão *Standards*, opção Essencial, e do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). Usando, para tanto, como direcionadores o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), os Princípios do Pacto Global e a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para a construção do Relatório de Sustentabilidade, a Odontoprev realizou a revisão de sua Matriz de Materialidade, preocupando-se em contemplar os temas relevantes de acordo com a visão da empresa sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais, além de outros assuntos de relevância no setor de assistência odontológica.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Atualmente, a Companhia mantém programas ativos capazes de endereçar um desempenho robusto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo:

ODS 3 – Saúde e bem-estar;
ODS 4 – Educação e qualidade;
ODS 5 – Igualdade de gênero;
ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico;
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura;
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis;
ODS 13- Ação contra a mudança global do clima;
ODS 14 – Vida na água;
ODS 16– Paz, justiça e instituições eficazes; e
ODS 17– Parcerias e meios de implementação.

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso.

O documento não é auditado por entidade independente.

d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório pode ser acessado no site www.odontoprev.com.br/rj, na seção de Sustentabilidade.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Conforme já mencionado, em 2021, a Odontoprev realizou o processo de materialidade, de acordo com as diretrizes GRI. O processo de construção da matriz seguiu o seguinte fluxo:

1. Mapeamento dos públicos e lista de impactos da organização;
2. Priorização: levantamento da percepção dos stakeholders;
3. Análise: análise dos resultados e elaboração da matriz;
4. Validação dos temas com as lideranças

Para a construção da lista de temas, foi elaborada uma pesquisa com base em duas frentes: estudos setoriais e avaliação de empresas. Além das empresas com foco em Healthcare, foram analisadas organizações que tinham o Digital em sua estratégia, empresas que se destacam em aspectos ESG e empresas com o seu modelo de negócio de Marketplace.

Após essa fase, foi elaborada uma lista de temas e, pela primeira vez, executou a fase de consulta aos stakeholders. Foram selecionados os grupos com maior relação com a Odontoprev, considerando os quesitos dependência, influência e relacionamento com o negócio, sendo eles: Acionistas, Fornecedores, Clientes RH, Colaboradores, Beneficiários, Corretores e órgão regulador. Assim, chegou-se aos seguintes temas materiais, em ordem prioritária:

1. Relacionamento com o cliente
2. Transparência e ética
3. Privacidade e segurança de dados
4. Saúde e bem-estar dos colaboradores
5. Tecnologia e inovação
6. Acesso à saúde bucal
7. Desenvolvimento de capital humano
8. Capacitação da rede credenciada
9. Responsabilidade social
10. Diversidade e inclusão do ambiente de trabalho

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Conforme já mencionado, os relatórios de sustentabilidade da Odontoprev seguem as diretrizes da GRI, versão Standards, opção Essencial, e do Sustainability Accounting Standards Board SASB. Usa como direcionadores o IIRC, os Princípios do Pacto Global, a Agenda 2030 e os ODS. O conteúdo dos relatórios se baseiam também na Matriz de Materialidade construída e buscam um equilíbrio entre o reporte de informações da agenda ESG, do desempenho econômico-financeiro e das demandas dos públicos de relacionamento.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Odontoprev está alinhada aos princípios fundamentais de sustentabilidade, que incluem boas práticas em relação aos direitos humanos, questões trabalhistas, gestão ambiental e medidas anticorrupção. Por isso, desde 2008, a empresa é signatária do Pacto Global da ONU e possui programas ativos relacionados aos ODS, promovidos pela ONU, compromisso que está expresso em Política de Sustentabilidade Corporativa. A Companhia apresenta em seu Relatório Anual de Sustentabilidade, iniciativas e projetos alinhados com os ODS e, a partir da avaliação da Matriz de Materialidade, destaca os seguintes ODS materiais:

ODS 03 – Saúde e bem-estar: objetivo relacionado aos temas materiais nº 4, 6, 8 e 9;
ODS 05 – Igualdade de gênero: objetivo relacionado ao tema material nº 10;
ODS 08 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: objetivo relacionado aos temas materiais nº 4, 7 e 8;
ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: objetivo relacionado aos temas materiais nº 3 e 5; e
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: objetivo relacionado ao tema material nº 2.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Como forma de monitorar o desempenho em relação às ações para mitigar impacto nas mudanças climáticas, a Odontoprev responde anualmente ao questionário de Climate Change (Mudanças Climáticas) do Carbon Disclosure Project (CDP). Em 2021 e 2022, a Companhia foi reconhecida por pontos como transparência a respeito de suas questões ambientais.

Além do CDP, a Odontoprev reporta, desde 2019, suas emissões no Programa Brasileiro GHG Protocol Brasil, que qualifica as empresas inscritas com selos de acordo com a ordem de reporte.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2008, a Odontoprev realiza o monitoramento de suas emissões provenientes do consumo de energia, do deslocamento de seus colaboradores (terrestre ou aéreo) e fretes.

A partir de 2015, a empresa passou a disponibilizar seu Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em seus Relatórios de Sustentabilidade anuais. E desde 2019, a Odontoprev publica voluntariamente seu inventário dentro do Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol. É possível consultar as informações através do link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3154>.

Em 2020, a Odontoprev adotou uma estratégia para avançar em sua agenda de sustentabilidade e compensar a totalidade de suas emissões: o mercado voluntário de carbono. A empresa realizou um estudo que estimou as emissões históricas das operações da Odontoprev desde 1987, ano de sua fundação e posteriormente emitiu certificação compensando essas emissões, por meio do cancelamento voluntário de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), vinculado à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), do Verified Carbon Standard (VCS), por meio do Projeto Conservação Florestal na Amazônia.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade;

Não aplicável.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG;

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;

As informações e indicadores ASG divulgados pela Companhia são centralizados e gerenciados trimestralmente para divulgação de resultados e anualmente no Relatório de Sustentabilidade.

Apesar de não serem auditados, é realizada a revisão das informações divulgadas pela Diretoria Executiva e por consultoria contratada para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas;

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referida

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal aos negócios do emissor

Todas as aquisições realizadas pela Companhia mantiveram o foco no setor odontológico e se enquadraram no escopo de seu objeto social como atividades de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

MOGIDONTO PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (“Mogidonto”): Em Assembleia Geral Extraordinária, de 03 de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da Mogidonto pela Companhia. A operação foi objeto de Comunicado ao Mercado em 27 de janeiro e em 12 de maio de 2022.

CANCELAMENTO E DESDOBRAMENTO DE AÇÕES: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 04 de abril de 2022, foi aprovado o cancelamento de 14.507.698 ações mantidas em tesouraria, e, em razão do cancelamento, na mesma AGO foi autorizado o desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1 nova ação para cada 10 existentes, passando o capital total da Odontoprev de 531.294.792 ações ordinárias para 568.465.803 ações ordinárias, sem alteração no valor do capital social da Companhia. Os detalhes da operação foram divulgados ao mercado por meio de Fato Relevante em 04 de abril de 2022.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES: A Companhia encerrou Programa de Recompra de Ações, divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante em 28 de outubro de 2021, bem como iniciou novo Programa de Recompra de Ações (“Novo Programa”). Os detalhes Novo Programa foram divulgados ao mercado por meio de Fato Relevante em 28 de abril de 2022.

MACHIRON DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA. (“MaChiron”): A ODONTOPREV SERVIÇOS LTDA. (“Odontoprev Serviços”), sociedade controlada pela Companhia, exerceu direito de conversão de mútuo em participação societária de 10% do capital social da MaChiron, nos termos do Instrumento Particular de Mútuo Conversível e Outras Avenças celebrado em 05 de fevereiro de 2020. E, em adição, realizou aporte elevando a participação societária da Odontoprev Serviços a 20% do capital social da MaChiron. A operação foi objeto de Comunicado ao Mercado em 16 de agosto de 2022.

ODONTORED SEGUROS DENTALES, S.A. DE C.V. (“Odontored”) e , OPREV ADMINISTRADORA, S.A. DE C.V. (“OPREV” e, em conjunto com a Odontored, as “Sociedades”): A Companhia concluiu a compra das ações remanescentes de sua controlada direta, Odontored e da sua controlada indireta, OPREV, Sociedades constituídas de acordo com as leis do México, nos termos da opção de venda de ações exercida pelos sócios minoritários das sociedades em março de 2020, cujo valor já se encontrava provisionado, conforme registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A operação foi objeto de Comunicado ao Mercado em 03 de outubro de 2022.

PAPAIZ ASSOCIADOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM S.A. (“Papaiz”): Por meio de sua controlada Clidec Participações S.A., a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de controle da Papaiz. Os detalhes da operação foram divulgados ao mercado por meio de Fato Relevante em 08 de dezembro de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Atualmente não há acordo de acionistas vigente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não aplicável.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes já foram refletidas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2022

O modelo de negócios da Odontoprev, sustentado por 35 anos de experiência, conta com foco **exclusivo em planos odontológicos**, objetivando economias de escala, eficiência de custo, máxima qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Em 2022 a receita líquida atingiu R\$ 1.962 milhões, crescimento de 6,5% sobre o ano anterior, com tíquete médio de R\$20,72 por beneficiário/mês, comparado a R\$20,42 no ano anterior.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 8.317.964 beneficiários, com 334 mil novos clientes no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos massificados, para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

Os produtos massificados, destinados a pequenas e médias empresas (PME) e planos individuais, nos quais a Odontoprev conta com canais de distribuição exclusivos, representaram em 2022, 29% das vidas e 43% da receita consolidada, em tendência alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O posicionamento único da Odontoprev com relação à liderança no desenvolvimento e expansão dos segmentos massificados, os quais apresentam tíquete superior, menor número de competidores, crescimento acelerado em relação ao mercado e margens de contribuição mais elevadas tem sido diferencial competitivo recente. Além disso, reforçando a estratégia, os produtos não corporativos apresentam significativas barreiras à entrada como escala e qualidade de distribuição, risco de crédito do cliente de pequeno porte ou individual, seleção adversa e tecnologia de gestão, diferenciais claros do modelo de negócios Odontoprev.

O custo de serviços, equivalente aos eventos de tratamento odontológico, representou 40,2% da receita líquida no ano, superior aos 39,3% registrados em 2021.

As despesas administrativas, basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,4% da receita líquida em 2022, sendo que em 2021 foram de 14,6%, em função de processo de terceirização dos serviços de atendimento telefônico (*call center*), mantendo os padrões de qualidade e a contínua expansão das áreas relacionadas à engenharia de computação e inovação tecnológica, ainda sem relevante perda de escalabilidade.

A geração de caixa, medida pelo critério LAJIDA ajustado, foi de R\$576 milhões em 2022, 0,9% abaixo em comparação a 2021, de R\$581 milhões. Em relação à receita, a margem LAJIDA foi de 29,4%, inferior aos 31,5% do ano anterior.

O lucro líquido atingiu R\$452 milhões em 2022, 19% acima do registrado em 2021, e alcançou margem líquida de 23,1%.

Desde o IPO, a Odontoprev apresentou geração de caixa de R\$4.415 milhões, tendo distribuído R\$3.362 milhões aos acionistas, terminando 2022 com caixa líquido de R\$795 milhões, sem endividamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram, respectivamente, de R\$1.207 milhões, R\$1.121 milhões e R\$1.186 milhões em função da prática de alocação de capital da Companhia, a qual privilegia o pagamento regular de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio, além de Programas de Recompra de Ações.

A Odontoprev adota, desde a abertura de capital em 2006, os mais elevados padrões de Governança Corporativa, até mesmo superando as práticas do Novo Mercado.

A relação da Odontoprev com os seus *stakeholders* prima pela transparência. A Diretoria está comprometida em gerar valor aos acionistas, com visão de longo prazo, indispensável para a sustentabilidade do negócio.

Com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, a Diretoria utiliza vários indicadores, dentre os quais são destacados:

- Indicadores de liquidez: a Diretoria da Companhia entende que apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio; e
- Dívida líquida: a Companhia, desde a sua fundação, por política, prioriza recursos próprios e geração interna de caixa, não tendo qualquer passivo junto a terceiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tipo	INDICADORES	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
		Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador
LÍQUIDEZ	Corrente	Ativo circulante Passivo circulante		Ativo circulante Passivo circulante		Ativo circulante Passivo circulante	
		515.845 621.791	0,83	582.488 591.361	0,98	990.135 545.538	1,81
	Seca	Ativo circulante - estoques - despesas antecipadas Passivo circulante		Ativo circulante Passivo circulante		Ativo circulante Passivo circulante	
Geral		471.718 621.791	0,76	542.548 591.361	0,92	959.271 545.538	1,75
		1.134.772 798.422	1,54	1.062.814 809.189	1,31	1.078.241 714.464	1,51
PRAZO	Recebimento (PMR)	(Contraprestações pecuniárias - provisão para prêmios e contraprestações não-ganhos (PPCNG) x 360) Contraprestações líquidas		(Contraprestações pecuniárias - provisão para prêmios e contraprestações não-ganhos (PPCNG) x 360) Contraprestações líquidas		(Contraprestações pecuniárias - provisão para prêmios e contraprestações não-ganhos (PPCNG) x 360) Contraprestações líquidas	
		52.409 2.028.760	-9,3	39.350 1.898.395	-7,6	26.301 1.891.222	-5,3
	Estoque (PME)	Estoque x 360 Custo de serviços		Estoque x 360 Custo de serviços		Estoque x 360 Custo de serviços	
MÉDIA		4.767 791.707	2,2	4.421 791.477	2,2	3.892 719.149	2,0
	Pagamento (PMP)	Provisão de eventos/institutos a liquidar (PELI) x 360 Eventos indenizáveis		Provisão de eventos/institutos a liquidar (PELI) x 360 Eventos indenizáveis		Provisão de eventos/institutos a liquidar (PELI) x 360 Eventos indenizáveis	
		69.320 734.532	31,0	55.427 688.191	29,0	71.178 662.534	38,7
CICLO	Ciclo de caixa	(PMR + PME) - PMP		(PMR + PME) - PMP		(PMR + PME) - PMP	
			-38,2		-34,4		-42,0
CCL	CCL (capital circulante líquido)	Ativo circulante (-) Passivo circulante		Ativo circulante (-) Passivo circulante		Ativo circulante (-) Passivo circulante	
		515.845 621.791	- 105.946	582.488 591.361	- 8.873	990.135 545.538	444.597
NIG	NIG (necessidade de investimento em giro) (i inferior a 0, logo não há necessidade de dinheiro (preço para financiar capital de giro, sem risco.	Ativo operacional: Créditos de operações com planos de assistência à saúde Tributos e créditos a receber Estoques Outros valores e bens (-) Passivo operacional: Provisões técnicas Obrigações trabalhistas Obrigações sociais Tributos e contribuições a recolher Formações Outras obrigações		Ativo operacional: Créditos de operações com planos de assistência à saúde Tributos e créditos a receber Estoques Outros valores e bens (-) Passivo operacional: Provisões técnicas Obrigações trabalhistas Obrigações sociais Tributos e contribuições a recolher Formações Outras obrigações		Ativo operacional: Créditos de operações com planos de assistência à saúde Tributos e créditos a receber Estoques Outros valores e bens (-) Passivo operacional: Provisões técnicas Obrigações trabalhistas Obrigações sociais Tributos e contribuições a recolher Formações Outras obrigações	
		258.992 174.567 40.299 4.767 39.359 621.791 407.589 56.488 7.538 35.702 27.834 86.599	(362.799)	231.014 157.199 39.881 4.421 35.519 591.361 345.971 48.688 7.800 26.779 26.222 116.081	(360.347)	208.191 146.674 24.659 3.892 32.982 545.538 357.178 37.027 5.840 26.929 23.531 85.549	(337.347)
SD	SD (saldo disponível, quando negativo significa que a empresa precisa de capital de giro/ásvancagem)	CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)		CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)		CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)	
		105.946 (362.799)	256.853	8.873 (360.347)	351.474	444.597 (337.347)	781.944
NTFP	NTFP (necessidade total de financiamento)	NIG (+) Ativo permanente		NIG (+) Ativo permanente		NIG (+) Ativo permanente)	
		(362.799) 885.089	522.290	(360.347) 871.027	510.680	(337.347) 842.808	505.461
FCO	FCO (fluxo de caixa operacional)/EBITDA (taxa de conversão do resultado operacional em caixa	FCO EBITDA ajustado		FCO EBITDA ajustado		FCO EBITDA ajustado	
		510.692 575.971	88,7%	471.564 581.077	81,2%	490.056 543.524	90,2%

Na avaliação do ciclo de caixa identificamos os ativos e passivos que melhor refletem as atividades da operadora e constatamos que:

PMR: prazo de 0 dias em 2020, 2021 e 2022.

PME: prazo de 2 dias em 2020, 2021 e 2022. A Odontoprev mantém modesto estoque de materiais odontológicos em controlada.

PMP: 39 dias em 2020, 29 dias em 2021 e 31 dias em 2022.

As variações nos prazos mencionados acima podem impactar a Companhia gradativamente, implicando em eventuais necessidades de giro dado o deslocamento entre a liquidação do contas a receber e o pagamento à rede credenciada.

A gestão de curto prazo do capital está equilibrada. O perfil da Companhia é conservador, tendo em vista que a Companhia detém Necessidade de Investimento em Giro (NIG) negativa e Saldo Disponível (SD) positivo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O EBITDA (no original em inglês, *earnings before interest, tax, depreciation and amortization*): é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização. O FCO tem geração de caixa efetiva, converte mais de 80% do EBITDA em caixa.

Em 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (70%) e pré-fixadas (30%) superiores à remuneração de curto-prazo, com mesmo perfil de risco de crédito. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2022, o caixa líquido atingiu R\$795 milhões, apresentando crescimento em comparação a R\$731 milhões em 2021. A Companhia não faz uso de derivativos.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada como relação entre capitais próprios e de terceiros, é pouco alavancada, principalmente pelo fato de a Companhia não possuir empréstimos e/ou financiamentos, operando com recursos próprios e com passivos operacionais, em sua maioria de curto prazo.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.207 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.121 milhões em 31 de dezembro de 2021, e atingiu R\$1.186 milhões em 31 de dezembro de 2022.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia foi de R\$608 milhões em 2020, dividido em 531.294.792 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 2021 e 2022, esse valor é de R\$851 milhões, dividido em 568.465.803 ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do fluxo de caixa, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia utiliza como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes somente recursos próprios e a geração de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro, sem necessidade de financiamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Análise comparativa dos resultados operacionais: exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

	2022	AV ^a 2022	2021	AV ^a 2021	Δ %	2020	AV ^a 2020	Δ %
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	2022/2021	R\$ mil	%	2021/2020
(+) Contraprestações líquidas	2.026.760	103,3	1.898.595	103,0	6,8	1.831.222	103,7	3,7
(+) Receita de vendas de bens e serviços	21.892	1,1	16.406	0,9	33,4	13.445	0,8	22,0
(+) Odontored (México)	18.679	1,0	24.507	1,3	(23,8)	16.807	1,0	45,8
Receita operacional bruta (ROB)	2.067.331	105,4	1.939.508	105,3	6,6	1.861.474	105,4	4,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	90.833	4,6	82.827	4,5	9,7	83.415	4,7	(8,7)
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	14.813	0,8	14.247	0,8	4,0	12.721	0,7	12,0
Receita operacional líquida (ROL)	1.961.685	100,0	1.842.435	100,0	6,5	1.765.338	100,0	4,4
(-) Custo de serviços	791.707	40,4	731.477	39,7	8,2	713.143	40,4	2,6
Eventos indenizáveis líquidos	734.532	37,4	688.291	37,4	6,7	662.534	37,5	3,9
Odontored (México)	5.769	0,3	4.926	0,3	17,1	2.621	0,1	87,9
Encargos sociais sobre serviços	0	0,0	98	0,0	(100,0)	7	0,0	1.306,5
Materiais odontológicos	6.349	0,3	8.805	0,5	(27,9)	7.373	0,4	19,4
Demais custos operacionais e provisões/reversões	42.695	2,2	22.194	1,2	92,4	44.285	2,5	(49,9)
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avaliados (PEONA)	2.342	0,1	6.921	0,4	(66,2)	(3.544)	(0,2)	(295,3)
Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	20	-	243	-	(91,8)	(133)	-	(282,5)
Lucro bruto	1.169.979	59,6	1.110.957	60,3	5,3	1.052.194	59,6	5,6
(-) Despesas de comercialização	212.092	10,8	191.096	10,4	11,0	193.787	11,0	(1,4)
(+) Outras receitas operacionais	2.635	0,1	4.302	0,2	(38,7)	4.639	0,3	(7,3)
(-) Despesas administrativas	298.406	15,2	332.384	18,0	(10,2)	281.187	15,9	18,2
DA (base EBITDA ajustado)	301.121	15,4	268.499	14,6	12,1	250.971	14,2	7,0
Pessoal	158.072	8,1	159.670	8,7	(1,0)	159.312	9,0	0,2
Serviços de terceiros	63.917	3,3	44.024	2,4	45,2	35.698	2,0	23,3
Localização e correios	35.019	1,8	27.681	1,5	26,5	23.640	1,3	17,1
Taxas e tributos	6.300	0,3	10.609	0,6	(40,6)	11.641	0,7	(8,9)
Publicidade e propaganda	15.994	0,8	17.600	1,0	(9,1)	11.580	0,7	52,2
Outras	21.819	1,1	8.914	0,5	144,8	9.120	0,5	(2,3)
DA (não base EBITDA ajustado)	(2.715)	(0,1)	63.886	3,5	(104,2)	30.216	1,7	111,4
Depreciação e amortização	32.395	1,7	57.760	3,1	(43,9)	24.847	1,4	132,5
Aquisições	346	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Outros serviços de terceiros	381	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Joint venture México	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Despesas de aquisição Odonto System	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Earn-out Odonto System	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Despesas de aquisição Mogidonto	0	0,0	143	0,0	(100,0)	256	0,0	(44,1)
Despesas de incorporação Mogidonto	177	0,0	161	0,0	9,9	0	0,0	0,0
Amortização de direito de uso	4.628	0,2	5.822	0,3	(20,5)	5.113	0,3	13,9
Reversão TSS / AHS	(40.642)	(2,1)	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Associação Banco do Brasil	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
(-) Outras despesas operacionais	95.134	4,8	90.386	4,9	5,3	73.671	4,2	22,7
Provisão para perdas sobre créditos	47.951	2,4	48.920	2,7	(2,0)	48.659	2,8	0,5
Participações no resultado	26.106	1,3	24.082	1,3	8,4	13.239	0,7	81,9
Programa de Incentivo de longo prazo	21.077	1,1	17.384	0,9	21,2	11.773	0,7	47,7
(+) Resultado da equivalência patrimonial	6.609	0,3	6.559	0,4	0,8	6.673	0,4	(1,7)
Resultado antes dos tributos financeiro e dos tributos	573.591	29,2	507.952	27,6	12,9	514.862	29,2	(1,3)
(+/-) Resultado Financeiro líquido	72.867	3,7	89.226	2,1	85,3	5.148	0,3	862,0
Receitas financeiras	88.843	4,5	54.283	2,9	61,7	21.079	1,2	157,5
Despesas financeiras	16.376	0,8	15.057	0,8	7,4	15.931	0,9	(5,5)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	646.258	32,9	547.178	29,7	18,1	520.010	29,5	5,2
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	194.897	9,9	165.838	9,0	17,5	160.290	9,1	3,5
Imposto de renda e contribuição social corrente	176.014	9,0	158.273	8,6	11,2	154.441	8,7	2,5
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.883	1,0	7.565	0,4	149,6	5.849	0,3	29,3
Resultado líquido das operações continuadas	451.361	23,0	381.340	20,7	18,4	359.720	20,4	6,0
Participação minoritária em controlada	810	-	(981)	-	(182,6)	1.407	-	(169,7)
Lucro líquido	452.171	23,1	380.359	20,6	18,9	361.127	20,5	5,3

^a AV = Análise Vertical
* Exclui reversões INSS Bradesco Dental e OdontoPrev

Receita de vendas (ROL): em 2022, a receita líquida da Companhia atingiu R\$1.962 milhões, com aumento de 6,5% sobre o ano anterior. O tíquete médio, de R\$20,72 por beneficiário/mês, foi 1,5% maior em relação aos R\$20,42 observados em 2021, devido ao *mix* de vendas nos planos massificados no período. O número de beneficiários Odontoprev atingiu 8.317.964 em 2022, com adição líquida de 334 mil novas vidas. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71% e 29% em PME e planos individuais, de maior tíquete médio.

Custo de serviços (sinistralidade): O custo de serviços representou 40,2% da ROL em 2022, em comparação aos 39,3% registrados em 2021, com gestão por meio de ferramentas eletrônicas capazes de atestar a máxima qualidade dos procedimentos odontológicos realizados, em todo o Brasil, por cerca de 27.000 cirurgiões dentistas credenciados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas de comercialização: No ano de 2022, as despesas de comercialização representaram 10,8% da ROL, em comparação aos 10,4% da ROL observados em 2021, mantendo-se praticamente estável. A Odontoprev conta com diversos canais de distribuição, entre corretores independentes, equipe própria de vendas, canais digitais e canais massificados visando clientes de varejo, notadamente PME e planos individuais.

Despesas administrativas (base de cálculo EBITDA ajustado): Basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,4% da receita líquida em 2022, superior ao ano anterior, de 14,6%.

Provisão para perdas sobre créditos: Em 2022 foi de 2,4% da ROL, versus 2,7% da ROL em 2021, como resultado da contínua bancarização na receita dos planos individuais, reduzindo risco de crédito.

EBITDA e EBITDA ajustado: Em 2022, o EBITDA ajustado atingiu R\$576 milhões, menor 0,9% em comparação aos R\$581 milhões em 2021. Em relação à receita, a margem EBITDA ajustado de 29,4%, inferior aos 31,5% registrados no ano de 2021. Para fins de EBITDA ajustado, a PEONA é excluída do Custo de Serviços, desde o IPO de 2006. A Diretoria aponta que os resultados observados na geração de caixa em 2022 são função direta da adequada estratégia comercial, qualidade diferenciada dos serviços prestados e foco exclusivo na cadeia de valor dental.

	2022		2021		Var. %	2020		Var. %
Lucro líquido	452.171	23,1	380.359	20,6	18,9	361.128	20,5	5,3
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	176.014	9,0	158.273	8,6	11,2	154.441	8,7	2,5
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	18.883	1,0	7.565	0,4	149,6	5.849	0,3	29,3
(-) Receitas financeiras	88.843	4,5	54.283	2,9	63,7	21.079	1,2	157,5
(+) Despesas financeiras	16.176	0,8	15.057	0,8	7,4	15.931	0,9	(5,5)
(+) Outorga de opção de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Participação minoritária em controlada	810	0,0	(981)	-	(182,6)	1.407	-	(169,7)
(+) Depreciação e amortização	32.395	1,7	57.760	3,1	(43,9)	24.847	1,4	132,5
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6.609	0,3	6.559	0,4	0,8	6.673	0,4	(1,7)
(+) Amortização de direito de uso	4.628	0,2	5.822	0,3	(20,5)	5.113	0,3	13,9
EBITDA	604.005	30,8	564.975	30,7	6,9	538.150	30,5	5,0
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.342	0,1	6.921	0,4	(66,2)	(3.544)	(0,2)	-
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	20	0,0	243	-	(91,8)	(133)	-	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasilental	9.343	0,5	8.634	0,5	8,2	8.796	0,5	(1,8)
(+) Earn-out Odonto System	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Despesas de aquisição Mogidonto	-	-	143	-	-	256	0,0	-
(+) Despesas de aquisição Odonto System	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	177	0,0	161	-	9,9	-	-	-
EBITDA ajustado	575.971	29,4	581.077	31,5	(0,9)	543.524	30,8	6,9

*2017: Exclui reversões INSS Bradesco Dental e OdontoPrev

Resultado financeiro líquido: foi de R\$72,7 milhões, 3,7% da ROL, em 2022. Em 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (70%) e pré-fixadas (30%) superiores à remuneração de curto-prazo, com mesmo perfil de risco de crédito. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2022, o caixa líquido atingiu R\$795 milhões, apresentando uma alta em comparação a R\$731 milhões em 2021. A Companhia não faz uso de derivativos.

IRPJ e CSLL/ IRPJ e CSLL diferidos: Os valores correntes significaram despesa de R\$176,0 milhões em 2022, enquanto os diferidos representaram R\$18,9 milhões. A alíquota efetiva corrente apurada no resultado de 2022 foi de 28,4%, em comparação a 30,3% em 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2022	2021	2020
Resultado antes dos impostos e das participações	646.258	547.178	520.011
(-) Participações no resultado	26.106	24.082	13.239
(=) Base de cálculo IRPJ / CSLL	620.152	523.096	506.772
Despesa contabilizada			
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	176.014	158.273	154.441
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	18.883	7.565	5.849
Total da despesa contabilizada	194.897	165.838	160.290
Alíquota efetiva corrente	28,4%	30,3%	30,5%

Lucro líquido: No ano, atingiu R\$452 milhões, 18,9% acima de 2021. A Diretoria acredita que os resultados atingidos no ano refletem o modelo de gestão, e tem demonstrado, no tempo, os diferenciais do modelo de negócio.

(em R\$ mil)	2022	2021	Δ	Δ %	2020	Δ	Δ %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro líquido do período	451.961	381.340	70.021	18,4%	359.721	21.619	6,0%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	331.430	323.602	7.828	2,4%	244.593	79.009	32,3%
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	782.791	704.942	77.849	11,0%	604.314	100.628	16,7%
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(71.533)	(63.028)	(8.505)	13,5%	(6.284)	(56.744)	903,0%
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(196.225)	(170.350)	(25.875)	15,2%	(107.974)	(62.376)	57,8%
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	515.033	471.564	43.469	9,2%	490.056	-18.492	-3,8%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
Aquisição de imobilizado	(8.396)	(5.551)	(2.845)	51,3%	(9.931)	4.380	-44,1%
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(62.990)	(46.485)	(16.505)	35,5%	(25.329)	(21.156)	83,5%
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	5.169	5.526	(357)	-6,5%	5.000	526	10,5%
Adiantamento para futuro aumento de capital investida	-	-	-	0,0%	(1.990)	1.990	-
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	(44.819)	(17.416)	(27.403)	157,3%	-	(17.416)	-
Baixa de investimentos por incorporação	-	-	-	0,0%	333	(333)	-
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(111.036)	(63.926)	(47.110)	73,7%	(31.917)	(32.009)	100,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS							
Dividendos pagos	(100.519)	(196.467)	95.948	-48,8%	(215.465)	18.998	-8,8%
Juros sobre Capital próprio pagos	(69.258)	(64.692)	(4.566)	7,1%	(54.754)	(9.938)	18,2%
Recompra de ações - em tesouraria	(170.090)	(170.005)	(85)	0,0%	-	(170.005)	-
Recbimento outorga de opção de ações	52	1.188	(1.136)	-95,6%	5.366	(4.178)	-77,9%
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(339.815)	(429.976)	90.161	-21,0%	(264.853)	(165.123)	62,3%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	64.182	(22.338)	86.520	-387,3%	193.286	(215.624)	-111,6%
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS							
Saldo inicial	731.049	753.387	(22.338)	-3,0%	560.101	193.286	34,5%
Saldo final	795.231	731.049	64.182	8,8%	753.387	(22.338)	-3,0%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	64.182	(22.338)	86.520	-387,3%	193.286	(215.624)	-111,6%

Fluxo de caixa: Em 2022, houve geração de caixa de R\$64 milhões, principalmente pela geração de caixa operacional (R\$43 milhões), e da redução de caixa aplicado em atividades de financiamento (redução de R\$90 milhões).

Historicamente, os investimentos em ativo fixo (capex) não tem sido significativo em relação à geração interna de caixa, conforme demonstrado na tabela a seguir:

(em R\$ mil)	2022	2021	2020
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	62.990	46.485	25.329
Equipamentos de computação	1.353	2.314	6.686
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.007	375	923
Benfeitorias em instalações	3.578	2.613	1.494
Veículos	816	218	755
Outros	1.642	31	72
Total dos investimentos (CAPEX)	71.385	52.036	35.260

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria mantém a Companhia sem nenhum endividamento bancário, também não havendo nenhuma obrigação contratual que implique em pagamento pecuniário relevante.

Operações não registradas no balanço patrimonial: não efetuamos nenhuma operação não registrada em balanços patrimoniais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados operacionais e financeiros

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores afirmam que a Receita Operacional Líquida ou Receita de Vendas da Companhia é composta de: (i) contraprestações líquidas, (ii) vendas de bens e serviços, (iii) tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde e (iv) impostos sobre vendas de bens e serviços.

As contraprestações líquidas são geradas a partir de mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos e, segundo o plano de contas da ANS, excluem as receitas com prestação de serviços, como as oriundas de consultórios próprios de atendimento.

As receitas de vendas de bens e serviços são provenientes das controladas da Companhia.

Os diretores da Companhia avaliam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de receita foram decorrentes das contraprestações líquidas geradas das mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Na opinião dos Diretores, as variações das receitas no exercício podem ser assim atribuídas aos seguintes fatores:

2022

A receita líquida cresceu 6,5% no período, passando de R\$1.842 milhões em 2020 para R\$1.962 milhões em 2022, conforme fatores descritos no item 2.1 (a)(i) acima.

Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados representaram 29,2% das vidas e 43,2% da receita.

- Crescimento de 1,5% do tíquete médio em 2022 e crescimento de 4,2% no número de beneficiários no ano, sendo 334 mil novas vidas.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os nossos Diretores afirmam que o negócio da Companhia não está exposto às variações das taxas de câmbio ou de juros. As principais alterações das nossas receitas são afetadas principalmente pelo tíquete médio, pelo número de novos beneficiários e pela mudança de mix de produtos.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais ou afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias. Além disso, caso o Brasil venha registrar altas taxas de inflação,

2.2 Resultados operacional e financeiro

poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os nossos custos.

Nos últimos três anos, reajustamos os preços das mensalidades dos contratos corporativos a um ritmo marginalmente inferior ao da inflação (IPCA). Quanto aos contratos individuais, o reajuste tem por base os índices de inflação de mercado, à escolha do cliente.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos três últimos exercícios sociais, relativos a 2022, 2021 e 2020 a Companhia foi impactada por maior custo de serviços, ou seja, o montante dispendido junto aos cirurgiões dentistas credenciados, de forma não linear.

O custo de serviços é resultado de negociação individualizada de remuneração junto a cada profissional credenciado, levando em consideração sua especialização acadêmica, disponibilização de agenda para beneficiários Odontoprev e localização geográfica.

Em 2022, a parcela de custo de serviços representou 40,2% em relação à receita, acima dos 39,3% em 2021, mas abaixo dos níveis históricos, devido ao mix de produtos, em que o segmento corporativo apresentou sinistralidade em linha com a média histórica, enquanto os segmentos não corporativos (de PME e Planos Individuais) apresentam novo perfil de clientes refletindo em novo comportamento de uso.

A política de preços da Companhia não está sujeita às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Nossa atividade está totalmente voltada para o mercado interno. A Companhia não utiliza instrumentos derivativos de quaisquer ordens. Além disso, a maior parte dos custos relacionados à operação está atrelada ao uso da rede por parte de beneficiários, não sendo, portanto, impactada por variação de preços de insumos e produtos.

A Companhia também conta com a área de gestão de qualidade, responsável pelo controle de qualidade dos tratamentos realizados e autorização de pagamento, a qual auxilia na gestão de riscos e controle de sinistros, tornando a empresa menos sensível a efeitos da inflação em sua estrutura de custos.

A Companhia tem apresentado nos últimos anos uma posição de caixa adequada para conduzir suas operações, encerrando o ano de 2022 com disponibilidades líquidas de R\$795 milhões. Acreditamos que, mantida a estrutura de capital conservadora atual, a Companhia continuará apresentando resultado financeiro positivo, pouco representativo na composição total do lucro líquido anual.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas estão sumariadas a seguir:

Em 2022

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Adoção)

A norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, tendo sua aplicação postergada para 01 de janeiro de 2023 para entidades que exerçam como atividade principal operações de seguros. O grupo Odontoprev por ser composto em sua maioria por operações nas quais assume riscos de seguro fez sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2023.

(a) Classificação de ativos financeiros

A norma introduz a classificação dos ativos financeiros com base em seu modelo de negócios, sendo: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). O Grupo Odontoprev realiza as classificações de ativos financeiros por meio do Teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*) que consiste em identificar se a rentabilidade dos ativos financeiros está ligada ao valor do principal mais os juros em função do valor do dinheiro no tempo.

Os ativos aprovados no teste SPPI deverão ser mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes a depender da forma que o grupo o gerencia. Ativos gerenciados com objetivo de recebimento de fluxos de caixa são mensurados a custo amortizado. Já ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa por meio da manutenção do ativo e vendas são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos não aprovados no teste SPPI são classificados como valor justo por meio do resultado.

A carteira do Grupo Odontoprev é constituída de títulos públicos, fundos e cotas mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Apesar do novo comportamento do passivo pela IFRS 17 não se fez necessário a reclassificação de ativos sob a norma da IFRS 9 / CPC 48 com o intuito de melhorar a proteção da carteira entre ativos e passivos, visto que os impactos ocasionados pelas variações de taxas e hipóteses financeiras nos passivos não apresentam impacto significativo no resultado da Companhia.

(b) *Impairment*

A norma IFRS 9/CPC 48 altera o cálculo da redução ao valor recuperável do ativo definindo a perda esperada baseada em indícios macroeconômicos. A nova metodologia de cálculo de perda é aplicável para ativos que possuem risco de crédito. O Grupo Odontoprev possui em carteira títulos públicos brasileiros emitidos em moeda nacional e por isso é entendido que não há risco de crédito e para esses ativos não haverá cálculo de perda esperada. Os demais ativos financeiros do grupo, sendo fundos e cotas, são mensurados a valor justo por meio do resultado e de acordo com a orientação da normativa não há cálculo de perda.

CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A IFRS 17, emitida em maio de 2017 em substituição à Norma IFRS 04 – Contratos de Seguro, estabelece mudanças no modo de mensuração, reconhecimento e divulgação dos contratos de ativos, estabelecendo metodologias específicas para cada tipo de contrato. A aplicação desta norma é mandatória para as entidades que emitem contratos de seguros, para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2023. A IFRS 17 tem por objetivo assegurar que as instituições proporcionem informações relevantes de forma que represente a natureza dos contratos de seguros e proporcione uma base que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar os efeitos que os contratos têm sobre a posição financeira, o rendimento financeiro e os fluxos de ativos de uma instituição. Para isso, estabelece-se uma série de requisitos que as empresas devem entender, interpretar e aplicar, de acordo com as características e natureza de seus contratos de seguros.

(a) Impacto estimado no patrimônio líquido para a adoção da CPC 50/ IFRS 17

A Administração avaliou o impacto da aplicação inicial que a nova norma terá sobre suas demonstrações financeiras e, estima-se que seja uma redução de cerca de R\$39 milhões (3%) no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2023, considerando as mudanças e ajustes exigidos.

Considerando que a Companhia divulgou informações conhecidas ou razoavelmente relevantes, foi possível estimar o impacto que a aplicação da CPC 50 / IFRS 17 terá em suas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial que estavam disponíveis quando as demonstrações financeiras de 2022 foram autorizadas para emissão.

(b) Contratos no alcance da norma

A norma define que todo contrato que atende à definição de seguro (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) deve estar mensurado de acordo com suas diretrizes. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

Com relação aos produtos de pós pagamento, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, serão mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(c) Nível de agregação dos contratos

A norma define que os contratos de seguro devem ser agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (cortes anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contratos que são onerosos em seu reconhecimento inicial e (ii) grupos de contratos que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente. Por fim, além dos grupos de contrato citados, ainda há os grupos de contrato remanescentes na carteira.

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial,

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, este deve ser considerado, segundo a norma, de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições da nova norma. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos da Companhia, sendo assim, não houve impacto em termos de resultado em comparação com a IFRS 4.

(d) Limites de contrato

Segundo a CPC 50 / IFRS 17, para contratos de seguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a seguradora não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por adesão (CORP e PME), o limite de contrato quando olhamos para a projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas. O cálculo da Provisão de Cobertura Remanescente (PCR) dos contratos mensurados pelo modelo simplificado (PAA) é similar ao cálculo da atual PPCNG. O conceito de PCR e modelos de mensuração serão definidos a frente.

A Odontoprev avaliou os limites de seus contratos de seguros emitidos à luz dos conceitos trazidos pela CPC 50 / IFRS 17 e não identificou alterações relevantes quando comparados àqueles já aplicados sob a ótica da CPC 11 / IFRS 4.

(e) Separação dos componentes de contrato

A IFRS 17 distingue três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado em CPC 50 / IFRS 17.

(f) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR), representa a obrigação da entidade de investigar e pagar sinistros válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por sinistros incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

três metodologias: Modelo Geral (BBA), Modelo de Taxa Variável (VFA) e Modelo de Alocação de Contraprestação (PAA).

O Modelo Geral – BBA da CPC 50 / IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Odontoprev prevê a aplicação do modelo geral para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF, pois, além de ser o modelo padrão da norma, os contratos caracterizam-se por serem de longo prazo.

Além do Modelo Geral, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação do Contraprestação - PAA. Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com limites acima de 1 ano, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia necessitou avaliar se a mensuração, se utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência devem ser realizados anualmente.

(g) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros tanto de entrada, quanto de saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, os cancelamentos são refletidos, nos contratos de longo prazo, através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos, eventos ocorridos e não avisados, e todos os eventos futuros; (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuível à carteira a qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que deve ser entendido como outros custos operacionais; (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, aluguel e manutenção), denominado despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(h) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da seguradora.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*. Em comparação com o que havia sido utilizado anteriormente, considerando as diretrizes previstas pela IFRS 4, não houve alterações significativas no valor da mesma pois, nos períodos analisados, dado a política de ALM da Companhia, o risco de iliquidez encontrado foi nulo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(i) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “*Risk Adjustment*”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro. Segundo a CPC 50 / IFRS 17, a entidade deve divulgar o nível de confiança utilizado para determinar o ajuste de risco não financeiro. Entretanto, se a entidade utiliza uma técnica diferente da técnica de nível de confiança para calcular o ajuste de risco, ela deve divulgar qual a técnica utilizada e o nível de confiança equivalente desta técnica.

Levando em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, visto que a mesma não possui modelo interno de risco para aplicação da metodologia de nível de confiança, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. Entre as desvantagens do método de custo de capital, destacam-se a necessidade de cálculo do custo de capital para os riscos não financeiros e as complexidades tanto de projetar os requisitos de capital futuros, quanto para estimar o percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado pela Odontoprev é de 59%.

O conceito do RA é um conceito novo trazido pela CPC 50 / IFRS 17 como parte da mensuração dos passivos de contratos de seguros, portanto a totalidade de seu efeito nesses passivos representa uma mudança em relação à norma anterior (CPC 11 / IFRS 4).

(j) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

O valor da margem contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à margem contratual de seguro no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral (BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com base nos fluxos de saída, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

Com relação a CPC 11 / IFRS 4, assim como o RA, houve alterações significativas em comparação a CPC 50 / IFRS 17, sendo que a partir de agora a receita será apropriada ao resultado de forma mais lenta, pois sua apropriação será baseada na prestação do serviço.

(k) Transição

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Segundo a norma, a entidade deve aplicar a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contrato de seguro na data de transição. A entidade não adotará a abordagem retrospectiva total quando esta for impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a Abordagem Retrospectiva Modificada ou a Abordagem do Valor Justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da Abordagem Retrospectiva Modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a Abordagem do Valor Justo. Abaixo tem-se detalhado as três formas de mensuração:

Abordagem Retrospectiva Total

O método retrospectivo completo consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos. A entidade, segundo a CPC 50 / IFRS 17, deve:

- Identificar, reconhecer e mensurar cada grupo de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a participação discricionária como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada;
- Identificar, reconhecer e mensurar quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (exceto se a entidade não é obrigada a aplicar a avaliação de recuperabilidade antes da data de transição);
- Desreconhecer quaisquer saldos existentes que não existiriam caso a CPC 50 / IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (incluindo alguns custos de aquisição diferidos, provisões para taxas atribuíveis a contratos de seguro existentes e ativos intangíveis relacionados a clientes de contratos de seguro adquiridos);
- Reconhecer qualquer diferença líquida resultante no patrimônio líquido

Em resumo, tem-se que:

- Agrupamento de contratos: agrupamento por ano de subscrição e características do momento de reconhecimento inicial (onerosos, não onerosos e não onerosos com possibilidade de se converter em onerosos);
- Fluxos esperados de caixa iniciais: estimativa dos fluxos de caixa esperados no momento da venda do contrato, com base na hipótese desse momento;
- Taxa de desconto: utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top Down x Bottom-Up*) com informação do momento de reconhecimento inicial;
- *Risk Adjustment*: cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento de reconhecimento inicial.

Abordagem Retrospectiva Modificada

O objetivo da abordagem retrospectiva modificada é alcançar o resultado mais próximo da Abordagem Retrospectiva Total possível, utilizando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Esta abordagem deve ser aplicada apenas se entidade não possui informações razoáveis e sustentáveis para aplicar a Abordagem Retrospectiva Total. O método Retrospectivo Modificado permite aplicar algumas simplificações, entre elas:

- **Avaliações iniciais:** possibilidade de aplicar agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição (se não existe informação razoável);
- **Fluxos de caixa:**

(a) Fluxos anteriores à data da transição: consideram-se os fluxos reais observados nos contratos desde o momento da sua emissão (prêmios, gastos, sinistros, etc.), incluindo aqueles que correspondem a contratos não vigentes atualmente.

(b) Fluxos posteriores à data da transição: calculam-se os fluxos futuros com base em hipóteses realistas obtidas com a informação atual.

- ***Risk Adjustment*:** pode-se calcular considerando as hipóteses atuais e liberando com produtos atuais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- **Taxa de desconto:** é possível utilizar a curva de referência equivalente a curva exigida em pelo menos 3 anos anteriores. Se não existe, ajustar-se a uma curva de referência com o *spread* médio entre a curva exigida.

Abordagem do valor justo (*Fair Value*)

A Abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição:

- **Agrupamento de contratos:** permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição;
- **Fluxos esperados de caixa iniciais:** permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses realistas correspondentes ao momento da avaliação;
- **Taxa de desconto:** utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top-Down X Bottom-Up*) com informação do momento de transição;
- **Risk Adjustment:** cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição;
- **Aplicação ORA (Outros Resultados Abrangentes):** as receitas e gastos acumulados no ORA na data de transição (se opção ORA é aplicada).

Para os grupos de contrato mensurados através do modelo simplificado (PAA), grupos CORP e PME, a metodologia de transição será a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado por BBA, a metodologia utilizada será a *Fair Value*, especificamente, para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição será Retrospectiva Total. A metodologia *Fair Value* será aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Total por grupo de contratos. Desse modo, a metodologia Retrospectiva Total é aplicada a partir do período em que os contratos emitidos possuem todas as informações necessárias para sua mensuração e contabilização por grupo de contratos.

É importante destacar que a partir da metodologia *fair value*, a margem contratual de seguro (CSM) representa a diferença entre o Valor Justo determinado pela organização e os fluxos de caixa de cumprimento em CPC 50 / IFRS 17 nesta data, somados ao ajuste de risco não financeiro (RA).

Segue abaixo um resumo dos grupos de contrato e metodologias de transição utilizadas:

Transição	
Grupo de Contrato	Metodologia de Transição
Planos Pessoa Física - PF (emissão até 2020)	<i>Fair Value</i>
Planos Pessoa Física - PF (emissão a partir de 2021)	Retrospectiva Total
Planos Coletivos CORP	Retrospectiva Total
Planos Coletivos PME/SPG/MPE	Retrospectiva Total

Os valores de transferência do *fair value* serão obtidos através da abordagem de receita da CPC 46 / IFRS 13.

(I) Divulgação e apresentação

A CPC 50 / IFRS 17 exige novas divulgações extensas sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, incluindo reconciliações detalhadas de contratos, efeitos de contratos recém-reconhecidos e informações sobre o padrão de emergência esperado do CSM, bem como divulgações sobre julgamentos significativos feitas ao aplicar a CPC 50 / IFRS 17. Há também divulgações expandidas sobre a natureza e extensão à riscos de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

participação discricionária. As divulgações geralmente serão feitas em um nível mais granular do que sob a CPC 11 / IFRS 4, fornecendo mais informações transparentes para avaliar os efeitos dos contratos nas demonstrações financeiras.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram efeitos relevantes de introdução ou alienação de segmento operacional no último exercício social.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No último exercício social, as aquisições e participações societárias realizadas, na opinião da diretoria, não trouxeram impacto relevante nas respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais.

Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 03 de janeiro de 2022, a Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. ("Mogidonto") foi incorporada pela Companhia.

Em 16 de agosto de 2022, conforme comunicado ao mercado, a Companhia exerceu direito de conversão de mútuo em participação acionária de 10% do capital social da MaChiron Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("MaChiron"), e, em adição, realizou aporte elevando a participação societária da Odontoprev Serviços a 20% da MaChiron. A MaChiron, Healthtech fundada em São Paulo em 2017 por pesquisadores de Doutorado, é especializada em integrar tecnologias por meio da aplicação de inteligência artificial (IA) e *machine learning* para desenvolver soluções inovadoras no campo da Odontologia.

Em 03 de outubro de 2022, conforme comunicado ao mercado, a Companhia concluiu a compra das ações remanescentes de sua controlada direta, Odontored Seguros Dentales, S.A. de C.V. ("Odontored"), e da sua controlada indireta, OPREV Administradora, S.A. DE C.V. ("OPREV"). Em decorrência da Transação, a Odontoprev e suas controladas passaram a ser titulares da totalidade das ações de emissão das Sociedades.

Em 08 de dezembro de 2022, conforme fato relevante, a Companhia anunciou a celebração Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de controle, por meio de sua controlada Clidec Participações S.A. ("Clidec Participações"), de ações ordinárias adicionais representativas de 51,0% (cinquenta e um por cento) da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A., ("Papaiz"). E em complemento ao Comunicado ao Mercado, publicado em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") ter aprovado, sem qualquer restrição, a consumação dessa transação.

A Odontoprev possui participação, direta e indireta, nas seguintes empresas Controladas e Coligadas, conforme demonstrado na tabela abaixo e descrito na Nota Explicativa 01 das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Controladas		Coligada	Controle	Controladas		Coligada	Controle
	Direta	Indireta	Indireta	Conjunta	Direta	Indireta	Indireta	Conjunta
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) ¹	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner) ²	-	100,0	-	-	-	99,9	-	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	18,1	-
Clídeo Participações S.A. (Clídeo Participações)	-	90,6	-	-	-	90,6	-	-
MaChiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron) ³	-	-	20,0	-	-	-	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCÁRIO - RN 531 ANS:								
Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Mogdonto Planos Odontológicos Ltda. (Mogdonto) ¹	-	-	-	-	100,0	-	-	-
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Clídeo - Clínica Dentária Especializada Cura D'ara Ltda. (Clídeo)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Boulique Dental Ltda. (Boulique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0
EMPRESAS NO MÉXICO:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	60,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	60,0	-	-
¹ Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.								
² Em 24 de maio de 2022, passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora a controlada Clídeo.								
³ Coligada indireta adquirida pela Odontoprev Serviços em 16 de agosto de 2022.								
⁴ Em 06 de setembro de 2022, passou a ser sociedade unipessoal tendo como sua controladora a Odontoprev.								

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Informar o valor das medições não contábeis

No último exercício social, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis: EBITDA e EBITDA Ajustado. O EBITDA foi de R\$604.005 mil e o EBITDA ajustado foi de R\$575.971 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2022		2021		Var. %	2020		Var. %
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	
Lucro líquido	452.171	23,1	380.359	20,6	18,9	361.128	20,5	5,3
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	176.014	9,0	158.274	8,6	11,2	154.441	8,7	2,5
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	18.883	1,0	7.564	0,4	149,6	5.849	0,3	29,3
(-) Receitas financeiras	88.843	4,5	54.283	2,9	63,7	21.079	1,2	157,5
(-) Despesas financeiras	16.176	0,8	15.057	0,8	7,4	15.931	0,9	(5,5)
(+) Outorga de opção de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Participação minoritária em controlada	810	0,0	(981)	-	(182,6)	1.407	-	(169,7)
(+) Depreciação e amortização	32.395	1,7	57.760	3,1	(43,9)	24.847	1,4	132,5
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6.609	0,3	6.559	0,4	0,8	6.673	0,4	(1,7)
(+) Amortização de direito de uso	4.628	0,2	5.822	0,3	(20,5)	5.113	0,3	13,9
EBITDA	604.005	30,8	564.975	30,7	6,9	538.150	30,5	5,0
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.342	0,1	6.921	0,4	(66,2)	(3.544)	(0,2)	-
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	20	0,0	242	-	(91,7)	(133)	-	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasileira	9.343	0,5	8.634	0,5	8,2	8.796	0,5	(1,8)
(-) Reversão TSS / ANS	(40.642)	(2,1)	-	-	-	-	-	-
(+) Aquisições	346	0,0	-	-	-	-	-	-
(-) Outros serviços de terceiros	381	0,0	-	-	-	-	-	-
(+) Despesas de aquisição Mogidonto	-	-	143	-	-	256	0,0	-
(-) Despesas de incorporação Mogidonto	177	0,0	161	-	9,9	-	-	-
EBITDA ajustado	575.971	29,4	581.077	31,5	(0,9)	543.524	30,8	6,9

c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações de suas operações:

EBITDA é o lucro líquido adicionado do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido, dos tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS) contabilizados como despesas administrativas, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido, outorga de opções de ações e outras despesas. A Companhia divulgou o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamentos, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. O EBITDA não é linha das demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

EBITDA ajustado é o EBITDA adicionado das despesas não recorrentes relacionadas, principalmente, a: (i) serviços profissionais relativos a aquisições; (ii) custos relacionados a absorção de empresas adquiridas; (iii) empresa coligada no México; (iv) patrocínio por incentivo fiscal; (v) associações com Bradesco e Banco do Brasil e (vi) ajustes contábeis

2.5 Medições não contábeis

determinados pela ANS. O EBITDA ajustado não é linha de demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado não tem significado padronizado, e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas financeiras, o IRPJ, a CSLL, a depreciação, amortização e despesas não recorrentes, o EBITDA ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do IRPJ e da CSLL, ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA ajustado permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Eventos subsequentes

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de março de 2023. Consta das referidas demonstrações contábeis, os seguintes eventos subsequentes:

(i) Conclusão da aquisição de ações ordinárias da Papaiz

Em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. ("Papaiz") por meio de sua controlada Clídec Participações S.A. após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") ter aprovado, sem qualquer restrição, a consumação dessa transação.

A transação não constitui investimento relevante para a Odontoprev e não será submetida à aprovação dos acionistas.

(ii) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório, cancelamento de ações em Tesouraria e desdobramento de ações

Na RCA realizada em 01 de março de 2023, foi aprovada proposta da Administração para destinação do lucro do exercício de 2022, posteriormente submetida e aprovada em Assembleia Geral Ordinária no dia 05 de abril de 2023. A Companhia informou aos seus acionistas sobre a distribuição de dividendos no montante total de R\$120.000, que serão pagos em 12 de julho de 2023.

Nessa mesma data, a RCA aprovou proposta para cancelamento de 14.507.698 ações em tesouraria, também submetida e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 05 de abril de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

		2022	2021	2020
a) Regras sobre a retenção de lucros		Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva estatutária de capital regulatório e reserva de investimentos e expansão. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva estatutária de capital regulatório e reserva de investimentos e expansão. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva estatutária de capital regulatório e reserva de investimentos e expansão. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária.
a.i. Valores de Retenções de Lucros (R\$ mil)	Lucro líquido do exercício	R\$ 452.171.494,48	R\$ 380.358.614,00	R\$ 361.128.111,88
	Reserva legal	R\$ 22.608.574,72	R\$ 19.017.930,70	R\$ 18.056.405,59
	Reservas Estatutárias	-	-	R\$ 4.929.176,86
	Reserva de Investimento e Expansão	R\$ 180.306.038,41	R\$ 172.835.521,09	R\$ 4.929.176,86
	Juros sobre o Capital Próprio	R\$ 89.256.881,35	R\$ 52.232.137,02	R\$ 53.017.688,95
	Dividendos	R\$ 180.000.000,00	R\$ 136.273.025,11	R\$ 280.195.863,62
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal	5%	5%	5%
	Reservas Estatutárias	0%	0%	1%
	Reserva de Investimento e Expansão	40%	45%	1%
b) Regras sobre a distribuição de dividendos		Os acionistas terão direito a receber a título de dividendos, em cada exercício, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.	Os acionistas terão direito a receber a título de dividendos, em cada exercício, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.	Os acionistas terão direito a receber a título de dividendos, em cada exercício, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos		JCP: trimestral / Dividendos: mínimo anual	JCP: trimestral / Dividendos: mínimo anual	JCP: trimestral / Dividendos: mínimo anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, local na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado		A Companhia não possui política de destinação de resultados.	A Companhia não possui política de destinação de resultados.	A Companhia não possui política de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*).

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Desde a Oferta Pública, a Companhia tem realizado, principalmente, investimentos de expansão em desenvolvimento de sistemas e aquisição de *softwares*.

(em R\$ mil)	2022	2021	2020
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	62.990	46.485	25.329
Equipamentos de computação	1.353	2.314	6.686
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.007	375	923
Benfeitorias em instalações	3.578	2.613	1.494
Veículos	816	218	755
Outros	1.642	31	72
Total dos investimentos (CAPEX)	71.385	52.036	35.260

Não houve nenhum desinvestimento ou projeto cancelado relevante nos últimos três anos.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos feitos pela Companhia são realizados com seus recursos próprios, sendo certo que, a Companhia possui dívida zero desde a sua fundação.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve nenhum desinvestimento ou projeto cancelado relevante nos últimos três anos. Adicionalmente, não há nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o exercício social corrente.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Item não aplicável, considerando que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor já divulgada.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgadas.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

2.10 Planos de negócios

Item não aplicável, haja vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Odontoprev entende a sustentabilidade como um processo contínuo de criação de valor, que busca o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, com investimentos em inovação, visando impactar positivamente a sociedade e o setor. A busca pela sustentabilidade ocorre de forma colaborativa com clientes, beneficiários, rede de dentistas, corretores, fornecedores e colaboradores, sempre pautados pela inovação e melhoria contínua dos serviços. O principal compromisso, porém, continua o de ser um agente de propagação do acesso à Odontologia de qualidade, incentivando o cuidado com a boca e garantindo o sorriso dos brasileiros.

A Companhia possui iniciativas relacionadas à inovação tecnológica que também desempenham resultados em questões ASG.

- (i) A Companhia tornou-se Carbono Neutro, em 2021, sendo a primeira operadora de saúde com 100% das suas emissões neutralizadas. Desde então assumimos o compromisso de se manter carbono neutro ano após ano. Os estudos para lançamento do projeto tiveram início em 2020, a partir de um estudo para estimar as emissões históricas das operações da Odontoprev desde 1987, ano de sua fundação;
- (ii) A Companhia possui investimentos visando inovação, alterando fluxo de envio de fichas, prontuários e imagens para aplicativos, com objetivo de reduzir a produção de materiais descartáveis;
- (iii) Além disso, a Companhia monitora os índices de satisfação de seus stakeholders, bem como o estabelecimento de metas corporativas visando melhoria desses índices.

A Odontoprev reconhece a importância do tema e estuda incorporar questões específicas sobre ASG em sua estratégia e planos de negócio.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos as informações foram descritas nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

Conforme mencionado no item 3.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções e

Conforme mencionado no item 3.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme mencionado no item 3.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) Emissor:

Poderemos não ser capazes de executar inteiramente a nossa estratégia de negócios.

Nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios depende de vários fatores, dentre os quais:

- continuar economias de escala;
- atrair com sucesso novos clientes;
- manter a qualidade e a eficiência da nossa rede credenciada, e continuar a gerenciar de maneira eficiente a demanda crescente dos nossos clientes e beneficiários;
- identificar empresas alvo para aquisição;
- celebrar contratos e parcerias com terceiros, tais como grupos de varejo e seguradoras, de forma a ter acesso a segmentos da população que geralmente não estão cobertos pelos planos odontológicos empresariais;
- avaliar os riscos de celebrar contratos individuais, com o objetivo de entrar em novos segmentos de mercado; e
- potencializar as marcas do Grupo.

Não podemos assegurar que qualquer uma das medidas descritas acima será implementada com êxito ou integralmente. Caso não consigamos implementar tais medidas, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação.

Contamos com nossos sistemas de tecnologia para armazenamento, processamento de dados, automatização de processos, gestão de qualidade do serviço, além de comunicação junto aos nossos clientes, fornecedores e colaboradores.

Qualquer interrupção na operação de nossos sistemas computacionais poderá afetar significativamente, de maneira adversa, nossa capacidade de gerenciar as atividades da nossa rede credenciada, clientes e beneficiários. Dado o volume de informações processados por nossos sistemas de computadores, uma interrupção temporária ou de longa duração, apesar do suporte de cópias de documentos, poderia afetar de maneira adversa e significativa nossas operações. Essa interrupção pode vir a aumentar o tempo necessário para processar informações sobre a nossa rede credenciada e beneficiários, a prestação de serviços e a cobrança relativa à assistência odontológica prestada, afetando a nossa receita operacional bruta e os nossos resultados operacionais.

Riscos cibernéticos.

O espaço cibernético intensificou transformações sociais nos mais diversos campos da atividade humana e entendemos que ele é essencial para fornecer serviços e manter o relacionamento com os nossos colaboradores, rede credenciada, parceiros e beneficiários. Mas, o ambiente cibernético também apresenta diversos riscos relacionados às ameaças que, em constante evolução, criam desafios diários de segurança e privacidade. Por este motivo, a Companhia criou um programa sólido de gestão de riscos de segurança cibernética e da informação que tem como objetivo garantir que as melhores práticas sejam aplicadas para proteger todo o nosso ecossistema de negócio, o que inclui nossos colaboradores, rede credenciada, parceiros,

4.1 Descrição dos fatores de risco

fornecedores, beneficiários, clientes e serviços fornecidos no espaço cibernético, mantendo a conformidade com as leis e requisitos regulatórios vigentes.

Nosso principal objetivo é garantir a proteção da informação, independentemente de onde ela esteja, e a proteção da vida humana dentro do espaço cibernético. Para alcançar nossos objetivos, contamos com 5 premissas que constroem o alicerce robusto do nosso programa de segurança cibernética e da informação, sendo elas:

- Desenvolver uma compreensão organizacional para gerenciar o risco de segurança cibernética e da informação no que tange a sistemas, pessoas, ativos, dados e recursos por meio de auditorias e testes recorrentes realizados por empresas terceiras;
- Desenvolver e implementar proteções necessárias para garantir a prestação de serviços críticos por meio da criação de processos, usos das melhores tecnologias e conscientização de pessoas;
- Desenvolver e implementar atividades necessárias para identificar a ocorrência de um evento de segurança cibernética ou da informação pelo monitoramento contínuo de nosso ecossistema, utilizando-se de processos e das melhores tecnologias com o objetivo de fornecer informações em tempo real que serão utilizadas para tomada de decisão;
- Desenvolver e implementar atividades apropriadas para reagir e resistir contra um incidente detectado de segurança cibernética ou da informação;
- Desenvolver e implementar atividades apropriadas para manter planos de resiliência e restaurar quaisquer recursos ou serviços que foram prejudicados devido a um incidente de segurança cibernética e da informação.

Estas premissas são apoiadas em 4 (quatro) grandes princípios:

- **SAFETY** - garantir que um incidente de segurança cibernética ou da informação não se torne um acidente e afete fisicamente a vida humana;
- **Confidencialidade** - garantir que somente as pessoas autorizadas obtenham o acesso à informação;
- **Disponibilidade** - garantir que a informação esteja disponível para as pessoas autorizadas sempre que necessário; e
- **Integridade** - garantir a exatidão e a completude da informação.

Para que nossas premissas e princípios sejam alcançados, seguimos um conjunto de boas práticas como o NIST CSF, a ISO 27.001 e o CIS CONTROLS, buscando sempre estar em conformidade com a regulamentação aplicável ao nosso negócio, investindo na educação que gera a compreensão dos riscos que existem no espaço cibernético para as pessoas e utilizamos as melhores soluções tecnológicas conectadas com processos sólidos de negócio.

Apesar das medidas de segurança cibernética adotadas, nenhum ambiente cibernético é inviolável ou imune a falhas. Uma eventual violação ou falha de nossos sistemas pode vir a comprometer informações pessoais utilizadas para realização de atividades ilegais e/ou uso de forma indevida, possibilitando a exposição da Companhia em processos judiciais decorrentes de fraudes e/ou falsidades ideológicas pelo uso não autorizado de dados divulgados, além de danos reputacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os resultados das operações poderão ser adversamente afetados se não conseguirmos estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica, ou se não pudermos aumentar as tarifas (mensalidades) para compensar aumentos dos custos.

Os resultados das operações dependem, em grande parte, da capacidade de estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica futuros, especialmente a remuneração paga a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas. As mensalidades que cobramos dos nossos clientes são, em parte, formadas por estimativas de custos futuros de assistência odontológica esperados ao longo de um período geralmente de dois anos, e podem ser ajustadas anualmente de acordo com a inflação e alterações no índice de sinistralidade (custos de serviços dividido pela receita líquida) dos nossos clientes. Os fatores que podem fazer com que os custos de assistência odontológica ultrapassem as estimativas incluem, dentre outros:

- um aumento do custo de assistência odontológica e dos insumos odontológicos;
- a utilização de assistência odontológica por nossos clientes em um nível acima do esperado;
- a inclusão de novos eventos de tratamento odontológico no plano odontológico mínimo regulamentar ou mudanças na regulamentação que impliquem em aumento dos nossos custos; e
- outras ocorrências imprevisíveis.

Apesar de nossos esforços em fixar as tarifas com base em estimativas precisas dos nossos custos futuros de assistência odontológica, além dos robustos processos que temos implementados para gerir tais custos, a concorrência, mudanças na regulamentação e outros fatores poderão fazer com que os referidos custos não sejam integralmente cobertos pelas tarifas em vigor na ocasião. Se formos incapazes de fixar as tarifas em níveis apropriados ou ajustá-las proporcionalmente ao aumento dos custos de assistência odontológica, a nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Poderemos não ser capazes de manter rede de prestadores adequada.

Nossa rede credenciada é composta por aproximadamente 28.000 dentistas, em 2.500 cidades pelo Brasil, que oferecem tratamentos em todas as especialidades de Odontologia. Os dentistas não são funcionários da Companhia, sendo parceiros de negócios e podendo ter relações com outras companhias concorrentes. Por meio de adequados processos de gestão, buscamos um dimensionamento de rede que atenda aos princípios de dimensionamento e balanceamento por especialidade, de acordo com a cobertura na localidade e demanda de tratamentos esperada ou verificada.

As negociações são feitas individualmente com cada prestador, e não podemos assegurar que as condições de precificação sejam aceitas por todos, e nem assegurar a manutenção da rede nas condições ideais que a Companhia deseja, o que pode trazer riscos à satisfação dos clientes e profissionais da rede.

Não captura das sinergias comerciais, ou demais sinergias em processos de aquisição, bem como de integração e incorporações de processos operacionais poderão ter um efeito adverso no resultado financeiro da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A integração das operações de empresas já adquiridas e daquelas que venhamos a adquirir no futuro pode não ocorrer com a velocidade ou benefícios esperados, incluindo os riscos de perda de clientes e/ou empregados da empresa alvo e o de alcançar sinergias inferiores ao esperado.

Adicionalmente, o tempo e esforço necessários à avaliação e negociação de uma aquisição proposta, e a necessidade de análise e prévia aprovação de tais aquisições em algumas situações por órgãos governamentais, como o CADE, podem resultar em incertezas substanciais quanto à efetivação com sucesso de tais aquisições. Tais incertezas podem, por sua vez, afetar o valor das nossas ações ordinárias.

A Odontoprev adotou as disposições do CPC 32/IAS 12, que determina que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual tais diferenças possam ser utilizadas.

Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da Companhia. Entretanto, caso tenhamos a queda no lucro tributável que impossibilite aproveitamento da diferença temporária ou outro evento que possa afetar o aproveitamento fiscal esperado, podemos ser obrigados a efetuar a baixa do ativo já constituído, impactando negativamente o resultado.

Interrupções nas operações digitais em nosso escritório central poderão ter um efeito adverso em nossos resultados e condição financeira.

A gestão das nossas operações é conduzida primeiramente de nossa sede (escritório central), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Qualquer interrupção na operação do escritório central poderá afetar significativamente, de maneira adversa, nossa capacidade de gerenciar as atividades da nossa rede credenciada, clientes e beneficiários. Essa interrupção pode vir a aumentar o tempo necessário para processar informações sobre a nossa rede credenciada e beneficiários, a prestação de serviços e a cobrança relativa à assistência odontológica prestada, afetando a nossa receita operacional bruta e os nossos resultados operacionais.

Como forma de minimizar os riscos acima elencados, possuímos um programa maduro de continuidade do negócio, testado anualmente. No aspecto operacional, a maioria absoluta dos colaboradores de nosso escritório central trabalham no regime *home office*, que permite contornarmos de forma eficaz quaisquer situações que impossibilitem o acesso à nossa sede.

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos pode não ser totalmente efetiva.

Como forma de identificar e mitigar riscos, nós incorporamos o gerenciamento de riscos em toda extensão de nossas atividades e funções, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, processos e ferramentas de identificação e controle, além de promover seu contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento. No entanto, esta estrutura pode apresentar limitações em antever e mitigar todos os eventos de riscos aos quais estamos sujeitos ou poderemos estar no futuro. Se essa estrutura não for totalmente efetiva para prever e mitigar adequadamente os riscos, nós podemos sofrer perdas inesperadas e relevantes, afetando adversamente nossa condição financeira e os resultados esperados das operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não recebimento das mensalidades e/ou anuidades por parte dos clientes (inadimplência)

A Companhia possui atuação na venda de planos odontológicos para três segmentos de clientes, sendo eles: (i) Corporativo (grandes empresas), (ii) PME (pequenas e médias empresas) e (iii) Planos Individuais (pessoas físicas). Há o risco de não liquidação financeira liquidação das mensalidades por parte dos clientes. A Companhia constitui provisões, de acordo com as definições regulatórias e contábeis. Porém, a inadimplência pode atingir nível acima do esperado, afetando de forma negativa o resultado financeiro.

b) seus acionistas, em especial acionista controlador;

Os interesses do acionista controlador podem entrar em conflito com os interesses dos acionistas minoritários.

A Companhia possui um acionista controlador, este tem poderes para eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como decidir sobre reorganizações societárias, cancelamento de registro de companhia aberta, alienação de controladas, dentre outros. Nesse sentido, é capaz de influenciar fortemente e/ou exercer poder de controle sobre nossas decisões. Assim, os interesses de nosso acionista controlador poderão ser divergentes ou conflitantes com interesses de nossos acionistas minoritários, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações em curto espaço de tempo, pode fazer com que o preço de mercado de nossas ações diminua, ainda que temporariamente.

O preço de mercado das ações poderá cair caso haja a venda de quantidade substancial de nossas ações pelos acionistas detentores de participações significativas, ou caso haja percepção de que ocorrerá esta venda

c) a suas controladas e coligadas;

Poderemos não conseguir integrar e padronizar as operações das participações adquiridas às nossas, na velocidade esperada, ou não alcançar os benefícios no prazo estimado

É possível que não consigamos capturar todas as sinergias comerciais e operacionais mapeadas entre a Odontoprev e empresas do Grupo, por aderência limitada dos produtos aos diversos canais de venda. É possível também que haja aderência a esses produtos pelo mercado em níveis abaixo do previsto pela Companhia.

Também, é possível que não consigamos capturar todas as sinergias identificadas nas aquisições, integrações e incorporações, além de não conseguir gerenciar diferentes modelos de negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

d) seus administradores;

Poderemos não ser capazes de reter os membros da nossa alta administração, ou empregados qualificados.

Não podemos assegurar que conseguiremos reter em nossa Companhia os membros chave da nossa alta administração e os gestores com experiência. Além disso, não podemos assegurar que atrairemos administradores e empregados qualificados, podendo ser necessário que ofereçamos uma remuneração maior que a esperada, o que poderá representar custos adicionais, que podem não ser compensados pelo aumento do número de beneficiários ou de nossas tarifas.

e) a seus fornecedores;

A Companhia pode estar sujeita a práticas irregulares por parte de fornecedores.

Os fornecedores da Companhia podem vir a apresentar problemas com questões legais – como por exemplo àqueles relacionados a temas trabalhistas e ambientais ou àqueles relacionadas à prática de atos ilegais - sem que a Administração da Companhia tenha o devido conhecimento. Dessa forma, a Companhia poderá ter prejuízos financeiros, de reputação e de imagem relevantes e em consequência, impacto negativo junto aos seus clientes, bem como queda no valor de suas ações.

A Companhia pode estar sujeita ao não cumprimento de acordos e obrigações dos fornecedores.

Os fornecedores da Companhia podem vir a não cumprir as obrigações e acordos de nível de serviço formalmente contratados - obrigação contratual e/ou acordos de nível de serviço (SLA) - sem que a Administração consiga remediar tais ausências em tempo hábil, ocasionado possíveis atrasos e/ou impossibilidade da Companhia em cumprir com suas obrigações. Dessa forma, a Companhia poderá ter prejuízos financeiros, de reputação e de imagem relevantes e em consequência, impacto negativo junto aos seus clientes, bem como queda no valor de suas ações.

f) a seus clientes;

Uma redução significativa do número de clientes e/ou beneficiários em nossos planos odontológicos poderia afetar negativamente nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, inclusive por situações adversas.

Os fatores que podem contribuir para a perda de clientes incluem, dentre outros:

- A incapacidade de oferecer assistência odontológica a preços competitivos;
- A incapacidade de renovar ou renegociar contratos existentes;
- A decisão do cliente de não mais oferecer benefícios odontológicos aos seus beneficiários; e
- A decisão do cliente de contratar assistência odontológica de empresa concorrente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os fatores que podem contribuir para a redução do número dos nossos beneficiários incluem, dentre outros:

- A redução do número de empresas que oferecem planos odontológicos aos seus colaboradores, uma vez que as empresas não são obrigadas a oferecer benefício odontológico;
- A redução do número de beneficiários dos nossos clientes;
- O aumento das tarifas ou redução dos benefícios odontológicos oferecidos;
- A redução das tarifas ou aumento dos benefícios odontológicos oferecidos por concorrentes;
- A descontinuidade de um ou mais planos odontológicos; e
- A nossa saída de um determinado mercado de atuação.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue;

Enfrentamos concorrência significativa em um mercado fragmentado, tanto com os concorrentes atuais quanto com novos concorrentes que possam vir a explorar este setor, o que poderia afetar adversamente a nossa participação de mercado, situação financeira e resultados operacionais.

Concorremos com outras empresas de odontologia de grupo que oferecem planos odontológicos com benefícios similares aos nossos e, ainda, com diversas outras modalidades de operadoras de planos de saúde, que incluem, entre outras, seguradoras, cooperativas médicas e odontológicas e autogestões. Dada a penetração baixa dos planos odontológicos na população brasileira, acreditamos que a concorrência continuará a aumentar no futuro e que as seguradoras e os planos médico-hospitalares poderão expandir sua participação no segmento de odontologia, podendo ampliar consequentemente as suas respectivas participações no mercado. Além disso, é possível que novos concorrentes venham a ingressar no segmento de planos odontológicos, alterando o atual ambiente competitivo.

Contamos com serviços de agentes, e corretores independentes, não exclusivos, para comercializar e vender parte dos nossos produtos e benefícios de assistência odontológica, voltados principalmente a empresas de pequeno e médio porte e associações. Esses agentes e corretores independentes geralmente não nos oferecem exclusividade, não têm contratos de longo prazo conosco e frequentemente comercializam produtos de assistência odontológica concorrentes. Logo, enfrentamos intensa concorrência pelos serviços e lealdade dos agentes e corretores independentes. Dessa forma, não podemos assegurar que os agentes e corretores independentes com os quais trabalhamos continuarão a comercializar nossos produtos de maneira justa e consistente ou que continuaram cobrando comissões que seremos capazes de pagar. Caso tais agentes e corretores independentes deixem de comercializar nossos produtos de maneira justa e consciente ou passem a cobrar comissões que não seremos capazes de pagar, nossa condição financeira e de negócios podem ser adversamente afetadas.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue;

Mudanças na legislação tributária brasileira e na regulamentação da ANS e/ou CVM podem vir a afetar negativamente a nossa receita operacional.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quaisquer mudanças na legislação tributária brasileira podem ter impacto direto nos nossos negócios. O Governo brasileiro está conduzindo esforços para realização de ampla reforma tributária, que pode resultar em tributos adicionais aplicáveis aos nossos negócios, e em mudanças na forma de calcular os tributos devidos. Considerando que certos projetos de leis tributárias estão pendentes no Congresso Nacional, não podemos prever se novas leis tributárias entrarão em vigor no futuro próximo. Se a vigência de tais leis resultarem em aumento de alíquotas de tributos ou novos tributos relacionados aos nossos negócios, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais poderão ser afetados materialmente de maneira adversa, na medida em que não consigamos repassar tais aumentos aos nossos clientes.

Além disso, estamos sujeitos a leis federais, estaduais e municipais e regulamentos de diversos órgãos governamentais relativos à proteção do ambiente, da saúde humana e segurança e em especial, às regulamentações da ANS, que promulga normas, inclusive, sobre os planos odontológicos que oferecemos aos nossos clientes, como, por exemplo, certas cláusulas de nossos contratos com os clientes, nossos cálculos atuariais e outros temas.

Além da sua função regulamentar, a ANS também exerce a função de órgão fiscalizador, sendo também responsável, pela(o): (i) concessão da nossa licença operacional; (ii) concessão dos registros dos nossos planos odontológicos; e (iii) análise das informações sobre nossos clientes e beneficiários bem como sobre a nossa situação econômico-financeira.

Adicionalmente, o poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos aplicáveis, o que pode obrigar as empresas do setor odontológico, inclusive nós, a empregar recursos adicionais para se adequar a estas novas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do poder público poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor odontológico e ter um efeito adverso sobre os nossos resultados. Nossas operações podem vir a ser afetadas negativamente por novas regulamentações governamentais, inclusive regulamentações que estabeleçam um sistema de assistência odontológica subsidiado pelo Governo Federal.

O Governo Federal é responsável pelo oferecimento de um sistema de assistência odontológica público, acessível a todos os cidadãos. Entretanto, o sistema atual oferece assistência odontológica limitada e os recursos disponíveis são insuficientes para atender às necessidades de uma parcela significativa da população. Caso o Governo Federal venha a melhorar tais recursos, qualidade e abrangência do sistema odontológico atual a ponto dos nossos clientes optarem pelo sistema público, o nosso crescimento e capacidade de reter os nossos clientes pode ser prejudicada.

Além disso, a atividade de odontologia de grupo, regulada pela ANS, tem livre formação de preços. Caso a ANS comece a regular a formação de preços da atividade odontológica de grupo, isto pode afetar negativamente nossa receita operacional bruta, a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais. Podemos, ainda, ter perdas relativas a contratos individuais.

A partir de 2009, por meio da RN 195/09, alterada pelas RNs 200/09 e 204/09, a ANS enquadrrou como planos individuais contratos antes comercializados como coletivos por adesão. A regulamentação de planos individuais é diversa da regulação dos planos coletivos por adesão, originando, dentre outros efeitos, a constituição de provisão para perdas sobre créditos. Com o crescimento futuro dos planos individuais, poderemos ter que aumentar as despesas relacionadas a provisão para perdas sobre créditos, em linha com a regulamentação específica

4.1 Descrição dos fatores de risco

para este mercado, a qual determina a manutenção do cliente individual por 60 dias após o início do inadimplemento, e apresenta características de maior risco de crédito inerentes ao mercado individual.

Por fim, somos uma empresa de capital aberto, e portanto, estamos sujeitos às regulações da CVM, e há o risco de não cumprimento junto ao regulador.

Risco do não cumprimento da norma sobre capital regulatório.

A Companhia segue critérios determinados pela ANS sobre requerimento de capital mínimo regulatório para o segmento, executando atividades de gestão de risco em suas atividades. Porém condições adversas e/ou não previstas podem afetar a manutenção do capital regulatório obrigatório, impactando na margem de solvência da Companhia.

i) aos países estrangeiros onde a companhia atua:

A Companhia pode ter dificuldades na implementação do produto odontológico, bem como sofrer impactos negativos atrelados a regulamentação local.

A Companhia tem atuação no México, visando a operação de planos de assistência odontológica, e, portanto, sujeita às regulações do país. Há o risco da operação não ter a performance esperada, pela dificuldade de inserção no mercado mexicano, assim como o risco de alteração na regulação da CNSF (Comisión Nacional de Seguros y Fianzas (ou o Equivalente em Português o Comissão Nacional de Seguros e Finanças) e do SAT (Serviço de Administração Tributária) (órgãos reguladores mexicanos, equivalentes à ANS e Receita Federal, respectivamente), e por fim, o risco cambial, o qual pode afetar nossas condição financeira e de negócios.

j) questões sociais;

O risco social pode ser classificado na categoria de riscos operacionais e é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos relacionados a temas sociais, assim como ambientais e de governança (ASG). Desse modo, são fatores de risco quaisquer atividades (diretamente ou indiretamente) que desrespeitem legislações. Tais riscos, se materializados, podem gerar perdas financeiras como multas e sanções, além de exposição negativa da imagem corporativa da Companhia.

O propósito da Companhia é impulsionar a odontologia de qualidade. Alinhado a isso, a Odontoprev aproxima a odontologia da sociedade e agrega valor por meio da excelência de serviços prestados e com valores acessíveis, sempre alinhada aos princípios e diretrizes sociais.

A Odontoprev é associada a organizações nacionais e internacionais que contribuem com diretrizes, indicadores, princípios e metas para a gestão sustentável e geração de impacto. Entre eles estão o Pacto Global da ONU, nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Comunicamos anualmente sobre os progressos, descrevemos nossas ações de melhorias para a integração do Pacto Global e seus princípios em nossa estratégia de negócios, cultura e operações diárias e nos comprometemos a compartilhar essas informações com nossos principais stakeholders. Comprometida com a diversidade e equidade de gênero, a Odontoprev também apoia os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a Odontoprev tornou-se signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, um compromisso voluntário assumindo por empresas privadas e públicas, com o objetivo de unirem-se na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção.

Apesar das medidas de mitigação do risco social que adotamos, uma eventual violação interna ou cometida por nossos fornecedores e parceiros, podem nos trazer danos reputacionais.

k) questões ambientais;

A Companhia não provoca impactos socioambientais significativos, devido à natureza da sua atividade e sua operação fundamentalmente digital. Mesmo assim, a Companhia está comprometida nas abordagens preventivas para os desafios ambientais, além de promover responsabilidade ambiental em suas operações com ações de conscientização, educação ambiental e educação para consumo consciente e firma seu compromisso através da Política de Sustentabilidade, em que estabelece o compromisso de compatibilizar suas atividades com a conservação do meio ambiente, dentro dos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Todas suas atividades, produtos e serviços estão em harmonia com o meio ambiente, sempre visando sua conservação para gerações futuras, buscando assegurar que as atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis, junto a melhoria contínua no trabalho de prevenir a degradação ambiental. Adicionalmente, tem o compromisso de reduzir os impactos ambientais de seus processos, produtos e serviços, incentivar a pesquisa de novas tecnologias, processos e insumos que minimizem esses impactos e está empenhada na manutenção de um diálogo aberto com a comunidade, clientes e fornecedores, com vistas a troca de informações sobre temas ambientais relevantes.

A Companhia realiza a gestão constante das suas emissões, resíduos e consumos de água e energia. Para mitigar o impacto de suas emissões de Gases de Efeito Estufa, por exemplo, desde 2007 é realizado um projeto de plantio de árvores que já contabiliza mais de 13 mil mudas plantadas em parques. Desde 2020 a Companhia assumiu o compromisso de neutralizar as emissões. Neste mesmo ano, a empresa neutralizou 100% das suas emissões de gases de efeito estufa históricas, desde a sua fundação em 1987, com a estratégia de aquisição de créditos de carbono através do mercado voluntário.

Risco de destinação e manipulação incorreta dos resíduos sólidos gerados em atendimentos odontológicos

Dentre os resíduos gerados em atendimentos odontológicos, os que necessitam de maior atenção, desde a manipulação e armazenamento, até a destinação final, são os infectantes e os perfurocortantes. Os infectantes sendo materiais com possível presença de agentes biológicos, apresentam riscos de infecção e os perfurocortantes podem provocar cortes ou perfurações.

Caso haja o descumprimento das legislações ambientais, a Companhia pode sofrer multas e sanções administrativas. Além disso, o gerenciamento inadequado destes resíduos pode provocar consequências para a saúde pública e o meio ambiente, trazendo possíveis impactos negativos para as operações, imagem e reputação da Odontoprev.

A Companhia reconhece suas obrigações e responsabilidades nesta questão e possui um documento que descreve todas as ações relativas ao gerenciamento de Resíduos de Serviços de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Saúde (RSS) de seus consultórios odontológicos próprios (CLIDECS e Boutique Dental), o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS). Além disso, disponibiliza e comunica para toda a sua rede credenciada uma Cartilha de Sustentabilidade, que dentre os temas, apresenta a correta destinação e promove a conscientização sobre a gestão de resíduos e descarte de EPI's.

I) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição;

As mudanças climáticas representam uma ameaça de longo prazo para a economia. O cenário atual de aquecimento é de cerca de 2,9°C e com isso, a economia mundial terá uma contração de 18% nos próximos 30 anos.

As alterações climáticas afetam a saúde, incluindo a saúde bucal. Promover a conscientização sobre esses impactos é essencial para que seja possível gerenciar os impactos climáticos que ocorrem para a população e suas comunidades.

Riscos de transição relacionados a questões climáticas

A Companhia entende que deve acompanhar o desenvolvimento e atualizações das questões relacionadas a transição para uma economia de baixo carbono. Os riscos podem trazer aspectos regulatórios, reputacionais e mercadológicos.

Riscos regulatórios envolvem as políticas governamentais de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Nesse, podemos citar a política de precificação de carbono e taxação das emissões GEE (gases de efeito estufa). Dentro desse cenário, a Odontoprev gerencia suas emissões e realiza a neutralização através de créditos de carbono.

A Odontoprev atua com um alto investimento em iniciativas tecnológicas e de inovação, promovendo cada vez mais uma atuação com baixo impacto ambiental, baixa geração de emissões e resíduos.

Como forma de monitorar o desempenho em relação às ações para mitigar impacto nas mudanças climáticas, a Odontoprev responde anualmente ao questionário do Carbon Disclosure Project (CDP) (Caderno do Clima). Nos itens reportados, a Companhia foi reconhecida por pontos como transparência a respeito de suas questões ambientais. Além do CDP, a Odontoprev reportou pelo segundo ano consecutivo suas emissões no GHG Protocol Brasil, que qualifica as empresas inscritas com selos de acordo com a ordem de reporte, no caso da Odontoprev, selo Bronze (parcial).

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 - Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Dentre os fatores de risco, enumerados no campo 4.1, a Companhia entende que são os principais, em ordem decrescente de relevância:

1. Poderemos não ser capazes de executar inteiramente a nossa estratégia de negócios.
2. Os resultados das operações poderão ser adversamente afetados se não conseguirmos estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica, ou se não pudermos aumentar as tarifas (mensalidades) para compensar aumentos dos custos.
- 3- Poderemos não ser capazes de reter os membros da nossa alta administração, ou empregados qualificados.
- 4- Riscos cibernéticos.
- 5- Não captura das sinergias comerciais, ou demais sinergias em processos de aquisição, bem como de integração e incorporações de processos operacionais poderão ter um efeito adverso no resultado financeiro da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Alterações na taxa de juros podem impactar o valor justo do portfólio das aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas Controladas não operavam diretamente e nem apresentavam posições, ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em fundos de curto prazo e títulos públicos federais, obedecendo critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 da ANS para a garantia das provisões técnicas. As carteiras de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas estão, em sua maioria, exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2022, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 86,0% e 83,7% (58% e 55,9% em 31 de dezembro de 2021) estavam aplicados em títulos públicos federais, e 14% e 16,3% (42% e 42,6% em 31 de dezembro de 2021) estavam aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa Selic/CDI.

Portanto, há possibilidade de que alterações nas taxas de juros tragam impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas.

Em atendimento ao CPC 40(R1)/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

Consolidado												
31 de dezembro de 2022 (nota 6)												
	Indexados à		Indexados ao		Indexados ao		Rendimentos					Total de aplicações financeiras
	SELIC/CDI		Bond mexicano		IPCA + pré-fixado		Pré-fixados					
	SELIC/CDI (a.a) ¹	Fl renda fixa 2	BM (a.a) ²	CETES 2	Pré fixado ⁴	IPCA (a.a) ¹	NTN-B 2	Pré fixado ⁴	NTN-F 2	Pré fixado ⁴	LTN 2	
Nível hierárquico ³	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
Aplicações	-	127.381	-	8.211	-	-	471.331	-	124.384	-	48.087	779.394
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:												
Provável	11,75%	14.967	9,99%	820	4,32%	5,30%	45.357	9,52%	11.847	13,07%	16.198	89.189
Queda 2,0 p.p.	9,75%	12.419	7,99%	656		3,30%	35.930		11.847		16.198	77.050
Queda 3,0 p.p.	8,75%	11.145	6,99%	574		2,30%	31.217		11.847		16.198	70.981
Elevação 2,0 p.p.	13,75%	17.514	11,99%	984		7,30%	54.783		11.847		16.198	101.326
Elevação 3,0 p.p.	14,75%	18.788	12,99%	1.067		8,30%	59.496		11.847		16.198	107.396

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2022.
²Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).
³Taxas disponíveis no Banco Central do México.
⁴A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p, levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses, e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021			Ratings das instituições financeiras					
	Rendimento médio			Rendimento médio			Fitch		Moody's		S&P	
	Companhia	Consolidado	% do CDI	Companhia	Consolidado	% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	949	-	F1+	AAA	P-3	Baa3	brA-1+	brAAA
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	43	-	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	104.614	127.381	94,9%	289.303	303.481	104,2%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
Governo brasileiro	643.802	643.802	72,6%	399.487	399.487	106,0%		BB-		Ba2		BB-
Governo mexicano	-	8.211	-	-	10.667	-	-	BBB-	-	Baa2	-	BBB
	748.416	779.394		688.790	714.627							

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, figuravam em 3.928 processos judiciais e administrativos. Para os processos enquadrados nos termos acima, a Companhia e suas controladas estimam provisionar valor suficiente para suportar eventuais perdas.

Abaixo, estão relacionados os processos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas, em que figuram como parte em 31 de dezembro de 2022. Tendo em vista a atividade da Companhia e suas controladas, os processos em andamento, em sua maioria, possuem valores que não impactam, de forma significativa, seu patrimônio ou capacidade financeira:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos Cíveis

Processo nº	1079080-36.2013.8.26.0100
a. juízo	Vara de Origem: 14ª Vara Cível Atualmente: 27ª Câmara de Direito Privado
b. instância	2º Grau
c. data de instauração	15/10/2013
d. partes no processo	Autora: ODONTOPREV S.A. Ré: INNOVATIVE CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico da causa: R\$ 2.647.993,95 (dez-14) Valor atualizado da causa: R\$ 4.724.955,71 (mai-23) Valor da condenação fixada na sentença atualizada: R\$ 978.828,52 (mai-23)
f. principais fatos	Em 15.10.13 a ODONTOPREV protocolou a sua petição inicial. Em 6.12.13 a INNOVATIVE apresentou contestação. Em 27.1.14 a ODONTOPREV apresentou réplica. Posteriormente, foram especificadas as provas e sobreveio a R. decisão que afastou as preliminares e deferiu a produção da perícia contábil. Em 13.6.18 foi apresentado laudo pericial e posteriormente sua devida complementação. Em 13.10.20 foi proferida sentença de parcial procedência da ação para condenar a INNOVATIVE ao pagamento de multa de 13% pelo descumprimento do contrato. Em 27.10.20 a ODONTOPREV e a INNOVATIVE opuseram embargos de declaração. Em 8.6.21 os embargos de declaração de ambas as partes foram rejeitados. Em 1º.7.21 a ODONTOPREV e a INNOVATIVE interpueram recurso de apelação. Após apresentação de resposta aos recursos, os autos foram remetidos ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo e distribuídos ao Des. Sérgio Leite Alfieri Filho. Em 12.8.22 os autos foram remetidos à conclusão para o relator.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 13.10.20 foi proferida sentença de parcial procedência da ação para condenar a INNOVATIVE ao pagamento de multa de 13% pelo descumprimento do contrato. Em 27.10.20 a ODONTOPREV e a INNOVATIVE opuseram embargos de declaração. Em 8.6.21 os embargos de declaração de ambas as partes foram rejeitados.
h. estágio do processo	Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interposto pelas partes.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Honorários advocatícios de sucumbência fixados em 10% sobre o valor da condenação e 50% das custas processuais.

Processo nº	0027378-64.2010.8.05.0001
a. juízo	7ª Vara de Relações de Consumo de Salvador, BA
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	25/03/2010
d. partes no processo	Autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Ré: ODONTOPREV S. A. e OUTROS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico da causa: R\$ 250.000,00 (mar-10). Valor atualizado da causa: R\$ 545.704,29 (mai-23).
f. principais fatos	A ação foi ajuizada em 25.3.10 pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela e a inversão do ônus da prova. Foi então proferida decisão que liminarmente determinou a inversão do ônus da prova. Citada, a ODONTOPREV apresentou contestação e agravo retido contra a decisão que determinou a inversão de ônus da prova. Após, foram apresentadas contestações das LOJAS RIACHUELO e C&A. Na sequência, o MINISTÉRIO PÚBLICO apresentou réplica. Em 27.6.16 foi juntada petição de LOJAS

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	RIACHUELO impugnando os argumentos apontados na réplica do MINISTÉRIO PÚBLICO, requerendo o indeferimento da liminar e reiterando integralmente os termos de sua contestação para que seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva, com a extinção da ação sem julgamento de mérito. Em 6.3.21 foi proferida decisão saneadora que rejeitou as preliminares e intimou as partes a se manifestarem sobre as provas que pretendiam produzir, atribuindo ao MINISTÉRIO PÚBLICO o ônus de "comprovar a ocorrência de fato constitutivo de sua pretensão" e às empresas réas o de comprovar "a inexistência das irregularidades apontadas em sede exordial". Em 16.3.21 a ODONTOPREV opôs embargos de declaração para sanar a obscuridade e contradição quanto a redistribuição do ônus da prova. Em 24.3.21 o Ministério Público interpôs agravo de instrumento contra a decisão que redistribuiu o ônus da prova. Em 30.3.21 a C&A apresentou petição pedindo produção de prova oral e documental suplementar. Em 31.3.21 a ODONTOPREV apresentou petição pedindo produção de provas documental suplementar. Em 9.4.21 a Riachuelo pediu a produção de prova oral e documental suplementar. Em 11.1.22 o Ministério Público apresentou resposta aos embargos de declaração opostos pela ODONTOPREV. Em 19.5.22 foi juntado ofício do Tribunal informando que foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público para discutir a inversão do ônus da prova. Em 12.1.23 o MINISTÉRIO PÚBLICO protocolou nova petição pleiteando a redistribuição do ônus probatório. Em 2.3.23 os autos foram remetidos à conclusão.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pela ODONTOPREV para sanar obscuridade e contradição quanto ao ônus da prova do fato constitutivo consistente nas supostas irregularidades apontadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Há o risco de a ODONTOPREV ser compelida, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00, a: (i) estipular o valor da taxa mensal individual do plano coletivo de acordo com as normas em vigor e com as determinações da ANS; (ii) não utilizar o sistema de pré-pagamento; (iii) inserir no rol de coberturas os procedimentos elencados na resolução n. 154 da ANS; (iv) reajustar o valor mensal na data de aniversário do plano odontológico coletivo, não aplicando qualquer majoração em período inferior a um ano; (v) excluir a cláusula contratual segundo a qual havendo qualquer alteração na legislação sobre a periodicidade anual dos aumentos, os consumidores são obrigados a aceitá-los; (vi) exigir, caso necessária, co-participação em percentual não superior a 20% do valor dos procedimentos realizados; (vii) em caso de não pagamento de qualquer mensalidade, na data de seu vencimento, respeitar as regras estabelecidas no art. 13, inc. II, da Lei de Planos de Saúde; (viii) não criar obstáculos à exclusão voluntária do beneficiário; e (ix) em caso de exclusão voluntária do beneficiário, estipular multa rescisória no valor de uma mensalidade.

Processo nº	0003566-71.2016.4.03.6144
a. juízo	1ª Vara Federal de Barueri, atualmente em grau de recurso no TRF3
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	07.04.2016
d. partes no processo	Autora: ANS Ré: ODONTOPREV S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.047.485,26 – Valor histórico / R\$ 1.617.421,99 – Valor Atualizado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	ANS propôs ação de execução fiscal, visando o adimplemento de multa aplicada no processo administrativo n. 25789.077.462/2009-72, sob acusação de: (a) suposta exigência da operadora demandante de que fossem realizados exames radiográficos periapicais no beneficiário antes e depois do procedimento odontológico, para comprovar a realização do procedimento e possibilitar a remuneração da cirurgia-dentista; e à (b) incidência da coparticipação no procedimento de radiografia nele realizado; cujo valor teria sido pago diretamente à dentista.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após ter sido citada em execução, a ODONTOPREV apresentou carta de fiança para garantir o juízo da execução e opôs embargos à execução fiscal, distribuídos sob o n. 0006782-40.2016.403.6144, visando desconstituir a execução. Os embargos de devedor foram parcialmente acolhidos pela sentença da seguinte forma: (i) manteve a aplicação da multa de R\$ 30.000,00 relacionada ao item “a” (questão da suposta exigência de realização de radiografia); (ii) desconstituiu a multa de R\$ 30.000,00 referente ao item “b” (incidência da coparticipação) e; (iii) reduziu a multa pertinente ao item “c” (pagamento da coparticipação diretamente ao prestador) para o valor de R\$ 30.000,000, por entender que não ficou caracterizada a efetiva ocorrência de efeitos de natureza coletiva que pudesse ocasionar na aplicação do efeito multiplicador da multa. Tanto a ANS quanto a ODONTOPREV apelaram.
h. estágio do processo	Atualmente, o recurso de apelação está concluso para decisão desde 07.4.2021.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	POSSÍVEL
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O julgamento desfavorável a Odontoprev terá impacto sobre os lucros da empresa.

Processo nº	0004242-53.2015.4.03.6144
a. juízo	2ª Vara Federal de Barueri, atualmente em grau de recurso no TRF3
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	10.3.2015
d. partes no processo	Autora: ANS Ré: ODONTOPREV S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.404.736,95– Valor histórico / R\$ 2.365.998,44 – Valor Atualizado
f. principais fatos	O processo administrativo instaurado na ANS que culminou na multa executada decorreu da apuração de suposta irregularidade na conduta da ODONTOPREV ao comercializar os produtos chamados “IBIODONTO OURO” e “IBIODONTO PRATA” durante o ano de 2007, em condição operacional diversa daquela registrada na ANS.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após a Odontoprev ter sido citada, ajuizou embargos de devedor, autuado sob o n. 0010619-40.2015.40.3.6144, pretendendo desconstituir a multa executada em razão de diversos vícios do processo administrativo. Sentença de improcedência dos embargos de devedor da ODONTOPREV. Interpusemos apelação em 21.6.2022
h. estágio do processo	Atualmente, os autos da apelação estão conclusos para julgamento desde 2.3.2023.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	POSSÍVEL
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O julgamento desfavorável a Odontoprev terá impacto sobre os lucros da empresa.

Processos Tributários-Judiciais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	0000888-33.2013.4.03.6130
a. juízo	2ª Vara Federal de Osasco/SP Gabinete da Vice-presidência do TRF3
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/02/2013
d. partes no processo	Autora: Odontoprev S.A. Ré: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.955.030,94 - Valor da causa baseado no benefício econômico estimado no momento do ajuizamento da ação. O valor da causa não reflete exatamente os valores que se pretende restituir após trânsito em julgado da ação, os quais deverão ser apurados futuramente, com acréscimo da SELIC.
f. principais fatos	Illegalidade e inconstitucionalidade da cobrança de contribuições previdenciárias sobre verbas de caráter indenizatório, assim entendidas aquelas que não se destinam a remunerar serviços efetivamente prestados.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença parcialmente favorável, afastando a cobrança de contribuições previdenciárias sobre as seguintes verbas: (a) férias indenizadas; (b) terço constitucional de férias; (c) auxílio-doença ou auxílio-acidente nos primeiros 15 dias; (d) aviso prévio indenizado e seus reflexos no 13º salário; e (e) auxílio creche, assegurada a recuperação do indébito pago indevidamente a partir dos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação em diante. Acórdãos em segunda instância: mantida a sentença, reconhecendo-se, ainda, a não incidência das contribuições previdenciárias sobre o salário-maternidade, assegurado o direito à recuperação do indébito.
h. estágio do processo	26.02.2013 - Impetrado o Mandado de Segurança. 14.08.2013 - Sentença parcialmente favorável. 09.03.2013 - Interposta Apelação pela empresa. 24.01.2014 - Interposta Apelação pela União (intempestiva). 07.03.2016 – Acórdão: negado seguimento às apelações e à remessa oficial. 06.10.2016 - Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, pela empresa. 23.10.2017 – Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pela União. 09.02.2018 - Publicada decisão sobrestando o processo até julgamento final do tema nº 72 de repercussão geral (inclusão do salário-maternidade na base de cálculo das contribuições previdenciárias). 16.11.2021 - Levantamento do sobrestamento. 31.08.2021 - Decisão em retratação dando parcial provimento ao Apelo da Empresa, para reconhecer a não incidência de contribuições previdenciárias sobre o salário-maternidade e o direito à compensação do indébito. 01.10.2021 - Embargos de Declaração opostos pela Empresa. 13.05.2022 - Decisão não acolheu os Embargos de Declaração da empresa. 06.06.2022 - Agravo Interno Interposto pela empresa. 05.07.2022 - Decisão que deu provimento ao Agravo Interno da empresa. 18.07.2022 - Manifestação da União reiterando seus recursos excepcionais, pugnando pelo juízo de retratação. 03.03.2023 - Decisão que determinou o sobrestamento dos autos. 26.05.2023 - Autos sobrestados.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido – ajuste de tributação e recuperação de tributo pago indevidamente.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impactos, por se tratar de mandado de segurança objetivando a recuperação de tributo pago (sem risco de sucumbência/condenação).

Processo nº	5000338-03.2016.4.03.6144
a. juízo	Origem - 1ª Vara cível de Barueri Atual TRF 3ª Região – 2ª Seção – autos sobrestados na Vice-presidência
b. instância	autos sobrestados na Vice-presidência do TRF 3ª Região em razão da repercussão geral da matéria envolvida - tema 118 - Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS
c. data de instauração	18 ago 2016

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autora: ODONTOPREV S.A. - CNPJ: 58.119.199/0001-51 BRASIL DENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A - CNPJ: 19.962.272/0001-09 CLIDEC - CLÍNICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D'ARS LTDA - CNPJ: 17.453.895/0001-12 Ré: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.726.981,69 – Valor histórico atribuído à causa por estimativa/ Processo que envolve reconhecimento de direito creditório. Ação de crédito. Não dispomos das informações e nem de documentos que permitam avaliação do crédito real buscado, nem mesmo se a Companhia aproveitou a decisão procedente vigente.
f. principais fatos	Busca por reconhecimento de direito creditório, para deixar de incluir o ISS na base de cálculo do PIS/COFINS, bem como reaver os valores recolhidos indevidamente nos 05 anos anteriores ao ajuizamento da ação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após o julgamento do tema 69 – RE 574 706, em que o STF reconheceu inconstitucional a inclusão do ICMS na bc do PIS/COFINS, os mesmos argumentos utilizados na referida tese foram aplicados nas chamadas teses filhotes, tal como o presente caso, sobretudo pelo entendimento do Poder Judiciário no sentido de que tributo não pode compor a base de apuração do faturamento. O tema atual – exclusão do ISS da bc PIS/COFINS está afetado pelo STF em repercussão geral – (RE 592.616 -Tema 118) e aguarda a definição do STF
h. estágio do processo	18/08/2016 - Distribuído Mandado de Segurança. 29/08/2016 - Indeferida a liminar pleiteada. 09/09/2016 Interposto Agravo de Instrumento (AI n.º 5001528-03.2016.4.03.0000), o qual perdeu o objeto em razão da sentença. 02/02/2017 - Proferida sentença denegando a segurança vindicada. 06/02/2017 – Opostos Embargos de Declaração, os quais foram acolhidos apenas para correção de erro material na sentença, porém mantendo a denegação da segurança vindicada. 19/04/2017 - Interposto Recurso de Apelação pela empresa 24/06/2019 - Acórdão que deu provimento ao Recurso de Apelação da Empresa. 08/07/2019 – Interposto Recurso Extraordinário pela Fazenda. 26/09/2016 - Contrarrazões aos Recursos Excepcionais pela Empresa. 03/10/2019 - Proferida decisão que determinou o sobrestamento do feito até o julgamento da matéria pelo STF em repercussão geral no RE 592.616 (Tema 118). Autos sobrestados.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo que envolve reconhecimento de direito creditório. Ação de crédito. A Companhia obteve decisão favorável somente com a prolação do acórdão em 24/06/2019. Eventual risco (avaliado como remoto) fica vinculado ao aproveitamento pela Companhia da referida decisão procedente. Como o tema ainda não foi julgado pelo STF em repercussão geral, caso o oportuno entendimento do Supremo seja desfavorável aos contribuintes, a jurisprudência recente aponta que só haverá aplicação para fatos geradores posteriores ao que restar definido pelo STF, o que torna, portanto, remoto o risco caso a Companhia esteja se valendo dos benefícios da decisão vigente. Por fim, destacamos que não dispomos das informações se a Companhia aproveitou a decisão procedente vigente e nem de documentos que permitam avaliação do crédito real buscado, em caso de decisão final procedente.

Processo nº	5141583-46.2018.8.13.0024
a. juízo	2ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte/MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05.10.2018

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autora: Garcia Pedrosa Ltda. Ré: Município de Belo Horizonte
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.514,20 – Valor histórico / R\$ 86.518,23 Valor Atualizado
f. principais fatos	A base de cálculo do ISS deve ser necessariamente o preço do serviço, de modo que a inclusão dos montantes pagos em favor dos profissionais que prestam serviços aos usuários dos planos de saúde constitui uma ilegalidade e inconstitucionalidade perpetrada pelo Município de Belo Horizonte ao assim exigir por meio da Lei Municipal nº 8.725/03. Dessa forma, requer-se o reconhecimento do direito à exclusão deste montante da base de cálculo do ISS e a repetição do indébito pago desde março/2018.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença reconheceu à exclusão dos à dedução dos montantes relativos aos pagamentos efetuados em favor dos profissionais que prestam serviços aos usuários dos planos de saúde da base de cálculo do ISS recolhido pela Autora. Acórdão em apelação reformou a sentença apenas quanto ao momento da condenação em honorários sucumbenciais.
h. estágio do processo	Em 09.10.2018, foi deferido o pedido de tutela de urgência para permitir a exclusão dos montantes relativos aos pagamentos efetuados em favor dos profissionais que prestam serviços aos usuários dos planos de saúde da base de cálculo do ISS; Em 27.07.2021, foi proferida sentença julgando os pedidos procedentes para reconhecer o direito à dedução dos montantes relativos aos pagamentos efetuados em favor dos profissionais que prestam serviços aos usuários dos planos de saúde da base de cálculo do ISS recolhido pela Autora e o consequente direito à restituição do indébito pago desde março/2018. Em 03.08.2021, Município de Belo Horizonte interpôs recurso de apelação. Em 09.03.2022, apelo foi parcialmente provido apenas para determinar que os honorários sucumbenciais fossem fixados em fase de liquidação. Em 07.04.2022, o Município de Belo Horizonte interpôs recurso especial. Em 04.07.2022, foi proferida decisão de admissibilidade inadmitindo o recurso fazendário. Em 25.07.2022, o Município de Belo Horizonte interpôs Agravo em Recurso Especial.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em relação ao impacto de ajuste de tributação e recuperação de tributo pago indevidamente.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 86.518,23

Processos Tributários-Administrativos

Processo nº	13896.000852/2010-91
a. juízo	Processo Administrativo
b. instância	Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF")
c. data de instauração	10/05/2010 – Ciência Parecer nº 220/2010
d. partes no processo	Autora: Odontoprev S.A. Ré: Receita Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ R\$ 2.895.027,77 – Valor histórico / R\$ 3.660.731,20 – Valor Atualizado Aproximado (05/2023)
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo formalizado para análise das PER/DCOMP eletrônicas nº 09127.94518.040409.1.7.02-4055, 28481.58167.131006.1.8.02-7675, 07029.02955.250804.1.3.02-1222, 09458.64309.160505.1.3.02-6948 e 23276.13148.160505.1.3.02-6427, por meio das quais a Empresa objetiva compensar crédito oriundo de saldo negativo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), apurado no ano-base de 2002, com débitos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	14/05/2010 - Parecer nº 220/2010, proferido pelo Serviço de Orientação e Análise Tributária da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, que homologou a compensação objeto da DCOMP nº

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	07029.02955.250804.1.3.02-1222 e não homologou as compensações objeto das DCOMP nº 09127.94518.040409.1.7.02-4055, nº 28481.58167.131006.1.8.02-7675, nº 09458.64309.160505.1.3.02-6948 e nº 23276.13148.160505.1.3.02-6427. 16/11/2022 - Proferido Acórdão nº 1301-006.172 pela 1ª Seção de Julgamento da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária, que por maioria de votos, deu provimento parcial ao Recurso Voluntário, para (i) manter a apuração do IRPJ efetuada pela Empresa, referente ao ano-calendário 2002, reformando a decisão recorrida, no que se refere à glosa de custos/despesas operacionais/multas/e receitas financeiras; e (ii) manter a decisão recorrida com relação ao reconhecimento das retenções do IRRF, no valor de R\$ 1.183.324,63, homologando as compensações até o limite deste crédito reconhecido.
h. estágio do processo	14/05/2010 - Ciência do Parecer nº 220/2010, proferido pelo Serviço de Orientação e Análise Tributária da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, que homologou a compensação objeto da DCOMP nº 07029.02955.250804.1.3.02-1222 e não homologar as compensações objeto das DCOMP nº 09127.94518.040409.1.7.02-4055, nº 28481.58167.131006.1.8.02-7675, nº 09458.64309.160505.1.3.02-6948 e nº 23276.13148.160505.1.3.02-6427. 14/06/2010 – Protocolo da Manifestação de Inconformidade. 21/11/2013 - Proferido acórdão nº 14-46.867 pela 15ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade. 02/04/2015 – Protocolo do Recurso Voluntário. 16/11/2022 - Proferido Acórdão nº 1301-006.172 pela 1ª Seção de Julgamento da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária, que por maioria de votos, deu provimento parcial ao Recurso Voluntário, para (i) manter a apuração do IRPJ efetuada pela Empresa, referente ao ano-calendário 2002, reformando a decisão recorrida, no que se refere à glosa de custos/despesas operacionais/multas/e receitas financeiras; e (ii) manter a decisão recorrida com relação ao reconhecimento das retenções do IRRF, no valor de R\$ 1.183.324,63, homologando as compensações até o limite deste crédito reconhecido. 11/12/2022 - Remessa dos autos à Coordenação do Contencioso Administrativo Tributário da PGFN-DF. 24/01/2023 - Remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos. Os autos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-MF-DF, aguardando decisão do exame da análise de admissibilidade de Recurso Especial da Procuradoria.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível (probabilidade de perda em dez/2022)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.660.731,20

Processo nº	15983.720159/2015-90
a. juízo	Processo Administrativo
b. instância	Câmara Superior de Recursos Fiscais (“CSRF”)
c. data de instauração	31/08/2015 – Lavratura do Auto de Infração
d. partes no processo	Autora: Receita Federal Ré: Odontoprev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.847.892,34 – Valor histórico / R\$ 40.695.409,31 – Valor Atualizado Aproximado (05/2023)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Trata-se de autos de infração lavrados para exigência contribuições previdenciárias, relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, cumuladas com juros de mora e multa de ofício. De acordo com as informações extraídas do Termo de Verificação Fiscal, a Odontoprev S.A. teria remunerado seus administradores e empregados por intermédio da outorga de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral de 19/04/2007.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	13/04/2016 - Acórdão nº 14-60.089 proferido pela 9ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto ("DRJ"), que julgou a impugnação parcialmente procedente, determinando a exclusão da base de cálculo a parcela do benefício ofertado aos trabalhadores correspondentes às ações sujeitas à cláusula "lock up". 08/05/2019 - Acórdão nº 2402-007.208 proferido pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), que deu provimento ao Recurso de Ofício, reestabelecendo a incidência da contribuição previdenciária sobre as ações sujeitas a cláusula de "lock up" a partir da data do exercício das opções e negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia.
h. estágio do processo	31/08/2015 - Lavratura dos autos de infração. 02/10/2015 - Protocolo da Impugnação. 13/04/2016 - Proferido Acórdão nº 14-60.089 pela DRJ, que julgou a impugnação parcialmente procedente, determinando a exclusão da base de cálculo a parcela do benefício ofertado aos trabalhadores correspondentes às ações sujeitas à cláusula "lock up". 07/06/2016 - Protocolo do Recurso Voluntário. 08/05/2019 - Proferido Acórdão nº 2402-007.208, proferido pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF, que deu provimento ao Recurso de Ofício, reestabelecendo a incidência da contribuição previdenciária sobre as ações sujeitas a cláusula de "lock up" a partir da data do exercício das opções, e negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia. 31/01/2020 - Protocolo de Recurso Especial. 17/04/2020 - Proferido Despacho de Admissibilidade de Recurso Especial pela 2ª Seção de Julgamento da 4ª Câmara do CARF, que deu seguimento parcial ao Recurso Especial interposto em relação à matéria (i) Presença de Elementos que Caracterizam um Contrato Mercantil. De acordo com o Despacho, não restou demonstrada a divergência em relação às matérias dos itens: (i) Nulidade do Auto de Infração: Matéria de Ordem Pública, pela falta de indicação de acórdão paradigma; (ii) Nulidade do Auto de Infração: Erro na Eleição do Fato Gerador; (iii) Nulidade do Auto de Infração - Incorreta Apuração da Base de Cálculo; e (iv) Possibilidade de Apreciação de todas as Matérias Suscitadas em Recurso Especial (Súmula nº 528 do STF e art. 1034 do CPC), pela falta de indicação de acórdão paradigma. 11/05/2022 - Inclusão do Recurso Especial na pauta de julgamento da sessão de 26/05/2022, às 9h. 19/05/2022 - Autos retirados de pauta por determinação do Presidente. Sessão suspensa motivada pela adesão de conselheiros representantes da Fazenda Nacional ao movimento paredista da categoria funcional. 08/12/2022 - Autos colocados em pauta de julgamento para sessão em 19/12/2022 às 14:00 horas. 19/12/2022 - Autos retirados de pauta. 01/02/2023 - Autos colocados em pauta de julgamento para sessão em 15/02/2023 às 09:00 horas. 15/02/2023 - A Portaria CARF/MF nº 1490, suspendeu as sessões de julgamento do CARF da semana de 14 a 16 de fevereiro. Os autos encontram-se na 2ª Turma da CSRF, aguardando inclusão em pauta de julgamento.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 40.695.409,31

Processo nº	15983.720160/2015-14
a. juízo	Processo Administrativo
b. instância	N/A
c. data de instauração	31/08/2015 – Lavratura de Auto de Infração
d. partes no processo	Autora: Receita Federal Ré: Odontoprev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.424.986,59 – Valor histórico / R\$ 23.250.164,29 – Valor Atualizado Aproximado (05/2023)
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo consubstanciado em auto de infração constituindo crédito tributário relativo à multa isolada, em razão da suposta falta de retenção de IR-Fonte, referente aos períodos de apuração de 09/2010, 11/2010, 04/2011, 05/2011, 08/2011, 04/2012 e 07/2012.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	13/04/2016 - Acórdão nº 14-60.089 proferido pela 9ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto ("DRJ"), que julgou a impugnação parcialmente procedente, afastando da base de cálculo de apuração da multa isolada as ações sujeitas a cláusula de lock up a partir da data do exercício das opções. 08/05/2019 - Acórdão nº 2402-007.208 proferido pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento de Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), que deu provimento ao Recurso de Ofício, reestabelecendo a aplicação da multa isolada da base de cálculo ações sujeitas a cláusula de "lock up" a partir da data do exercício das opções e negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia.
h. estágio do processo	31/08/2015 - Lavrado Auto de Infração. 02/10/2015 – Protocolo da Impugnação. 10/11/2016 - Proferido acórdão nº 14-63.369, que julgou a Impugnação procedente em parte, afastando 27/12/2016 – Protocolo do Recurso Voluntário. 11/07/2019 - Proferido Acórdão nº 2201-005.285 pela 2ª Seção de julgamento da 2ª Câmara da 1ª Turma Ordinária, que deu provimento ao Recurso de Ofício, reestabelecendo a aplicação da multa isolada da base de cálculo ações sujeitas a cláusula de "lock up" a partir da data do exercício das opções, e negou provimento ao Recurso Voluntário. 22/01/2020 – Protocolo de Recurso Especial. 18/05/2020 - Proferido Despacho de Exame de Admissibilidade de Recurso Especial pela 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que deu seguimento Recurso Especial quanto aos seguintes tópicos: (i) Inexistência de Previsão Legal para Exigência de Multa Isolada no Presente Caso; (ii) Não incidência do IRRF quando do Exercício da Opção - Aplicação do "Regime de Caixa"; (iii) Não incidência do IRRF Sobre as Ações Sujeitas à Cláusula "Lock up"; e (iv) Presença dos Elementos que Caracterizam um Contrato Mercantil, e negou seguimento a divergência tratada no tópico "Nulidade do Auto de Infração em Razão da Ilíquidez e Incerteza do Crédito Tributário". 16/12/2021 - Proferido Acórdão nº 9202-010.327 pela 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais da CSRF, que conheceu parcialmente o Recurso Especial interposto pelo Contribuinte, negando-lhe provimento na parte conhecida. 21/02/2022 – Protocolo de Embargos de Declaração. 05/01/2023 - Houve ciência do despacho de admissibilidade que rejeitou os Embargos de Declaração. O processo encontra-se encerrado na esfera administrativa, tendo a matéria sido objeto da Ação Anulatório nº 1012050-55.2023.4.01.3400.
i. se chance de perda é provável, possível ou remota	Possível (probabilidade de perda em dez/2022)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	N/A
--	-----

Processos Trabalhistas: Não há processos trabalhistas relevantes.

Processos Ambientais: Não há processos trabalhistas relevantes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e no posicionamento do judiciário, são provisionados 100% dos valores pretendidos.

A estimativa de perda dos processos descritos no item 4.4. foram classificadas como “perda possível” ou, ainda, “perda remota”. Desse modo, seguindo o disposto na Política, não houve valores provisionados para esses processos.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

(Valores consolidados expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os potenciais riscos identificados em *due diligence* efetuados nos processos de aquisição estão provisionados e garantidos por depósitos em conta vinculada, *hold back*, seguro garantia e carta fiança.

Em 31 de dezembro de 2022 correspondem a R\$ 18.707.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Odontoprev possui uma “Política Institucional de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”. A atual versão do documento foi aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2020. O objetivo deste documento é apresentar os conceitos, diretrizes e responsabilidades em relação a práticas de governança corporativa, processos de gerenciamento de riscos e controles internos adotadas, de forma a esclarecer as fases de identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos decorrentes dos negócios realizados pela Companhia e suas Controladas, categorizados em estratégico, imagem, legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos decorrentes dos negócios realizados pela Companhia e suas controladas são categorizados em: estratégico, imagem, legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Odontoprev se utiliza dos seguintes instrumentos de mitigação de riscos: a) uniformização do conhecimento entre os gestores de risco a respeito dos principais riscos das suas atividades; b) tomadas de decisão com adequado tratamento e monitoramento de riscos; c) promoção da garantia do cumprimento da missão da Companhia; d) processos internos que preservem a Companhia de perdas relevantes decorrentes de eventos de risco; e) segregação de funções nas atividades; f) revisões e aprovações de transações, atividades ou processos – operacionais ou administrativos; g) definição de alçadas para aprovação; h) execução de conciliações em geral; i) prévia avaliação de riscos de processos, produtos e serviços; j) mecanismos de proteção física dos ativos; k) mecanismos de segurança lógica nos sistemas; l) revisões do desempenho operacional; m) análise de sensibilidade de instrumentos financeiros; n) programa de gestão da continuidade dos negócios; e o) monitoramento das atividades, processos e do desempenho dos produtos e serviços.

Em relação ao risco de Mercado, a Companhia destaca que não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não operavam diretamente e nem apresentavam posições, ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todos os administradores e colaboradores são responsáveis pelo gerenciamento de riscos da Odontoprev e suas controladas, de modo a identificar preventivamente novos riscos, monitorando e adotando ações de resposta para evitar, eliminar ou controlar os riscos conhecidos.

Ademais, a Companhia adota a seguinte estrutura organizacional de controle e monitoramento dos riscos:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- 1) Conselho de Administração: Órgão, composto e regido nos termos dos artigos 12 a 18 do Estatuto Social da Odontoprev, responsável, entre outras atribuições, por: (i) aprovar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; (ii) estabelecer os limites dos riscos que a Companhia poderá enfrentar na condução de seus negócios; (iii) monitorar e reavaliar, periodicamente, os riscos estratégico e de imagem; e (iv) avaliar, quando requerido pelo Comitê de Auditoria ou pela Diretoria, a situação da Companhia em relação aos diversos riscos.
- 2) Comitê de Auditoria: Órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, responsável principalmente por (i) avaliar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; e (ii) monitorar e reavaliar periodicamente os riscos: legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional, com apoio da Auditoria Interna e da Auditoria Independente.
- 3) Comitê de Gestão de Pessoas: Órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, cuja função é (i) supervisionar e revisar as políticas e práticas de remuneração e propor ao Conselho de Administração a remuneração dos Administradores; (ii) assessorar o Conselho de Administração em suas responsabilidades de eleger, avaliar e destituir o Diretor Presidente e demais Diretores da Companhia; (iii) diligenciar para que a Companhia se prepare com a antecedência necessária para a sucessão dos Diretores e demais cargos chave de sua alta administração; (iv) monitorar os programas de atração e retenção dos talentos da Companhia, indicadores de satisfação e clima organizacional; e (v) monitorar o perfil de experiências e competências dos Administradores com atenção às oportunidades de aprimoramento.
- 4) Conselho Fiscal: Órgão estatutário responsável por monitorar e reavaliar periodicamente o risco operacional, efetuando a análise das demonstrações financeiras com o apoio da Auditoria Independente.
- 5) Comissão de Segurança da Informação e Privacidade de Dados, subordinada à Presidência, visa assegurar que os conceitos e diretrizes das políticas corporativas de segurança da informação e de privacidade de dados estejam sendo adequadamente disseminadas e implementadas pela Companhia, mitigando o risco operacional.
- 6) Comitê de Apuração e Ética, subordinado à Presidência, o Comitê é o guardião do Código de Conduta Ética e da Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, com o objetivo de proteger a Companhia dos riscos de imagem, legal e operacional.
- 7) Comitê de Gestão de Riscos, subordinado à Presidência e instaurado em 18 de outubro de 2022, busca avaliar e monitorar as exposições de risco e as práticas de governança, gestão de riscos e controles internos da Companhia, apoiando tecnicamente o Comitê de Auditoria no monitoramento de todas as categorias de riscos.
- 8) Compliance, área vinculada à Presidência, responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e supervisão do gerenciamento do risco legal.
- 9) Gestão de Riscos e Controles Internos, área vinculada à Presidência, responsável pelas atividades de coordenação, monitoramento e supervisão do gerenciamento dos riscos: estratégico, imagem, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional.
- 10) Segurança da Informação e Privacidade de Dados, área vinculada à Presidência, responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e supervisão do gerenciamento dos riscos relacionados à segurança da informação e privacidade de dados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

11) Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria, responsável pela avaliação dos processos de gestão de riscos, sistemas de controles internos, e mecanismos e procedimentos internos para o cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos da Companhia. A unidade de Auditoria Interna dispõe das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A efetividade do cumprimento da Política Institucional de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos é medida através do acompanhamento, tanto pelo Comitê de Gestão de Riscos quanto pelo Comitê de Auditoria, da evolução da Matriz de Riscos da Companhia.

A efetividade da referida política tem relação direta com o grau de exposição dos riscos residuais identificados. Quanto menor o grau de exposição de tais riscos, melhor a qualidade da gestão dos riscos, da governança e dos controles existentes.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Odontoprev define Políticas Corporativas como sendo **regras básicas** que orientam a conduta estratégica e operacional dos seus administradores e colaboradores. As Políticas Corporativas refletem o pensamento da Alta Administração da Companhia, auxiliando na definição de padrões, parâmetros, critérios, condutas, responsabilidades e limites de autoridade. As Políticas Corporativas auxiliam a Companhia no fortalecimento de seus controles internos, no gerenciamento de riscos e no atendimento das leis e dos normativos em vigor.

A partir das Políticas Corporativas são desenvolvidos procedimentos que visam detalhar suas regras básicas. O detalhamento é aquele necessário para que todo colaborador tenha condição de adquirir um entendimento razoável de um processo e, consequentemente, replicá-lo no seu dia a dia. Em via de regra, os procedimentos são documentados em manuais, físicos ou eletrônicos.

As práticas de controle ocorrem em todos os níveis organizacionais da Companhia e abrangem, entre outras, a revisão e aprovação das Políticas Corporativas e procedimentos; o estabelecimento de segregação de funções nas atividades e processos; a execução de conferências diversas; a revisão e/ou aprovação de atividades, processos, produtos e serviços; as limitações de autoridade por alçadas; a execução de conciliações em geral; a prévia avaliação legal ou regulatória de atividades, processos, produtos e serviços; a instalação de mecanismos de proteção física dos ativos; a implantação de segurança lógica nos sistemas; as revisões de desempenho operacional; o estabelecimento e aplicação de um programa de gestão da continuidade dos negócios; e, principalmente, o monitoramento das atividades, processos, produtos e serviços pelos órgãos de governança corporativa (veja item 5.1 deste formulário) e auditoria independente.

Em relação às demonstrações financeiras, os principais controles sobre a elaboração e acompanhamento de tais demonstrações incluem:

- Recepção e adequação às normas emitidas pelos órgãos reguladores.
- Controles de acesso aos sistemas de tecnologia, em especial, financeiro e contábil.
- Análises e conciliações contábeis entre registros e suportes operacionais.

Os monitoramentos, avaliações e auditorias executados pelos gestores das áreas, órgãos de governança corporativa e auditoria independente não apontaram deficiências significativas nos controles internos relativos às últimas demonstrações financeiras da Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Em via de regra, o gestor de cada área da Companhia é o colaborador responsável por elaborar as Políticas Corporativas e procedimentos daquela área, além de controlar, com o auxílio da Diretoria, o cumprimento de tais regras e procedimentos por parte de seus subordinados.

Por sua vez, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos, a Auditoria Interna e a auditoria independente avaliam e auditam a eficácia e eficiência dos controles internos definidos nas Políticas Corporativas e procedimentos das diversas áreas da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Já a Diretoria e o Comitê de Auditoria monitoram a situação dos controles internos, com base nas informações prestadas pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e auditoria independente.

Mensalmente, as informações contábeis são submetidas à Diretoria e ao Comitê de Auditoria para acompanhamento e, trimestralmente, à auditoria independente, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, além da Diretoria e Comitê de Auditoria, para avaliação.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é avaliada pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos e pela Auditoria Interna, além da auditoria independente. O resultado de tais avaliações é apresentado à Diretoria e Comitê de Auditoria.

Gestão de Riscos e Controles Internos: área responsável por apoiar tecnicamente os gestores das áreas no desenho e implementação de seus controles internos e na avaliação de sua aplicação, respondendo à Presidência e sendo acompanhada pelo Comitê de Auditoria. Todos os apontamentos de auditoria possuem planos de ações associados, registrados em sistema específico de gerenciamento de riscos. A área de Gestão de Riscos e Controles Internos também monitora a implementação de cada plano de ação, reportando periodicamente o status à Diretoria e ao Comitê de Auditoria, além de validar se as ações implementadas endereçam adequadamente as falhas identificadas.-

Auditoria Interna: responde funcionalmente ao Conselho de Administração, com supervisão dada pelo Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna é responsável por assegurar que as Políticas Corporativas e procedimentos estão sendo atendidos pelos colaboradores e Diretores da Companhia, além de avaliar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança implementados. A área possui regimento interno, além de ter seu plano de trabalho e orçamento aprovados pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Odontoprev S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e em cumprimento ao que determina o item 6.3.9 da Resolução Normativa 418/2016 (Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS), a auditoria independente apresentou recomendações e observações sobre as deficiências e adequação dos controles internos, exclusivamente decorrentes de aspectos ou assuntos identificados na aplicação de procedimentos executados com o propósito de determinar a época, extensão e natureza dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras, de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais. Os auditores independentes não são requeridos a opinar sobre os controles internos, e não o fizeram, sendo os comentários sobre os controles internos decorrentes de procedimentos adotados e, portanto, não refletem uma avaliação dos controles internos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Como resultado dos procedimentos acima citados, foram identificadas deficiências de controles internos cujas recomendações tem como finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Odontoprev S.A.. No entanto, não foram identificadas deficiências e recomendações em relação aos controles internos da Companhia classificados como “Deficiência Significativa”.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia concorda com a avaliação dos auditores independentes em relação à ausência de deficiências significativas no relatório de controles internos referente ao exercício findo 2022.

A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes, acompanhando e monitorando eventuais deficiências e recomendações, e adotou, quando necessário, planos de ações para endereçar tais recomendações.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos e Código de Conduta Ética. Os dois documentos mencionados são públicos e estão disponíveis no site de Relação com Investidores (RI): <https://ri.odontoprev.com.br/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>. A Companhia também possui processo estruturado de monitoramento de pagamentos suspeitos, com manual interno de procedimentos relacionados à atividade, em atendimento à regulamentação vigente referente à prevenção à lavagem de dinheiro (Resolução Normativa ANS - RN nº 529/2022).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia encoraja e respalda, de forma ilimitada, o oferecimento de denúncia sobre qualquer ato ou omissão que possa vir a configurar transgressão ao seu Código de Conduta Ética, à sua Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos e/ou à legislação em vigor, incluindo a lei anticorrupção e a lei de licitações vigentes.

Os principais mecanismos de integridade envolvem a(o) (a) monitoramento pelos administradores da Odontoprev de toda transação, interrompendo e comunicando atitudes suspeitas praticadas por subordinados, pares e fornecedores de bens e serviços; (b) homologação, gestão e monitoramento de corretores, rede credenciada e demais fornecedores por áreas específicas da Odontoprev; (c) controle por parte das áreas comercial e pós-venda dos procedimentos para participação em licitações públicas, com análise prévia por parte do departamento jurídico de todos os processos de concorrência pública; (d) adoção de conjunto de regras, procedimentos e controles, por parte da área de compras, para os processos de homologação e de revisão cadastral dos fornecedores de bens e serviços, de modo a prevenir a contratação ou manutenção na base de empresas inidôneas, suspeitas de envolvimento em atividade ilícitas ou com estrutura societária ou administrativa que possa gerar conflito de interesses com a Companhia; (e) monitoramento pelo departamento financeiro da Companhia dos pagamentos para fornecedores de alto risco; (f) existência de um Código de Conduta Ética; (g) canal ético (denúncias) que preserva a identidade dos denunciantes e cuja recepção das ocorrências está a cargo da área de Compliance, área com reporte direto ao Conselho de Administração, direta ou indiretamente, por meio do Comitê de Auditoria, e livre de responsabilidade ou autoridade operacional sobre as atividades da Organização; (h) Comitê de Apuração e Ética; (i) auditoria independente das demonstrações financeiras; e (j) treinamento mandatório sobre Conduta Ética, Compliance e a respeito do conteúdo da Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, a cargo da área de Compliance.

5.3 Programa de integridade

Os riscos, políticas e práticas são avaliados periodicamente, no prazo máximo de 02 anos ou, se necessário, a qualquer tempo em razão de atualização regulatória, normativa ou legislativa.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A área de Compliance da Companhia foi designada pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Odontoprev e regimento correspondente. A área de Compliance é responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e gerenciamento do risco legal. Seu objetivo é fomentar a cultura de Compliance, de modo que cada gestor de risco e cada colaborador entendam sua importância nos processos, sejam eles mandatários, por força regulamentar ou não. A área de Compliance, também é responsável pela gestão e controle de mecanismos legais e procedimentos internos de integridade e demais ações relacionadas à conduta ética constante no Código de Conduta Ética, além de gerir o canal ético da Companhia.

A área de Compliance, com reporte à Presidência, também tem reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração da Companhia, atuando de forma independente revisando e avaliando questões de Compliance da Companhia.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos, com reporte à Presidência, realiza avaliações regulares nos principais mecanismos de integridade implementados na Companhia, buscando avaliar a eficiência de tais mecanismos.

Já a área de Auditoria Interna, operacionalizada pela EY e vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é a responsável por executar testes de auditoria periódicos para assegurar que os mecanismos adotados pela Companhia para o combate à corrupção e demais atos ilícitos estejam funcionando adequadamente.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, documento público (<https://ri.odontoprev.com.br/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, com última atualização aprovada em ata de Reunião do referido órgão em 28 de junho de 2022.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim, conforme descrito no item 2.1 do referido documento.

Para todo novo administrador eleito e colaborador contratado é requerido, no ato da posse e/ou na contratação, a realização dos treinamentos mandatários sobre ética e

5.3 Programa de integridade

sobre o conteúdo da Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, assim como a adesão ao Código de Conduta Ética da Companhia, através de assinatura anexa ao documento. A área de Compliance é responsável por garantir que tais treinamentos sejam disponibilizados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Tanto o Código de Conduta Ética, como a Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, preveem a aplicação de sanções aos administradores, colaboradores e fornecedores no caso de desrespeito aos documentos supracitados.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2022, e encontra-se disponível para consulta na página da OdontoPrev na rede mundial de computadores (<https://ri.odontoprev.com.br/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Sim.

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia, em outubro de 2021, passou a ser o “Canal Ético”. A mudança é baseada em uma estratégia pautada na transparência e nas melhores práticas de mercado. Além de renomeado, o canal foi terceirizado.

A empresa terceira realiza o recebimento das denúncias, a triagem inicial e encaminha para a área de Compliance. A área de Compliance, por sua vez, é responsável pelo direcionamento da apuração interna das denúncias recebidas.

- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Além de colaboradores e administradores, o canal recebe denúncias de terceiros, clientes ou não, beneficiários, rede credenciada, parceiros, fornecedores, da Odontoprev, bem como de suas controladas e coligadas.

- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Sim, visto que as denúncias são recepcionadas por empresa terceira e pelo Compliance da Odontoprev, área vinculada ao Conselho de Administração.

- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Comitê de Apuração e Ética.

5.3 Programa de integridade

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

No período mencionado, não tivemos casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia instaurou, em 18 de outubro de 2022, o Comitê de Gestão de Riscos, órgão com reporte à Presidência e formado pelos Diretores Financeiro, de Relações com Investidores, Jurídico, Compliance e SIPD, pelo Superintendente de Controladoria e pelo Gerente de Gestão de Riscos e Controles Internos.

O Comitê avalia e monitora as exposições de risco e as práticas de governança, gestão de riscos e controles internos da Companhia, possuindo, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Acompanhar a evolução dos programas de conscientização e de capacitação em gestão de riscos e controles internos;
- II. Revisar quaisquer políticas e manuais de procedimentos relacionados com gerenciamento de riscos;
- III. Analisar a evolução do Capital Regulatório e da situação econômico-financeira da Companhia;
- IV. Analisar os resultados apresentados pelos Gestores de Riscos em relação às práticas mínimas de gestão de riscos determinadas por regulamentação específica da ANS, além da suficiência de tais práticas;
- V. Analisar a evolução das perdas operacionais;
- VI. Analisar os resultados das avaliações de riscos e de controles realizadas pelas áreas da segunda linha de defesa da Companhia; e
- VII. Acompanhar a evolução da Matriz de Riscos da Companhia, assegurando que os Gestores de Riscos tenham dado adequado e tempestivo tratamento às recomendações de melhorias ou de correções de procedimentos apresentadas pelos órgãos de controle, Auditoria Interna, área Atuarial, Auditoria Independente e órgãos reguladores.

Em razão da instauração do supra ferido Comitê, foi realizada uma revisão dos riscos da Companhia, podendo-se notar as seguintes alterações em relação aos riscos mencionados no item 4.1 do último exercício: (i) exclusão de 2 riscos; (ii) inclusão de 11 novos riscos; e (iii) reclassificação de categoria para 2 riscos.

Não obstante, a Companhia entende que tais alterações não equivalem a maior exposição de riscos, pois são fatores já eram acompanhados, resultando, principalmente, de uma mudança na metodologia de avaliação e classificação.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
1832 ASSET MANAGEMENT L.P.					
07.760.067/0001-73	Canadá	Não	Não	31/03/2023	
Sim	1832 ASSET MANAGEMENT L.P.		Jurídica	07.760.067/0001-73	
29.341.032	5,311	0	0,000	29.341.032	5,311
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BRADESCO SAÚDE S/A					
92.693.118/0001-60	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
292.213.236	52,890	0	0,000	292.213.236	52,890
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
230.941.395	41,800	0	0,000	230.941.395	41,800
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
552.495.663	100,000	0	0,000	552.495.663	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BRADESCO SAÚDE S/A			92.693.118/0001-60		
BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.					
41.774.199/0001-92	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
668.219.946	100,000	0	0,000	668.219.946	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
668.219.946	100,000	0	0,000	668.219.946	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.			41.774.199/0001-92		
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.					
02.863.655/0001-19	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
12.251.025.598	100,000	0	0,000	12.251.025.598	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
12.251.025.598	100,000	0	0,000	12.251.025.598	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.			02.863.655/0001-19		
BANCO BRADESCO S.A.					
60.746.948/0001-12	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
12.317	100,000	0	0,000	12.317	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
12.317	100,000	0	0,000	12.317	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BANCO BRADESCO S.A.			60.746.948/0001-12		
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					
61.529.343/0001-32	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
2.445.219.983	45,804	1.292.135	0,024	2.446.512.118	22,954
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
914.471.663	17,130	0	0,000	914.471.663	8,580
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					
04.233.319/0001-18	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
451.890.822	8,465	119.774.968	2,251	571.665.790	5,363
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BANCO BRADESCO S.A.				60.746.948/0001-12		
8.089.200	0,152	8.228.600	0,155	16.317.800	0,153	
OUTROS						
1.518.722.243	28,449	5.190.798.444	97,570	6.709.520.687	62,950	
TOTAL						
5.338.393.911	50,086	5.320.094.147	49,914	10.658.488.058	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES			61.529.343/0001-32		
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
2.779.096.922	35,439	0	0,000	2.779.096.922	35,439
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					
03.847.461/0001-92	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
3.758.724.093	47,931	0	0,000	3.758.724.093	47,931
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1.304.138.509	16,630	0	0,000	1.304.138.509	16,630
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES			61.529.343/0001-32		
7.841.959.524	100,000	0	0,000	7.841.959.524	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.			04.233.319/0001-18		
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					
61.529.343/0001-32	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
1.259.587.222	74,722	0	0,000	1.259.587.222	39,509
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
423.598.233	25,129	1.502.370.308	100,000	1.925.968.541	60,412
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					
03.847.461/0001-92	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
2.521.897	0,150	0	0,000	2.521.897	0,079
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.			04.233.319/0001-18		
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.685.707.352	52,875	1.502.370.308	47,125	3.188.077.660	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FUNDAÇÃO BRADESCO				60.701.521/0087-78	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.			03.847.461/0001-92		
BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					
07.838.611/0001-52	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
189.425.112	53,698	0	0,000	189.425.112	26,072
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não			Física		
163.332.621	46,302	373.794.914	100,000	537.127.535	73,928
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.				03.847.461/0001-92	
352.757.733	48,552	373.794.914	51,448	726.552.647	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.			03.847.461/0001-92		
BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					
07.838.611/0001-52	Brasil	Não	Sim	30/12/2019	
Não			Física		
189.425.112	40,133	0	0,000	189.425.112	34,987
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Não	30/12/2019	
Não			Física		
163.332.621	34,604	0	0,000	163.332.621	30,168
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
119.241.167	25,263	69.416.579	100,000	188.657.746	34,845
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.				03.847.461/0001-92	
471.998.900	87,179	69.416.579	12,821	541.415.479	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BBD PARTICIPAÇÕES S.A.			07.838.611/0001-52		
NCD PARTICIPAÇÕES LTDA					
01.906.215/0001-39	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
0	0,000	74.784.306	48,421	74.784.306	24,196
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
47.346.860	30,619	23.831.923	15,431	71.178.783	23,029
OUTROS					
107.283.917	69,381	55.829.904	36,148	163.113.821	52,775
TOTAL					
154.630.777	50,030	154.446.133	49,970	309.076.910	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD PARTICIPAÇÕES S.A.				07.838.611/0001-52	
NCD PARTICIPAÇÕES LTDA					
01.906.215/0001-39	Brasil	Não	Não	02/01/2019	
Não			Física		
0	0,000	74.784.306	100,000	74.784.306	67,879
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
35.389.310	100,000	0	0,000	35.389.310	32,121
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
35.389.310	32,121	74.784.306	67,879	110.173.616	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NCD PARTICIPAÇÕES LTDA			01.906.215/0001-39		
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Sim	28/04/2023	
Não			Física		
793.303.109	100,000	0	0,000	793.303.109	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000
TOTAL					
793.303.110	100,000	0	0,000	793.303.110	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
NCD PARTICIPAÇÕES LTDA			01.906.215/0001-39		
FUNDAÇÃO BRADESCO					
60.701.521/0087-78	Brasil	Não	Sim	30/12/2019	
Não			Física		
793.303.109	100,000	0	0,000	793.303.109	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000
TOTAL					
793.303.110	100,000	0	0,000	793.303.110	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	05/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	51.247
Quantidade acionistas pessoa jurídica	268
Quantidade investidores institucionais	280

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	258.856.632	46,852%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	258.856.632	46,852%

6.4 Participação em sociedades

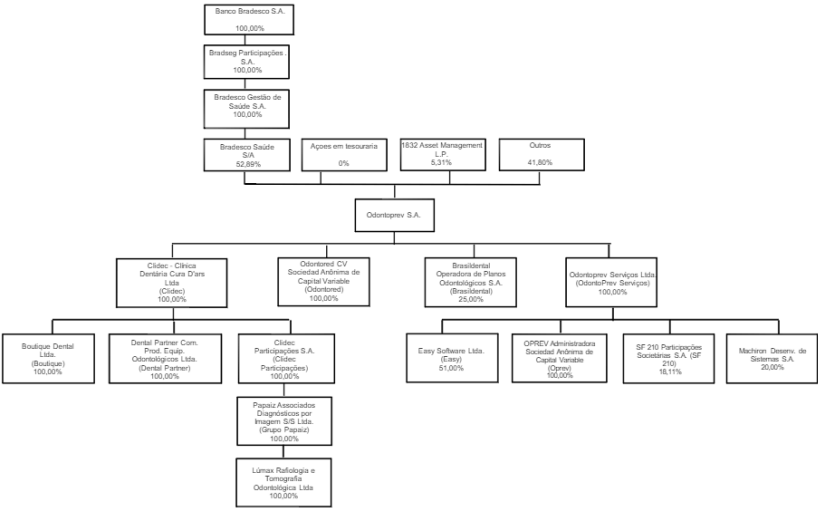
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BOUTIQUE DENTAL LTDA (BOUTIQUE DENTAL)	14.576.103/0001-09	100,00
BRASILDENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. (BRASILDENTAL)	19.962.272/0001-09	25,00
CLIDEC - CLINICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA DARS LTDA. (CLIDEC)	17.453.895/0001-12	100,000000
CLIDEC PARTICIPAÇÕES S.A. (CLIDEC PARTICIPAÇÕES)	16.577.641/0001-43	90,610000
DENTAL PARTNER COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (DENTAL PARTNER)	10.555.312/0001-15	100,000000
EASY SOFTWARE LTDA. (EASY)	72.995.848/0001-09	51,00
ODONTOPREV SERVIÇOS LTDA. (ODONTOPREV SERVIÇOS)	03.569.844/0001-46	99,99
ODONTORED CV SOCIEDAD ANÔNIMA DE CAPITAL VARIABLE (ODONTORED)	00.000.000/0000-00	100,000000
OPREV ADMINISTRADORA SOCIEDAD ANÔNIMA DE CAPITAL VARIABLE (OPREV)	00.000.000/0000-00	100,000000
PAPAIZ ASSOCIADOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM S/S LTDA. (GRUPO PAPAIZ)	62.020.367/0001-24	49,00
SF 210 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. (SF 210)	37.623.580/0001-83	18,110000

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
MACHIRON DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S.A.	29.518.783/0001-81	20,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Posição acionária em 05.04.2023



6.6 Outras informações relevantes
6.6.1 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 5 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o cancelamento de 15.970.140 ações mantidas em Tesouraria, com data base em 31 de dezembro de 2022, passando o capital total das ações ordinárias da Odontoprev de 568.465.803 para 552.495.663, sem alteração no valor do capital social da Companhia. Com isso, o Bradesco Saúde S/A, acionista controlador, passou de 51,40% de participação no capital para 52,89%.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de indicação dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento e Diretoria, aprovado em reunião do Conselho de Administração, em 31 de agosto de 2021, e disponibilizada no site de RI, ou, [nesse link](#).

Segundo a política mencionada, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros, contando com 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Quanto ao Conselho Fiscal, este é composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros, acionistas ou não, e igual número de suplentes, eleitos na Assembleia Geral que deliberar sua instalação, com mandato unificado de 1 (um) ano e com encerramento na Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício em que foram eleitos, sendo permitida a reeleição.

No que concerne aos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês de Assessoramento"), a Companhia, atualmente, possui 2 (dois) Comitês de Assessoramento, a saber: (i) Comitê de Auditoria e (ii) Comitê de Gestão de Pessoas. Ambos possuem mandato de 1 (um) ano, e 1 (um) Coordenador, eleito pelo Conselho de Administração e cujas atribuições serão determinadas no regimento interno do respectivo Comitê.

O Comitê de Gestão de Pessoas é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, com participação de pelo menos 1 (um) Conselheiro Independente.

Já o Comitê de Auditoria, deve possuir dotação orçamentária anual aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente, conforme definição constante no Regulamento do Novo Mercado. As indicações ao Comitê de Auditoria observam as orientações do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. quanto ao perfil dos integrantes.

Por fim, quanto à Diretoria, esta será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Clínico-Operacional, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de Diretores Corporativos. Os Diretores serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, e a indicação e eleição dos candidatos aos cargos de Diretor caberá ao Conselho da Administração da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração é avaliado anualmente, utilizando a metodologia onde cada membro preenche um formulário de avaliação, considerando o conselho como órgão e não individualmente. Os resultados de cada conselheiro são tabulados, gerando um relatório consolidado. Esse relatório é encaminhado ao Presidente do Conselho de Administração, destacando os pontos fortes e pontos de melhoria, a fim de que seja elaborado um plano de ação para as melhorias apontadas.

Constam no formulário as perguntas relativas ao Conselho Fiscal e aos Comitês de assessoria ao Conselho de Administração, visando obter a avaliação destes órgãos e estabelecer planos de melhoria, se for o caso.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Em 27 de novembro de 2019, em Reunião do Conselho de Administração a Companhia aprovou metodologia para avaliação do Conselho de Administração.

Os diretores estatutários, assim como os demais colaboradores, passam pelo processo de avaliação semestral de metas, seguindo a metodologia de Objective and Key Results (OKR). Nesse processo, existe uma contratação de metas individuais e o atingimento é mensurado através do alcance obtido em cada resultado-chave atrelado ao objetivo. Para tanto, os resultados-chave devem ser específicos, mensuráveis, alcançáveis, temporais e relevantes. Além disso, os diretores estatutários participam também do processo bienal de avaliação de competências, no formato de 360º (avaliadores: gestor, subordinados, pares, clientes internos e autoavaliação). Esse processo visa avaliar o comportamento do colaborador em cada uma das 5 competências organizacionais, seguindo uma régua de 4 níveis por competência (competência não observada, competência em desenvolvimento, competência consolidada e é uma referência na competência).

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos em 2022.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito administrador da Companhia, salvo dispensa de Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A lei dispõe ainda que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com os da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência de voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados, além de ser obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Odontoprev é Signatária do Pacto Global da ONU. Em maio de 2022, a Odontoprev assumiu um importante compromisso com o Programa Equidade é Prioridade, uma iniciativa do Pacto Global com o apoio da ONU Mulheres. A Companhia se comprometeu a ter 30% de mulheres ocupando cargos de alta liderança até 2025, bem como 50% de mulheres em cargos de alta liderança até 2030.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

É realizada anualmente uma Pesquisa de Clima, aplicada a todos os colaboradores, e o resultado é apresentado ao Comitê de Gestão de Pessoas, Diretoria e Conselho de Administração. Os resultados referentes aos riscos e oportunidades relacionados ao clima e planos de ação correspondentes são acompanhados anualmente por todas as instâncias.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 24	3	21	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	1	0	0	0
TOTAL = 24	1	16	0	1	0	0	6

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificadamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Odontoprev possui órgãos e comitês que se reportam ao Conselho de Administração de forma direta e indireta.

Os órgãos e comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são: (i) o Conselho Fiscal; (ii) o Comitê de Gestão de Pessoas; (iii) o Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) a Auditoria Externa; e (v) a Diretoria.

A Auditoria Interna é área vinculada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, responsável pela avaliação dos processos de gestão de riscos, sistemas de controles internos, e mecanismos e procedimentos internos para o cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos da Companhia.

A unidade de Auditoria Interna dispõe das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia. O Comitê de Auditoria deve executar testes de auditoria periódicos para assegurar que os mecanismos adotados pela Companhia para o combate à corrupção e demais atos ilícitos estão funcionando adequadamente.

Quanto ao Conselho Fiscal, este é órgão estatutário responsável por monitorar e reavaliar periodicamente o risco operacional, efetuando a análise das demonstrações financeiras com o apoio da Auditoria Independente.

Nos últimos exercícios, o Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal se reuniram, em regra, uma vez ao final de cada trimestre. Enquanto o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração se reuniram, em regra, uma vez em cada exercício. A previsão de reuniões para o exercício corrente mantém a lógica dos anos anteriores, reuniões trimestrais entre o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal e reuniões anuais entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração para aprovação das demonstrações financeiras anuais.

Já os que se reportam indiretamente ao Conselho de Administração são: (i) o Comitê de Gestão de Riscos; e (ii) o Comitê de Apuração e Ética.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política aprovada, porém, há um processo interno segundo o qual, para toda contratação de serviços que não se enquadre no objeto principal de revisão das demonstrações financeiras, é necessária a aprovação prévia do Comitê de Auditoria. Ademais, a empresa de auditoria contratada deverá passar todos os novos serviços por uma revisão interna de conflito de interesses.

O controlador, por sua vez, é notificado trimestralmente acerca dos serviços contratados, a fim de atender à Norma Corporativa de Contratação de Empresa de Auditoria Independente – nº 05.1190 (norma interna).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Canal de Denúncias da Companhia em outubro de 2021, passou-se a denominar “Canal Ético”. A mudança é baseada nas melhores práticas de mercado. Além de renomeado, o canal foi, também, terceirizado. A empresa terceira realiza o recebimento das denúncias, realiza a triagem inicial e encaminha para a área de Compliance.

A área de Compliance e o Comitê de Apuração e Ética são responsáveis pelo direcionamento da apuração interna das denúncias recebidas. Após a apuração interna, as questões são levadas a reuniões do Conselho de Administração e Diretoria, conforme o caso.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome: AMÉRICO PINTO GOMESCPF: 749.510.847-91Profissão: SecuritárioData de Nascimento: 30/01/1963

Experiência Profissional: Graduado em Gestão Empreendedora na Universidade Paulista (UNIP), com Pós-Graduação em Marketing pela Universidade Paulista e Lato Sensu MBA com Especialização em Finanças na Faculdade FIA de Administração de Negócios – FIA. Possui Program for Management Development (PMD), realizado junto ao IESE Business School. Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Segurador em 1987. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Gerente da Bradesco Seguros S.A., Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Atlântica Companhia de Seguros, Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Ipê Holdings Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda., Novamed Gestão de Clínicas Ltda., Neon Holdings Ltda. e BSP Affinity Ltda. assim como é membro suplente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Vice-Presidente do Conselho Diretor da FenaCap. O Sr. Américo Pinto Gomes informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Américo Pinto Gomes declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	Conselho de Administração (Suplente)		04/04/2022	Sim	28/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

ANDRÉ CHIDICHIMO DE FRANÇA

CPF:

253.070.168-75

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

24/04/1975

Experiência Profissional:

Juntou-se à Companhia em 2005. Formado em Direito pela Univem – Centro Universitário Eurípides de Marília, com pós-graduação em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional e MBA Executivo Internacional em Liderança e Gestão pela Saint Paul/ESMT. Estudou na London School of English (Londres/UK). Antes de ingressar na Odontoprev atuou como advogado corporativo no setor de aviação civil. Na Companhia desenvolveu carreira e aprimorou competências, agregando outras áreas sob sua responsabilidade além do Departamento Jurídico, como Compliance, Governança Corporativa, Proteção e Privacidade de Dados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/02/2024	28/11/2025	Outros Diretores	Diretor Jurídico, Compliance, Privacidade e Proteção de Dados e Oficial de Governança Corporativa	28/02/2024	Sim	28/06/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

CÉSAR SUAKI DOS SANTOS

CPF:

076.350.928-04

Profissão:

Engenheiro de Produção

Data de Nascimento:

11/09/1962

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Foi Diretor de Mercado da Ultragaz (Grupo Ultra), atuou como Diretor Geral de Logística da Holding ALL (América Latina Logística) e foi responsável pelas Diretorias de Compras e Planejamento do Grupo Martins. Foi Diretor Executivo Comercial & de Supply Chain da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), atuou como Diretor Presidente (CEO) do Martins Comércio e Serviços de Distribuição e participou do Conselho Consultivo de Administração da DPaschoal, do Lopes Supermercados e da Wickbold Alimentos. Atualmente, é Sócio-fundador da Maestã Gestão Patrimonial e participa dos Conselhos de Administração da OdontoPrev S/A, Hubprepaid S/A(Vale Presente) e da Elekeiroz S/A, bem como dos Conselhos Consultivos de Administração da Mundo Verde Franquias, da Ocrim Alimentos, do Grupo Hindiana e da Scanttech.O Sr. César Suaki dos Santos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.O Sr. César Suaki dos Santos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		04/04/2022	Sim	31/05/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

EDUARDO DA GAMA GODOY

CPF:

395.416.650-04

Profissão:

Contador

Data de Nascimento:

15/06/1963

Experiência Profissional:

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegrense e extensão universitária em Legislação Societária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit - Auditores Independentes S/S. É sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da empresa Padtec S.A., cujo objeto social é a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes e produtos eletrônicos de comunicações e de informática e a prestação de serviços de consultoria e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A.. Atuou como titular do Conselho Fiscal de Ideiasnet S.A., cujo objeto social é a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Atuou como titular do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Officer Distribuidora S.A., cujo objeto social é distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além de prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação. Também atuou como membro titular do Conselho Fiscal das empresas Tupy S.A., Marisol S.A. e Trafo Componentes Elétrico S.A. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Eduardo da Gama Godoy informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Eduardo da Gama Godoy declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	04/04/2023	AGO 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		04/04/2023	Sim	29/04/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

ELSEN CHRISTIAN DE CARVALHO CARMO

CPF:

024.934.937-02

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

19/11/1972

Experiência Profissional:

Economista pela UFRJ, MBA na Coppead/UFRJ e programa OMP na Harvard Business School. Possui ampla experiência comercial e em estratégias de expansão, com ênfase em prospectar, desenvolver e manter carteiras de clientes. Atuou nas Lojas Americanas, Unibanco, Banco Bozano e Invent. Foi sócio, diretor comercial e membro do Comitê de Investimentos da Investidor Profissional (IP). Atuou também na Archipelago Partners, onde foi fundador, sócio e membro do Comitê de Investimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Outros Diretores	Diretor Corporativo (Comercial Corporativo)	28/11/2023	Sim	01/06/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: IVAN LUIZ GONTIJO JUNIORCPF: 770.025.397-87Profissão: AdvogadoData de Nascimento: 08/10/1958

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, foi professor de Direito Comercial da Universidade Católica de Petrópolis e de Direito do Seguro da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 1985. Em 1998 foi eleito Diretor Jurídico do Grupo Segurador. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. e Ipê Holdings Ltda., atua como Diretor Geral da Neon Holdings Ltda. e é membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. É membro efetivo do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A, membro suplente da Brasil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Vice-Presidente do Conselho Diretor e membro do Conselho de Gestão da Confederação Nacional das Seguradoras – CNSEG e membro do Conselho Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros – FENASEG. O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		04/04/2022	Sim	23/12/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

IVAN MALUF JUNIOR

CPF:

022.154.758-46

Profissão:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

29/09/1964

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação pela FGV - CEAG e MBA Executivo Internacional pela FEA - USP. Atuou na Sobral Invicta, Philips Consumer Electronics, GE Capital IT Solutions em funções relacionadas a Controladoria, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Fiscal e participação em negociações de fusões, aquisições e vendas de empresas. De junho de 2001 a março de 2007, atuou como Diretor Financeiro do Grupo Semco, holding de investimentos cujo portfólio é formado por joint ventures com empresas internacionais (Cushman & Wakefield, RGIS, Pitney Bowes, ERM) e sua principal função era a gestão financeira das empresas do grupo, incluídas a tesouraria e controladoria das joint ventures. De maio de 2007 até a presente data, atuou e atua como Diretor Administrativo Financeiro da Day Brasil S.A., empresa industrial fabricante de produtos para indústria gráfica e distribuidora de plásticos e fitas industriais e para construção civil, e sua principal função é a gestão das áreas de tesouraria, controladoria (incluindo contabilidade e fiscal), recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, suprimentos e logística. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Ivan Maluf Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Maluf Junior declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	05/04/2023	AGO 2024	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		05/04/2023	Sim	19/04/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

JOSÉ MAURO DEPES LORGA

CPF:

711.509.277-04

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

05/11/1960

Experiência Profissional:

Formado em Economia pelo Instituto Brenett, Rio de Janeiro, e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC-RJ. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria do Grupo Vamos S.A., e membro do Comitê de Auditoria da Marfrig S.A., Movida S.A., e professor convidado da Fundação Dom Cabral – FDC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/08/2023	AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Suplente)		09/08/2023	Sim	09/08/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: JOSÉ ROBERTO BORGES PACHECOCPF: 239.571.311-20Profissão: EconomistaData de Nascimento: 20/01/1961

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Nacional de Brasília, com pós-graduação pela Stockholm School of Economics, Suécia, e mestrado em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Atuou na Caemi Mineração e Metalurgia S.A., Banco ABN-Amro e Gol Linhas Aéreas S.A., em funções relacionadas a finanças corporativas, tesouraria e relações com investidores. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	28/11/2023	Sim	09/05/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

CPF:

250.319.028-68

Profissão:

Bancário

Data de Nascimento:

21/12/1943

Experiência Profissional:

Graduado em Filosofia com pós-graduação em Sócio-Psicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou sua carreira no Banco Bradesco S.A. em 1969, dedicando toda sua vida profissional à Organização Bradesco. Foi Diretor de Relações com Investidores e, como Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, de 1999 a 2009, acumulou, durante 6 (seis) anos, a Presidência do Grupo Bradesco Seguros. Presidiu a Diretoria do Banco Bradesco de março de 2009 a março de 2018, acumulando o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração até outubro de 2017, ocasião em que foi alçado a Presidente do Conselho de Administração. É Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., Bradespar S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e Companhia Brasileira de Gestão de Serviços – Orizon, e Membro Efetivo do Fleury S.A. Foi Membro do Conselho de Administração da ArcelorMittal Brasil, Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A., Presidente da Comissão Nacional de Captação e Marketing da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP, Presidente da Associação Nacional da Previdência Privada - ANAPP, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE, Presidente do Conselho de Representantes e da Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg, Membro dos Conselhos Diretor e Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e Membro Titular da Association Internationale pour l'Etude de l'Economie de l'Assurance - Association de Genève, Genebra, Suíça. O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi informa que não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	Presidente do Conselho de Administração		04/04/2022	Sim	23/12/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

MANOEL ANTONIO PERES

CPF:

033.833.888-83

Profissão:

Médico

Data de Nascimento:

16/02/1963

Experiência Profissional:

Graduado em Biologia pela Faculdade de Santo Amaro e Medicina pela Faculdade de Medicina de Valença, com especialização em Administração de Serviços de Saúde – Administração Hospitalar pela Universidade de São Paulo (USP), MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, Conselheiro de Administração Experiente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e qualificado Especialista em Administração em Saúde pelo Conselho Federal e Regional de Medicina. Há 25 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 2007. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda., atua como Diretor Geral da Bradesco Seguros S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., BSP Affinity Ltda., Ipê Holdings S.A. e Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. É vice-presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A., membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e membro suplente do Conselho de Administração do Fleury S.A. Presidente do Conselho Diretor da Fenasaúde e Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos de Saúde Complementar – IESS. O Sr. Manoel Antônio Peres informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Manoel Antônio Peres declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	Vice Presidente Cons. de Administração		04/04/2022	Sim	02/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: MARCOS PIMENTEL DE VIVEIROS

CPF: 440.556.253-91

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 27/01/1972

Experiência Profissional:

Graduado magna cum laude em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC e em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR, onde também concluiu Especialização em Controladoria e Gestão Contábil. MBA em Direito Empresarial pela PUC-SP, em Gestão Empresarial pela FGV-RJ e em Finanças pelo IBMEC-RJ. Presidente da Odonto System, até a aquisição pela OdontoPrev. CFO da Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE, Diretor de Controladoria e Jurídico da M. Dias Branco , Diretor Administrativo Financeiro da Hapvida e Superintendente Jurídico e de Controladonia da Caixa de Previdência do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF. Foi sócio de Tozzini e Freire Advogados, e da Abreu, Barbosa e Viveiros Advogados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Outros Diretores	Diretor Corporativo (Atendimento, Novos Negócios e Produtos)	28/11/2023	Sim	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

MAURÍCIO MACHADO DE MINAS

CPF:

044.470.098-62

Profissão:

Bancário

Data de Nascimento:

01/07/1959

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Poli/USP, comEspecialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software pela NCR EUA, Curso de extensão universitária em Finanças pela Wharton Business School, nos EUA e programa de Desenvolvimento Executivo pela Columbia University - Nova Iorque, EUA e Programa para Diretores Corporativos de Conselhos de Administração, pela Harvard Business School, Boston, EUA. Ingressou no Banco Bradesco S.A. em julho de 2009, como Diretor Executivo Gerente. Em janeiro de 2014 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo. De março de 2018 a janeiro de 2019, acumulou o cargo de Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo. A partir de janeiro de 2019, passou a ocupar somente o cargo de Conselheiro de Administração. Já atuou como Diretor-Presidente da Scopus Tecnologia Ltda, Presidente do Conselho de Administração da BBC Processadora S.A., membro do Conselho de Administração da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A., membro do Conselho de Administração da Fidelity Processamento e Serviços S.A., Aquarius Participações S.A., Chain Serviços e Contact Center S.A. e MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.. Atualmente, também é membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro Conselho Consultivo da IBM Corporation, membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, Bradespar, Bradseg Participações S.A., Bradesco Saúde S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e EFMA, além de ser Strategic Partner do WEF (World Economic Forum). O Sr. Maurício Machado de Minas informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Maurício Machado de Minas declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	Conselho de Administração (Suplente)		04/04/2022	Sim	04/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

MURILO CÉSAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS

CPF:

269.050.007-87

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

06/07/1947

Experiência Profissional:

Nascido em 06 de julho de 1947, ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da CCR – Grupo Camargo Correa. Graduiu-se em Engenharia Química pela UFRJ/RJ em 1971. Entre 1970 e 1977, atuou no Ministério da Indústria e Comércio – Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Entre 1977 e 1992, atuou como empregado e posteriormente Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia da Companhia Vale do Rio Doce e como Diretor Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e Florestas Rio Doce S.A. Entre 1993 e 2006, foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Brasil Agro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2010. Atualmente, é membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNPQ), do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo e do Conselho Consultivo da Associação dos Produtores de Papel e Celulose – BRACELPA, do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Presidente do Conselho da Tegma Gestão Logística S.A.. O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas	04/04/2022	Sim	29/04/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR

CPF:

044.745.768-37

Profissão:

Bancário

Data de Nascimento:

18/07/1963

Experiência Profissional:

Nascido em São Paulo, aos 18 de julho de 1963, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, SP - Ciências Econômicas, Com Especializações em: Estratégias Financeiras e Marketing pela Fundação Instituto de Administração - FEA/USP, Gestão Financeira pela Fundação Getulio Vargas - FGV e Estratégias em Finanças pela Fundação Dom Cabral e, Programa de Gestão Avançada Bradesco pela Fundação Dom Cabral e AMP - Advanced Management Program ministrado pelo IESE Business School - University of Navarra, São Paulo. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em setembro de 1978. Foi eleito Diretor Executivo Adjunto em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente em fevereiro de 2015 e Diretor Vice-Presidente Executivo em maio de 2017. Em março de 2018, foi eleito Diretor-Presidente, cargo que ocupa atualmente. É ainda Membro da Mesa Regeadora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração BBD Participações S.A, Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Membro Suplente do Conselho de Administração Fleury S.A., Membro do NAT - Núcleo de Altos Temas., Membro do Conselho Diretor e do Conselho Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos., Membro Titular do Conselho de Administração da Odontoprev, Diretor-Presidente da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Diretor Presidente NCF Participações S.A. Merece destaque também, o cargo de Diretor Presidente da Bradesco Seguros S.A., que ocupou entre junho de 2017 a junho de 2018. O Sr. Octavio de Lazari Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Octavio de Lazari Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O.2024	Conselho de Administração (Efetivo)		04/04/2022	Sim	03/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

PAULO ROBERTO FRANCESHI

CPF:

171.891.289-72

Profissão:

Contador e Economista

Data de Nascimento:

12/06/1951

Experiência Profissional:

Formado em ciências contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School. Sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, tendo como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Com passagem anterior pelo Citibank, onde trabalhou por quatro anos. Atuou em empresa de Auditoria Internacional, PriceWaterhouseCoopers, onde permaneceu por 18 anos. Atua no como membro titular no Conselho Fiscal de companhias como a Equatorial Energia S.A., Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. CELPA, CEMAR Companhia Elétrica do Maranhão, bem como como membro Suplente de companhias como Odontoprev S.A., Banco do Brasil S.A., BB Seguridade Participações S.A., Cia. Energética de Pernambuco - CELPE, TECNISA S.A. WEG S.A., e SCHULZ S.A. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Paulo Roberto Franceshi informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Paulo Roberto Franceshi declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	05/04/2023	AGO 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		05/04/2023	Sim	06/04/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

RENATO ALVES COSTA

CPF:

360.452.528-45

Profissão:

Tecnólogo em Informática

Data de Nascimento:

02/10/1986

Experiência Profissional:

Formado em Tecnologia da Informação com ênfase em Gestão de Negócios (FATEC) com MBA em Gestão Estratégica de negócios (FIAP). Profissional com 15 anos de experiência na área de TI, tendo construído sua trajetória profissional em empresas nacionais e multinacionais de grande porte, com passagem por Alcatel-Lucent, LATAM, AES Brasil, Eletropaulo e BRK Ambiental. Executivo de tecnologia especialista em negócios, transformação de TI, inovação e implementação digital. Responsável pelo gerenciamento de operações e serviços, bem como projetos. Tem experiência em gestão de pessoas, contratos e finanças, além de experiência internacional obtida atuando em projetos globais e interação com estruturas operacionais offshore. Formação acadêmica muito sólida e importante vivência no exterior, morou e estudou nos Estados Unidos por 6 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Outros Diretores	Diretor Corporativo (Tecnologia de Informação, Marketing e Sustentabilidade)	28/11/2023	Sim	08/08/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

RODRIGO BACELLAR WUERKERT

CPF:

767.598.817-53

Profissão:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

02/07/1965

Experiência Profissional:

Presidente da Odontoprev S.A. a partir de 01 de junho de 2016. É engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e com MBA na University of Warwick, Inglaterra. Foi Diretor Presidente da Orizon, empresa de integração de processos tecnológicos no setor de saúde suplementar. Trabalhou por 19 anos em instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Diretor Presidente / Superintendente		28/11/2023	Sim	01/06/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: ROSE GABAY

CPF: 066.214.998-09

Profissão: Psicóloga

Data de Nascimento: 25/08/1963

Experiência Profissional:

Graduada em Psicologia pela Faculdades Metropolitanas Unidas, com MBA em Recursos Humanos pela FEA – USP. Foi Superintendente de Recursos Humanos no Banco Real – ABN-Amro, Diretora de Recursos Humanos no Real Seguros – ABN-Amro e Consultora de Recursos Humanos no Grupo Ultra. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/11/2023	28/11/2025	Outros Diretores	Diretora Corporativa (Recursos Humanos)	28/11/2023	Sim	01/09/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR

CPF:

032.621.977-34

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

05/02/1946

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Direito pela Universidade Candido Mendes – UCAM. Com vasta experiência no mercado segurador, iniciou sua carreira em 1969 na SulAmérica Seguros. Em dezembro de 1999, ingressou como Diretor Vice-Presidente na Bradesco Seguros S.A., onde permaneceu até março de 2011. De novembro de 2011 a abril de 2014, passou a atuar como Diretor Presidente na BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., onde atualmente é Membro do Conselho de Administração. Paralelamente, foi eleito, em 2007, Diretor na Bradesco Dental S.A., hoje Odontoprev S.A., na qual foi eleito, em 2014, Membro do Conselho de Administração. Em março de 2020, foi eleito Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. Atualmente, também é membro do Conselho de Administração do Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., BSP Park Estacionamentos e Participações S.A. e Fleury S.A. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da Swiss RE Solutions Brasil Seguros S.A, EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A., Integritas Participações S.A., IRB Brasil Resseguros S.A. e Brasidental Operadora de Planos Odontológicos, e Diretor Vice-Presidente do Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		04/04/2022	Sim	23/12/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

SERGIO MORENO

CPF:

639.382.788-20

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

15/03/1952

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração com ênfase em Finanças e Contabilidade – CEAG, pela FGV/SP. Ex-Sócio Diretor Líder da área de Management Consulting da KPMG Brasil, onde atuou por 39 anos, responsável pelos segmentos de Seguros, Resseguros, Previdência e Saúde. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Bradesco Saúde S.A., membro do Comitê de Auditoria da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., Tókió Marine Seguradora S.A. e Manisa Lojas S.A e Membro do Conselho Fiscal da Academia Nacional de Seguros e Previdência. Com exceção das empresas que compõem o grupo Bradesco, nenhuma das demais empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. É professor no IBGC, membro da Comissão de Governança em saúde do IBGC, professor do MBA da FIA para cursos de Seguros e Previdência. O Sr. Sergio Moreno informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Sergio Moreno declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	05/04/2023	AGO 2024	C.F (Efetivo)Eleito p/Controlador		05/04/2023	Sim	28/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

SIBELLI DE JESUS SANTANA FACCHIN

CPF:

322.202.018-30

Profissão:

Contadora

Data de Nascimento:

23/02/1983

Experiência Profissional:

Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em Seguros e Previdência e Especialização ISE Business em Gestão Gerencial. Iniciou a carreira na Bradesco Seguros em 2005 como estagiária de Controladoria e atualmente está como Superintendente da área de Controladoria. Também é Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon), Membro do Comitê de Auditoria da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A, e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. e Instituto de Estudos de Saúde Suplementar-IESS. A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	05/04/2023	AGO 2024	C.F (Suplent)Eleito p/Controlador		05/04/2023	Sim	05/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: THAIS JORGE DE OLIVEIRA E SILVACPF: 074.060.777-42Profissão: MédicaData de Nascimento: 11/02/1977

Experiência Profissional: Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Campos, com residência médica em Otorrinolaringologia e MBA Executivo em Gestão de Negócios com Ênfase em Saúde pelo IBMEC. Atualmente ocupa o cargo de Diretora na Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da Beep Cayman Limited, além de ser Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Assistenciais e 2º Suplente da Comissão de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Fenasaúde e Membro do Comitê de Saúde da AMCHAM/RJ. A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável. César

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		04/04/2022	Sim	04/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:

VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA

CPF:

422.881.180-91

Profissão:

Contador

Data de Nascimento:

09/09/1963

Experiência Profissional:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com pós-graduação em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como membro de Conselhos Fiscais desde 2000, e atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A, Weg S.A., Equatorial Energia S.A., Companhia Energética do Maranhão, Centrais Elétricas do Pará S.A. e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., e membro Suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., Ideiasnet S.A., e Padtec S.A. Membro do ACI – Audit Committee Institute desde 2015. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	05/04/2023	AGO 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		05/04/2023	Sim	19/04/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou relação de parentesco até 2o grau entre:

a) administradores do emissor;

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor;

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MANOEL ANTONIO PERES	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MANOEL ANTONIO PERES	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.	41.774.199/0001-92		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Membro do Conselho de Administração Observação			
	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	02.863.655/0001-19		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor THAIS JORGE DE OLIVEIRA E SILVA Membro efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada BRADERCO SAÚDE S/A Diretora Observação			
	074.060.777-42	Subordinação	Controlador Direto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	92.693.118/0001-60		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI Presidente do Conselho de Adminsitração Pessoa Relacionada BANCO BRADESCO S.A. Presidente do Conselho de Administração Observação			
	250.319.028-68	Controle	Controlador Indireto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	60.746.948/0001-12		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI			
	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Subordinação		Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
SIBELLI DE JESUS SANTANA FACCHIN	322.202.018-30	Subordinação		Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
BRADESCO SEGUROS S/A	33.055.146/0001-93			
Superintendente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Observação				
Administrador do Emissor				
SERGIO MORENO	639.382.788-20	Subordinação		Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Coordenador do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
AMÉRICO PINTO GOMES	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR	770.025.397-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR	770.025.397-87	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MANOEL ANTONIO PERES Vice-Presidente do Conselho de Administração	033.833.888-83 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A Diretor Presidente	92.693.118/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MANOEL ANTONIO PERES Vice-Presidente do Conselho de Administração	033.833.888-83 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A. Diretor Presidente	41.774.199/0001-92 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração	770.025.397-87 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A Membro do Conselho de Administração	92.693.118/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração	770.025.397-87 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Presidente <u>Observação</u>	02.863.655/0001-19 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Administrador do Emissor</u> SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> BRADESCO SAÚDE S/A Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u>	032.621.977-34 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> BANCO BRADESCO S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u>	032.621.977-34 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Administrador do Emissor</u> SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u>	032.621.977-34 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor THAIS JORGE DE OLIVEIRA E SILVA Membro efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada BRADESCO SAÚDE S/A Diretora Observação			
	074.060.777-42	Subordinação	Controlador Direto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	92.693.118/0001-60		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor MAURICIO MACHADO DE MINAS Membro suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada BANCO BRADESCO S.A. Membro do Conselho de Administração Observação			
	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	60.746.948/0001-12		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor MAURICIO MACHADO DE MINAS Membro suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada BRADESCO SAÚDE S/A Membro do Conselho de Administração Observação			
	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Direto
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	92.693.118/0001-60		
	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Administrador do Emissor MAURICIO MACHADO DE MINAS			
	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
AMÉRICO PINTO GOMES	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SERGIO MORENO	639.382.788-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Coordenador do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SIBELLI DE JESUS SANTANA FACCHIN	322.202.018-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SEGUROS S/A	33.055.146/0001-93		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Superintendente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Adminsitração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MANOEL ANTONIO PERES Vice-Presidente do Conselho de Administração	033.833.888-83 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A Diretor Presidente	92.693.118/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MANOEL ANTONIO PERES Vice-Presidente do Conselho de Administração	033.833.888-83 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A. Diretor Presidente	41.774.199/0001-92 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração	770.025.397-87 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A Membro do Conselho de Administração	92.693.118/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR Membro efetivo do Conselho de Administração	770.025.397-87 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	Tipo de pessoa relacionada
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
THAIS JORGE DE OLIVEIRA E SILVA	074.060.777-42	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
AMÉRICO PINTO GOMES	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADERCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SERGIO MORENO	639.382.788-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADERCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Coordenador do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
SIBELLI DE JESUS SANTANA FACCHIN	322.202.018-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho Fiscal	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADERCO SEGUROS S/A	33.055.146/0001-93		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Superintendente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.	02.863.655/0001-19		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Anualmente, a Odontoprev contrata, com prazo de vigência de doze meses, o Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Administradores, também conhecido como Seguro “Directors & Officers” (D&O). O objeto do seguro é a proteção dos administradores contratados pela Companhia dos riscos de responsabilização decorrente de ato danoso praticado durante a vigência do seguro ou em data não anterior à data retroativa de cobertura.

Em virtude da contratação do seguro em questão, as pessoas seguradas que forem responsabilizadas a título de reparação de danos, em virtude de decisão judicial, arbitral ou acordo previamente aprovado pela Seguradora, fará jus à indenização prevista, de acordo com os termos e condições constantes da Apólice. Nesse sentido, a Apólice estipula que o terceiro prejudicado deve apresentar reclamação às pessoas seguradas e estas ou o tomador à Seguradora durante a vigência do seguro, durante o prazo complementar ou prazo suplementar, se aplicáveis.

A Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Chubb Seguros Brasil S.A. estende-se para as Empresas controladas, com cobertura de R\$60.000.000,00, e prêmio líquido de R\$ 89.685,93.

No que diz respeito ao pagamento de multas pelas Seguradoras, conforme Ofício-Circular CVM/SEP/nº2/2020, a Administração da Companhia acredita que tais pagamentos são adequados e visam a promover o melhor interesse da Companhia, pois permitem aos administradores maior segurança no exercício de suas funções e atividades. Cabe lembrar que não há cobertura pelas Seguradoras no caso de apuração de eventual dolo, fraude ou má-fé pelo administrador, entre outras hipóteses previstas em maior detalhe na Apólice contratada.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em atendimento ao Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, a Companhia informa as demais informações exigidas abaixo:

Informações gerais referentes à estrutura organizacional da Companhia

O Conselho de Administração é avaliado anualmente, utilizando a metodologia onde cada membro preenche um formulário de avaliação, considerando o conselho como órgão e não individualmente. Os resultados de cada conselheiro são tabulados, gerando um relatório consolidado. Esse relatório é encaminhado ao Presidente do Conselho de Administração, destacando os pontos fortes e pontos de melhoria, a fim de que seja elaborado um plano de ação para as melhorias apontadas.

Constam no formulário as perguntas relativas ao Conselho Fiscal e aos Comitês de assessoria ao Conselho de Administração, visando obter a avaliação destes órgãos e estabelecer planos de melhoria, se for o caso.

Em 27 de novembro de 2019, em Reunião do Conselho de Administração a Companhia aprovou metodologia para avaliação do Conselho de Administração.

Os diretores estatutários, assim como os demais colaboradores, passam pelo processo de avaliação semestral de metas, seguindo a metodologia de Objective and Key Results (OKR). Nesse processo, existe uma contratação de metas individuais e o atingimento é mensurado através do alcance obtido em cada resultado-chave atrelado ao objetivo. Para tanto, os resultados-chave devem ser específicos, mensuráveis, alcançáveis, temporais e relevantes. Além disso, os diretores estatutários participam também do processo bienal de avaliação de competências, no formato de 360º (avaliadores: gestor, subordinados, pares, clientes internos e autoavaliação). Esse processo visa avaliar o comportamento do colaborador em cada uma das 5 competências organizacionais, seguindo uma régua de 4 níveis por competência (competência não observada, competência em desenvolvimento, competência consolidada e é uma referência na competência).

No que concerne aos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês de Assessoramento"), a Companhia, atualmente, possui 2 Comitês de Assessoramento, a saber: (i) Comitê de Auditoria e (ii) Comitê de Gestão de Pessoas. Ambos os comitês são órgãos estatutários.

A pauta com os itens a serem discutidos nas reuniões do Conselho de Administração, juntamente com o respectivo material, são enviados aos membros com o mínimo de 05 dias de antecedência da data de cada reunião. Ademais, todas as reuniões do Conselho de Administração possuem pauta, a qual o Diretor de Relações com Investidores comunica aos membros do Conselho de Administração a respeito das informações de mercado que possam se mostrar úteis para a melhoria no planejamento estratégico e do controle de riscos (operacionais, sistêmicos, de mercado etc.).

Datas de realização e quórum das Assembleias Gerais:

Ano 2023

7.8 Outras informações relevantes

AGOE em 5 de abril de 2023, com aproximadamente 87% do capital social com direito a voto.

Ano 2022

AGOE em 4 de abril de 2022, com aproximadamente 87% do capital social com direito a voto.

Ano 2021

AGOE em 5 de abril de 2021, com aproximadamente 88% do capital social com direito a voto.

Ano 2020

AGO em 28 de abril de 2020, com aproximadamente 84% do capital social com direito a voto.

Ano 2019

AGOE em 1º de abril de 2019, com aproximadamente 80% do capital social com direito a voto na AGO, e aproximadamente 85% do capital social com direito a voto na AGE.

Ano 2018

AGOE em 2 de abril de 2018, com aproximadamente 84% do capital social com direito a voto.

Ano 2017

AGO em 28 de março de 2017, com aproximadamente 75% do capital social com direito a voto.

Ano 2016

AGO em 11 de abril de 2016, com aproximadamente 75% do capital social com direito a voto.

Ano 2015

AGOE em 6 de abril de 2015, com aproximadamente 70% do capital social com direito a voto.

AGE em 20 de maio de 2015, com aproximadamente 73% do capital social com direito a voto.

Ano 2014

AGO em 1º de abril de 2014, com aproximadamente 70% do capital social com direito a voto.

Ano 2013

AGO em 2 de abril de 2013, com aproximadamente 71% do capital social com direito a voto.

Ano 2012

AGOE em 2 de abril de 2012, com aproximadamente 72% do capital social com direito a voto.

Ano 2011

AGO em 15 de abril de 2011, com aproximadamente 76% do capital social com direito a voto.

Ano 2010

AGOE em 25 de março de 2010, com aproximadamente 76% do capital social com direito a voto.

7.8 Outras informações relevantes

AGE em 1° de julho de 2010, com aproximadamente 73% do capital social com direito a voto.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, em 31/08/2021, Política de Remuneração dos Administradores ("Política de Remuneração"), disponível no [site de RI](#) da Companhia, com os seguintes objetivos:

- (i) estabelecer estratégia de remuneração aos dos administradores, do Conselho Fiscal, e dos membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (Comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas);
- (ii) incentivar atingimento de resultados de cada profissional em suas funções, reter e atrair profissionais qualificados talentos, garantindo o alinhamento com os valores e estratégias organizacionais;
- (iii) recompensar o desempenho profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades e em linha com as práticas de mercado, de modo a garantir a competitividade da Companhia no que diz respeito aos seus recursos humanos; e
- (iv) assegurar o alinhamento entre os interesses da organização, dos administradores e demais pessoas englobas pela Política de Remuneração, considerando a perenidade da Companhia.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

- (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Comitê de Gestão de Pessoas, como órgão independente, de caráter consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, é responsável pela revisão e supervisão das políticas e práticas de remuneração dos administradores da Companhia, incluindo os componentes fixos (remuneração fixa mensal e benefícios) e variáveis (incentivos de curto e longo prazo).

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre os valores individuais, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Qualquer alteração em valores ou critérios do pacote de remuneração dos administradores deve ser analisado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e submetido à aprovação do Conselho de Administração, observando-se o montante de remuneração global aprovado em Assembleia Geral de Acionistas.

- (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

8.1 Política ou prática de remuneração

Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos executivos, conforme as melhores práticas de mercado, baseadas em pesquisas de remuneração.

A remuneração dos Conselheiros Fiscais é fixa, e calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, o qual prevê que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria Estatutária, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os Diretores são contemplados por plano de benefícios, cujos valores são revisados anualmente conforme inflação, reajustes de fornecedores e a partir das práticas de mercado demonstradas em pesquisas externas.

Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação efetiva em reuniões, definido pelo Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração é revisada anualmente quando da submissão da remuneração global para apreciação da Assembleia Geral Ordinária. Não obstante, o Conselho de Administração se reserva o direito, a qualquer momento, de revisar, modificar, alterar ou revogar a Política de Remuneração, especialmente no caso de qualquer alteração essencial ou relevante às leis ou aos regulamentos aplicáveis à Companhia, respeitando as regras de governança corporativa.

c) composição da remuneração, indicando os requisitos de conteúdo dos itens i. a iii.:

(i) Descrição dos diversos elementos da remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A composição da remuneração visa equilibrar os interesses de curto, médio e longo prazo, atrelando ao atingimento de objetivos pré-contratados anualmente, através do programa de bonificação atrelada aos resultados e à geração de valor obtida a longo prazo por intermédio do incentivo de longo prazo.

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função A remuneração anual fixa atribuída ao Conselho de Administração é a mesma para todos os membros	1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função 2. Incentivo de Curto prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas anuais pré-estabelecidas. 3. Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido. 4. Benefícios: de acordo com a prática de mercado e políticas da Companhia assistência médica e odontológica, seguro de vida, alimentação e veículo.	1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função	Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação efetiva em reuniões, definido pelo Conselho de Administração.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua proporção na remuneração total nos últimos 3 anos

	2020	2021	2022
Conselho de Administração	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%
Diretoria Estatutária	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 36,3% 2. Bônus: 27,8% 3. Benefícios: 4,0% 4. ILP: 31,9%	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 29,3% 2. Bônus: 35,4% 3. Benefícios: 3,1% 4. ILP: 32,2%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 28,35% 2. Bônus: 34,14% 3. Benefícios: 3,07% 4. ILP: 34,44%
Conselho Fiscal	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%
Comitês¹	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas não são remunerados.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	1. Pró-labore: recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração. 2.Incentivo de Curto Prazo: tem como foco os resultados, sua base de avaliação inclui resultados da empresa, individuais e das células de atendimento ao cliente. A definição do valor será proporcional à indicadores de crescimento, eficiência e satisfação 3.Incentivo de Longo Prazo: deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Gestão de Pessoas. (vide item 13.1 c). 4. Benefícios: pesquisa de mercado.	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Participação por reunião: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os critérios utilizados para avaliar o desempenho dos administradores baseiam-se em indicadores financeiros e de qualidade. Entre estes indicadores financeiros, destacam-se o crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida, margem EBITDA ajustado e lucro líquido.

Além disso, com relação à parcela de remuneração voltada à atenção aos stakeholders da Odontoprev, são consideradas pesquisas de satisfação realizadas junto às empresas clientes, beneficiários e à rede credenciada de cirurgiões-dentistas.

Além dos indicadores financeiros e de qualidade, os administradores possuem metas individuais atreladas aos objetivos estratégicos da companhia.

Abaixo, a descrição de cada um dos itens de remuneração:

- I. Pró-labore: grau de responsabilidade da função, impacto no resultado.

8.1 Política ou prática de remuneração

II. Incentivo de curto prazo (bônus): indicadores financeiros e de qualidade para as metas anuais estabelecidas, trata-se de remuneração variável e tem como foco os resultados. Sua base de avaliação compreende:

- (a) Resultados da empresa: crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida e da margem EBITDA ajustado (vide composição no formulário de referência – item 2), e pesquisas de satisfação de empresas clientes, beneficiários e rede credenciada de cirurgiões-dentistas.
- (b) Resultados da diretoria: atrelados às metas de desempenho operacional junto às áreas, mensurados por ganhos de performance, otimização de processos, economia de escala.
- (c) Resultados individuais e das equipes de atendimento.

Não haverá pagamento do incentivo de curto prazo quando qualquer um dos resultados acima for inferior a 80% da meta.

O ciclo de pagamento do incentivo de curto prazo é anual com adiantamento semestral.

III. Incentivos de longo prazo:

- Programa de Incentivo de Longo Prazo:

A Companhia implementou em 2019 Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP ou ILP), o qual estabelece critérios para pagamento em bônus em dinheiro para a Administração. O Programa de Opção de compra de ações (Stock Options) segue vigente, sem outorgas desde 2016.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo compreende o alcance de metas corporativas relacionadas à métricas de resultado da empresa, com período de apuração de 3 anos.

- Outorga de opções (texto para Programa atual, encerrado em 2022 – não houve novas outorgas concedidas a partir de 2016):

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes. Como a outorga de opções de ações ao empregado está condicionada ao cumprimento de um período de três anos, tal valor é reconhecido no decorrer dos três anos estabelecidos como período de aquisição das opções de ações outorgadas.

As outorgas são propostas pelo Comitê de Gestão de Pessoas, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Faz parte do Plano de Opções da Companhia um número ainda modesto de colaboradores, cerca de 3,5% do total da empresa.

IV. Benefícios diretos e indiretos:

O plano de benefícios que contempla os Diretores consiste em Assistência Médica, Assistência Dental, Vale Refeição, Seguro de Vida, Vale Combustível, veículo designado e estacionamento.

8.1 Política ou prática de remuneração

Itens (ii) e (iii)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
ii) Razões que justificam a composição da remuneração	A remuneração de membros do Conselho de Administração Odontoprev é 100% fixa.	Garantir o equilíbrio entre curto, médio e longo prazo, alinhando os interesses de executivos e acionistas.	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Odontoprev é 100% fixa.	A remuneração dos membros dos comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas possui valor fixo por reunião.
iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica, uma vez que não há remuneração de administradores da Companhia suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de remuneração/benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	8	7	3	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.400.500,00	8.720.083,00	527.873,00	12.648.456,00
Benefícios direto e indireto	0,00	830.492,00	0,00	830.492,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.785.450,00	0,00	10.785.450,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.095.602,00	0,00	8.095.602,00
Descrição de outras remunerações variáveis		-		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.640.500,00	28.431.627,00	527.873,00	32.600.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	8	7	3	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.966.592,00	6.057.472,00	503.316,00	9.527.380,00
Benefícios direto e indireto	0,00	656.980,00	0,00	656.980,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.294.966,00	0,00	7.294.966,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	188.000,00	0,00	0,00	188.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.359.627,00	0,00	7.359.627,00
Descrição de outras remunerações variáveis		-		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.154.592,00	21.369.045,00	503.316,00	25.026.953,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	8	7	3	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.599.167,00	5.571.971,00	469.473,00	8.640.611,00
Benefícios direto e indireto	0,00	595.956,00	0,00	595.956,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.735.621,00	0,00	6.735.621,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	168.000,00	0,00	0,00	168.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.119.261,00	0,00	6.119.261,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.767.167,00	19.022.809,00	469.473,00	22.259.449,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	8	7	3	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.388.184,00	5.025.888,00	331.401,00	6.745.473,00
Benefícios direto e indireto	0,00	549.455,00	0,00	549.455,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.851.209,00	0,00	3.851.209,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.407.068,00	0,00	4.407.068,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.388.184,00	13.833.620,00	331.401,00	15.553.205,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	7	0	7,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
EM RELAÇÃO AO BONUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.888,00	0,00	5.888,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11.039,00	0,00	11.039,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7.360,00	0,00	7.360,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	7	0	7,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
EM RELAÇÃO AO BONUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.408,00	0,00	5.408,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.140,00	0,00	10.140,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.760,00	0,00	6.760,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7.295,00	0,00	7.295,00
EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	7	0	7,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
EM RELAÇÃO AO BONUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.895,00	0,00	4.895,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.179,00	0,00	9.179,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.119,00	0,00	6.119,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6.736,00	0,00	6.736,00

EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	7	0	7,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.323,00	0,00	3.323,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.230,00	0,00	6.230,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4.153,00	0,00	4.153,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.851,00	0,00	3.851,00
EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social seguinte, descreva:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais:

O plano consiste na concessão do direito de comprar ações da Companhia a preços de exercício e prazos ("vesting") pré-estabelecidos. O ganho potencial do participante será resultado da valorização da ação sobre o preço de exercício ("spread"). Ressalta-se, no entanto, que (i) não houve outorgas concedidas no âmbito do plano desde 2016; (ii) todas as opções existentes foram exercidas e/ou canceladas em 2022.

b) data de aprovação e órgão responsável

O plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2015.

c) número máximo de ações abrangidas:

O plano prevê que a diluição não exceda 5% do capital social total. O capital social total da Companhia é de 568.465.803 ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas:

O plano prevê que as opções de compra de ações outorgadas poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que, somado às outorgas já realizadas até o presente momento, não exceda 5% das ações da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

e) condições de aquisições de ações:

No momento da outorga os elegíveis ao programa receberam um determinado número de opções de ação que poderiam ser exercidas após 3 anos de carência para o exercício, podendo ser exercidas até, no máximo, 6 anos após a data de outorga.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de aquisição das opções outorgadas nos termos do plano foi determinado com base na média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção fora referenciada nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"), ponderada pelo volume de negociação, durante os dois meses anteriores ao da outorga da opção.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício:

O prazo de carência para exercício das opções era de 3 anos, sendo que as opções outorgadas tinham vigência de 6 anos após a data da outorga, até 2015, e vigência de 5 anos para outorgas a partir de 2016. Opções não exercidas até esta data perderam sua validade. Os critérios foram fixados de forma a incentivar a retenção de nossos administradores no longo prazo.

h) forma de liquidação:

O preço de exercício foi pago à Companhia, de uma única vez, com recursos próprios do Beneficiário, na data do registro das respectivas ações em nome do Beneficiário nos livros da instituição financeira depositária.

i) restrições à transferência das ações:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso), poderia impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, bem como restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo, ainda, reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Sem prejuízo do disposto no item acima, durante o prazo de 2 (dois) anos contados da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações adquiridas com o exercício de opções calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$N = 0,5 \times Q \times (1 - P_e/P_m)$$

onde:

N = quantidade de ações retidas para venda após 2 anos do exercício

Q = quantidade de opções/ações disponíveis para exercício

P_m = preço de mercado da ação na data de exercício

P_e = preço de exercício da opção

j) critérios e eventos que, quando verificados, acionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item abaixo. Se, a qualquer tempo durante a vigência do plano, o beneficiário:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, desde que o beneficiário o faça no prazo de 180 dias, a contar da data da sua aposentadoria, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(e) desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do

Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 360 dias, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Perda dos direitos durante o período de *vesting*.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	n/a	n/a	n/a	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	----
PREÇO MEDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	1	0	1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	n/a	n/a	n/a	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	----
PREÇO MEDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	13,03	0,00	13,03
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	13,03	0,00	13,03
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	1	0	1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	n/a	n/a	n/a	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	----
PREÇO MEDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	13,03	0,00	13,03
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	13,03	0,00	13,03
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	18,00
Nº de membros remunerados	0	5	0	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	n/a	n/a	n/a	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	----
PREÇO MEDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	12,55	0,00	12,55
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	10,79	0,00	10,79
Exercidas durante o exercício social	0,00	13,03	0,00	13,03

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a j.

Não aplicável. Não houve novas outorgas concedidas nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de outorgas para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Tomando em consideração que não havia outorgas em aberto ao final do último exercício social (2022), entendemos que este quesito não se aplica.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - 2020	Diretoria	Conselho de Administração
b. n° total de membros	7,17	7,83
c. n° de membros remunerados	5,17	0,00
d. número de ações	65.338	0
e. preço médio ponderado de exercício	R\$13,03	0
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$15,40	-
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 154.851,06	-

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - 2021	Diretoria	Conselho de Administração
b. n° total de membros	7,00	8,00
c. n° de membros remunerados	1,00	0,00
d. número de ações	0	0
e. preço médio ponderado de exercício	0	0
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - 2022	Diretoria	Conselho de Administração
b. n° total de membros	7,17	7,00
c. n° de membros remunerados	1,00	1,00
d. número de ações	0	0
e. preço médio ponderado de exercício	0	0
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Nos três últimos exercícios sociais (2022, 2021 e 2020), não houve, por parte da Odontoprev, entrega de ações como remuneração diretamente aos beneficiários. De mesmo modo, não há previsão deste tipo de remuneração para o exercício social corrente (2023). Portanto, o presente requisito não se aplica.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos três últimos exercícios sociais (2022, 2021 e 2020), não houve, por parte da Odontoprev, outorga de ações do conselho de administração e diretoria estatutária. De mesmo modo, não há previsão, para o exercício social corrente (2023), de outorga desta espécie de ações. Portanto, o presente requisito não se aplica.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12- Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) Modelo de precificação:

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes.

Como a outorga de opções de ações ao empregado está condicionada ao cumprimento de um período de três anos, tal valor é reconhecido no decorrer dos três anos estabelecidos como período de aquisição das opções de ações outorgadas. Ressalta-se, no entanto, que (i) não houve outorgas concedidas no âmbito do plano desde 2016 até o presente exercício (2023); e (ii) todas as opções previamente existentes foram expiradas em 2022; e (iii) não há, para o futuro breve, previsão para novas outorgas no âmbito do plano.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

As definições do Plano assim como suas premissas de cálculo do modelo de precificação das opções, encontram-se nas tabelas abaixo.

Vale destacar, assim como mencionado no item acima, de que não há Plano aberto, desde o outubro/2022, apesar de continuar vigente:

			Outorgas concedidas	
Definições do Plano			1ª e 2ª (2007 a 2014)	3ª a 12ª (2015 em diante)
Preço de exercício	Correção por IGPM da Fundação Getúlio Vargas, deduzidas as remunerações aos acionistas. Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário.		Correções e deduções deixam de ser aplicadas. Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário.	
Período de vesting (permanência do beneficiário na Companhia)	3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga		3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga	
Prazo máximo para exercício	6 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado		5 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado	
Lock-up (período de vedação de negociação)	3 anos a partir da data do exercício da opção		2 anos a partir da data do exercício da opção	

										Outorgas		Volatilidade esperada (%)	Valor justo unitário do benefício na outorga (R\$)	
										Original	Após desdobramentos (split)*		Original	Após
Nº	Ano	Data da aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	Preço de exercício	Preço de mercado	Quantidade	Preço de exercício	Preço de mercado	Taxa livre de risco (%)			
1ª	2007	02/06/2007	DP	CA	221.659	44,85	53,79	2.862.308	3,74	4,48	11,30	33,50	20,18	1,68
2ª	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	45,16	4.241.328	2,70	3,82	11,40	24,30	19,72	1,64
3ª	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	24,30	3.060.024	1,47	2,03	9,30	40,60	14,17	1,18
4ª	2010	11/06/2010	CGP	CA	698.707	12,63	16,88	2.096.121	4,31	5,63	4,00	26,60	7,00	2,33
5ª	2011	20/09/2011	CGP	CA	593.815	20,87	26,20	1.751.445	6,96	9,40	5,20	30,10	12,23	4,41
6ª	2012	20/09/2012	CGP	CA	1.608.097	8,22	11,60	1.608.097	8,22	11,60	0,40	36,10	5,01	5,01
7ª	2013	20/09/2013	CGP	CA	3.000.000	7,44	9,25	3.000.000	7,44	9,25	5,10	36,20	3,88	3,88
8ª	2014	25/02/2014	DP	CA	238.497	7,30	8,70	238.497	7,30	8,70	5,70	33,40	3,25	3,25
9ª	2015	26/05/2015	CGP	CA	2.679.387	10,79	11,31	2.679.387	10,79	11,31	12,90	26,20	4,43	4,43
10ª	2015	19/11/2015	CGP	CA	2.572.186	9,81	10,18	2.572.186	9,81	10,18	15,40	27,30	4,29	4,29
11ª	2016	01/07/2016	CGP	CA	382.680	11,41	13,55	382.680	11,41	13,56	12,20	26,50	6,03	6,03
12ª	2016	26/10/2016	DP/CGP	CA	2.888.498	13,03	12,35	2.888.498	13,03	12,35	11,40	26,20	4,04	4,04
										27.185.181				

DP = Diretor Presidente / CGP = Comitê de Gestão de Pessoas / CA = Conselho de Administração.
¹ Nas sete primeiras outorgas Rensil Luiz Zeneff (ex DP desde 01 de abril de 2014 e Presidente CA até 02 de abril de 2018) foi voluntariamente não beneficiário.
*Desdobramentos (split) de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.
¹ Estimativa com base no modelo de valuation de opções Black & Scholes.

8.12 Precificação das ações/opções

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O prazo de carência para exercício das opções é de 3 anos, sendo que as opções outorgadas terão vigência de 6 anos após a data da outorga, até 2015, e vigência de 5 anos para outorgas a partir de 2016. Tal característica foi incorporada no modelo de precificação de forma que utilizamos o prazo de 4,5 anos como o tempo no qual a opção seria exercida.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada:

Usada a volatilidade histórica referente a pregões anteriores à data de cada uma das outorgas.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

A totalidade das características da opção tomadas em conta para a precificação foram mencionadas anteriormente.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13- Informação, por órgão, sobre as participações detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

POSIÇÃO ACIONÁRIA DA ODONTOPREV EM 31/12/2022	Quantidade de ações ordinárias	(%)
Total	568.465.803	100,000%
Administradores	1.376.495	0,242%
Conselho de Administração	23.896	0,004%
Diretoria Estatutária	1.352.599	0,238%
Conselho Fiscal	-	-

8.14 Planos de previdência

8.14- Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

a) Órgão

A Odontoprev não tem plano de previdência.

b) Número total de membros

A Odontoprev não tem plano de previdência.

c) Número de membros remunerados

A Odontoprev não tem plano de previdência.

d) Nome do plano

A Odontoprev não tem plano de previdência.

e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

A Odontoprev não tem plano de previdência.

f) Condições para se aposentar antecipadamente

A Odontoprev não tem plano de previdência.

g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.

A Odontoprev não tem plano de previdência.

h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

A Odontoprev não tem plano de previdência.

i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Odontoprev não tem plano de previdência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7	7	7	8	8	8	3	3	3
Nº de membros remunerados	7	7	7	8	8	8	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	7.899.319,00	6.728.409,00	4.032.349,00	456.824,00	412.896,00	177.290,00	167.772,00	156.491,00	110.467,00
Valor da menor remuneraçãoReal	7.899.319,00	1.826.572,00	1.245.114,00	370.824,00	324.896,00	177.290,00	167.772,00	156.491,00	110.467,00
Valor médio da remuneraçãoReal	7.899.319,00	2.717.544,00	1.929.375,00	394.324,00	345.896,00	177.290,00	167.772,00	156.491,00	110.467,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2020	O cálculo do valor de menor remuneração do ano exclui membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	A partir de ABR/21 conselheiros membros de comitês passaram a receber remuneração variável por reuniões em comitê.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16- Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Odontoprev não mantém arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

ÓRGÃO (%)	2020	2021	2022	2023
Conselho de Administração	75,0	75,0	75,0	75,0
Diretoria Estatutária	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Fiscal	0,0	0,0	0,0	0,0

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável, haja vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Odontoprev não adotou ou adota esta conduta na sua política de remuneração.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Diretoria Estatutária	21.369	19.023
Pró-labore	6.057	5.572
Benefícios	657	596
Bônus	7.295	6.736
ILP	7.360	6.119
Conselho de Administração	3.155	2.767
Pró-labore	3.155	2.767
Conselho Fiscal	503	469
Pró-labore	503	469
	25.027	22.259

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002100		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES ASSOCIADOS	Jurídica	52.803.244/0001-06	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
20/04/2022	20/04/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria externa das demonstrações financeiras			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O valor dos honorários de auditoria em 2022 foi de R\$1.098.747, sendo R\$1.000.000 para Odontoprev e R\$98.747 para a Brasilidental. Em adição, o valor dos honorários referentes a serviços extra-auditoria totalizaram R\$299.897 em 2022.			
Justificativa da substituição			
Alinhamento com a auditoria do Grupo Controlador			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia não possui política para contratação de serviços extra auditoria. Porém, há um processo interno em que toda contratação de serviços que não se enquadre no objeto principal de revisão das demonstrações financeiras, precisará da aprovação prévia do Comitê de Auditoria. Ademais, a empresa de auditoria contratada passa todos os novos serviços por uma revisão interna de conflito de interesses.

O controlador, por sua vez, é notificado trimestralmente acerca dos serviços contratados, a fim de atender a Norma Corporativa de Contratação de Empresa de Auditoria Independente – nº 05.1190 (norma interna).

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 2022 não houve troca de auditor, apenas a renovação de contrato, de modo que desde 2021, a KPMG é a auditoria responsável.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	76	66	1	1	40
Não-liderança	805	299	2	5	431
TOTAL = 1.726	881	365	3	6	471

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	3	126	6	31	0	0	18
Não-liderança	14	821	105	550	2	0	50
TOTAL = 1.726	17	947	111	581	2	0	68

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	8	132	44
Não-liderança	485	911	146
TOTAL = 1.726	493	1043	190

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	25	0	141	1	17
Não-liderança	5	467	2	990	33	45
TOTAL = 1.726	5	492	2	1131	34	62

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	5	0	0	0	0
Nordeste	230	86	1	5	170
Centro-Oeste	2	0	0	0	0
Sudeste	597	239	1	1	293
Sul	17	8	1	0	8
Exterior	30	32	0	0	0
TOTAL = 1.726	881	365	3	6	471

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	1	3	0	0	0
Nordeste	0	148	45	295	1	0	3
Centro-Oeste	0	2	0	0	0	0	0
Sudeste	16	765	65	281	1	0	3
Sul	1	31	0	2	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	62
TOTAL = 1.726	17	947	111	581	2	0	68

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	4	1
Nordeste	154	304	34
Centro-Oeste	0	2	0
Sudeste	315	670	146
Sul	5	22	7
Exterior	19	41	2
TOTAL = 1.726	493	1043	190

10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica):

Posição em 31 de dezembro de 2022	Apoio	Suporte	Especialista	Total Geral
Nordeste	14		1	15
Sudeste	22	3	2	27
Sul	1			1
	37	3	3	43

Todos os anos o México não é contemplado no número de terceirizados.

c. índice de rotatividade 2022

27,2%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável:

A política de remuneração dos colaboradores da Odontoprev busca recompensar adequadamente as responsabilidades de cada profissional, considerando resultados individuais e coletivos.

A composição da remuneração inclui (i) salário fixo mensal, (ii) benefícios, (iii) incentivo de curto prazo (Programa de Participação nos Resultados/Bônus), e (iv) incentivo de longo prazo (baseado em resultados e na performance da empresa, em um período de três anos).

A política de remuneração da Odontoprev baseia-se em pesquisas de mercado, conduzidas por consultorias de renome na área de recursos humanos, e compara nosso pacote de remuneração com empresas pré-selecionadas de mesmos níveis de faturamento, porte e similaridade com o segmento de atuação da Companhia.

A parcela fixa da remuneração é baseada nos cargos ocupados e agrupados conforme a complexidade de suas atividades e grau de responsabilidade. Para cada cargo é estabelecida uma faixa salarial que identifica os valores mínimos, máximos e médios obtidos através da pesquisa de mercado. Além disso, a Odontoprev concede reajustes salariais individuais por mérito ou promoção, considerando o desempenho do colaborador.

As faixas salariais são atualizadas uma vez ao ano, conforme percentual determinado em convenção coletiva da categoria, aplicando-se à tabela salarial.

A variável de curto prazo aplica-se a todos os colaboradores, através do Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), e considera o desempenho coletivo e individual. As metas corporativas e individuais são definidas anualmente e apuradas ao final de cada exercício. O pagamento é dividido em 2 etapas, adiantamento e parcela final. O atingimento mínimo de 80% em cada uma das categorias (corporativa e individual) possibilita ao colaborador um ganho adicional, conforme seu nível na estrutura de cargos. O Programa de Participação nos Resultados é acordado e homologado junto às entidades sindicais representativas e todas as regras são negociadas e divulgadas. As metas da empresa são definidas por 3 indicadores: Crescimento, Eficiência e Satisfação, que norteiam, por sua vez, as metas individuais.

No caso da alta administração, a remuneração é aprovada pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Conselho de Administração. Não se aplica o Programa de Participação nos Resultados, mas sim o pagamento de Bônus, seguindo regras idênticas.

Os objetivos da política de remuneração da Odontoprev são:

- Alinhar objetivos dos colaboradores e acionistas;
- Garantir a competitividade com o mercado na atração e retenção de profissionais; e
- Equilibrar os objetivos de curto, médio e longo prazo.

Os componentes da remuneração são:

1. Remuneração fixa mensal: relacionada ao escopo da função, atribuições e responsabilidades do cargo;
2. Participação nos resultados ou bônus: relacionada ao desempenho e resultados alcançados no ano; e
3. Incentivo de longo prazo: relacionado ao desempenho diferenciado e a retenção de profissionais-chave e estratégicos para a organização.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

b. política de benefícios

Os benefícios são compatíveis com as práticas de mercado, os quais a Companhia compara e atualiza de acordo com pesquisas de remuneração.

Os benefícios proporcionados aos colaboradores são: (i) assistências médica e odontológica, (ii) seguro de vida, (iii) vale transporte, (iv) auxílio refeição, (v) auxílio alimentação, (vi) despesas com estacionamento, (vii) auxílio-creche e (viii) demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho. Além disso, os membros da alta administração têm à disposição carro para uso profissional.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

As informações abaixo referem-se ao período de janeiro a outubro/2022, quando o Programa de Outorga de Opções estava vigente. Do dia 28 de outubro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, não havia plano.

i. grupos de beneficiários

Gestão estratégica ou superior.

ii. condições para exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gestão de Pessoas, conforme o caso, e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

iii. preços de exercício

Não houve.

iv. prazos de exercício

Até outubro de 2022.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nenhuma ação foi comprometida pelo plano, pois não houve exercício.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

73.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nos últimos três anos, a Companhia não possuiu empregados sindicalizados, sendo que o Sindicato Único dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Osasco e Região (SUEESSOR) representa a principal categoria na celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho da Odontoprev. O Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (SINOG) é o sindicato patronal da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas anteriormente.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

A presente Política de Transações com Partes Relacionadas apresenta as regras visando assegurar que todas as decisões e transações envolvendo partes relacionadas sejam transparentes aos seus acionistas e ao mercado em geral, estejam em conformidade com as leis, normas regulamentares, Estatuto Social da Odontoprev e políticas internas; e estejam alinhadas aos interesses da Companhia.

Esta Política observou o(s)/a(s): (i) Estatuto Social da Companhia; (ii) Código de Conduta Ética da Odontoprev; (iii) Prática de Transações com Partes Relacionadas da Controladora; (iv) Lei das Sociedades por Ações; (v) Normas da Comissão de Valores Mobiliários que dispõem sobre o assunto; (vi) Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 05, 35 e 45; (vii) Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A.; (viii) melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pelo mercado; e (ix) recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

As operações entre a Companhia e suas partes relacionadas (Controladas e Coligadas) são formalizadas em contratos de naturezas distintas cujos valores, prazos e taxas são negociados e aplicados em condições de mercado, ou seja, de forma similar aos contratos com partes não relacionadas. Tais operações consistem principalmente em contratos de prestação de serviços odontológicos e administrativos, além da aquisição de materiais odontológicos.

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, do qual a Bradesco Saúde, acionista da Odontoprev, faz parte.

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos odontológicos com o Banco Bradesco, contratou-o como agente escriturador de suas ações e iniciou operações com a Bradesco Capitalização S.A.

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

Os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções, conforme o Plano de opção de compra de ações da Companhia.

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades. O programa de opção de compra de ações (stock options) segue vigente.

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros da Diretoria da Bradesco Seguros.

11.1 Regras, políticas e práticas

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

Para mais informações a respeito da Política de Transação com Partes Relacionadas, acessar o site: <https://ri.odontoprev.com.br/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	4.342.003,47	0,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Contraprestações a receber					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco Bradescard S.A.	31/12/2022	3.365.893,86	0	0	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa de comissões					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2022	618.907,07	0	0	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Serviços administrativos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Bradesco Capitalização S.A.	31/12/2022	1.047.453,26	0	0	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Títulos de capitalização - ativo					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	31/12/2022	23.654,92	0,00	0,00	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Materias e serviços odontológicos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Mediservice Operadora de Planos de Saúde S/A.	31/12/2022	378.092,47	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Taxa de Administração					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	771.561.595,31	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Aplicações Financeiras - Vinculadas a ANS e livres					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	31/12/2022	14.552.553,17	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Material e serviços odontológicos					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Bradesco Saúde S/A	31/12/2022	12.244.230,05	0	0	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista direto da empresa					
Objeto contrato	Despesa com assistência médica para os funcionários					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Bradeseg Promotora de Vendas S/A.	31/12/2022	13.739.731,39	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através do Bradesco Seguros					
Objeto contrato	Despesas de Comissões					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	0,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Direto.					
Objeto contrato	Assistência médica para os funcionários					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Bradesco Vida e Previdência S/A.	31/12/2022	340.152,26	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa com seguro de vida para Funcionários					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco S.A.	31/12/2022	323.000,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa com administração de aplicações					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	317.227,06	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Prestação de serviço de escrituração de Janeiro a Dezembro de 2022					
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	2.822.004,57	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa com tarifa bancária					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco S.A.	31/12/2022	281.952,84	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa de aluguel - Sucursais					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Banco Bradesco Cartões S.A.	31/12/2022	2.457.212,08	0,00	0,00	Prazo indetrmnado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Despesa com viagens e estádias - Diretoria e funcionários					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Fundação Bradesco	31/12/2022	0,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através do Banco Bradesco					
Objeto contrato	Despesa com doação					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	51.947.729,42	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contraprestações Emitida - Receita					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco Bradesco S.A.	31/12/2022	76.920.553,13	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					
Objeto contrato	Receitas de aplicações financeiras					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco Bradesco Cartões S.A.	31/12/2022	0,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto através da Bradesco Saúde S/A					
Objeto contrato	Viagens e estadias - Diretoria e Funcionários					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2022	60.404.757,33	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos.					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Bradesco Auto RE Companhia de Seguros	31/12/2022	31.636,45	0	0	Prazo Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S/A					
Objeto contrato	Despesa com seguro de responsabilidade civil e seguro fiança.					
Garantia e seguros	0					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Bradesco Vida e Previdência S/A.	31/12/2022	0,00	0	0	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S/A.					
Objeto contrato	Fornecedor de serviço - Seguro de vida para os funcionários.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	31/12/2022	574.013,02	0	0	Prazo indetrmnado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Materias odontologicos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2022	10.008.861,50	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Despesas administrativas advindas de serviços odontológicos					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Clídec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clídec)	31/12/2022	25.308.372,55	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos.					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Easy Software Ltda. (Easy)	31/12/2022	50.487,32	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesas administrativas advindas de serviços odontológicos					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	31/12/2022	138.771,26	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
Banco Bradesco S/A.	31/12/2022	834.246,14	0,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S/A					
Objeto contrato	Depósito em conta corrente, aplicações remuneradas, serviço esse prestado pela parte relacionada.					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Extinção e/ou falência					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial de prestação de serviços bancários					
Posição contratual do emissor	Credor					
Bradescor Corretora de Seguros Ltda	31/12/2022	58.948,11	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa de Comissões					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Devedor					
BOUTIQUE DENTAL LTDA. (BOUTIQUE DENTAL)	31/12/2022	1.744.264,86	00	00	Prazo indeterminado	000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Serviços administrativos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					
BOUTIQUE DENTAL LTDA. (BOUTIQUE DENTAL)	31/12/2022	41.119,76	00	00	Prazo indeterminado	00
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor					
Objeto contrato	Materiais odontológicos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia, através de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, possui processos estruturados para evitar situações em que nossas ações e decisões sejam influenciadas pelo interesse pessoal e conflitem ou possam conflitar com os interesses do Grupo Odontoprev ou de seus clientes, parceiros, fornecedores e acionistas, ou possam gerar danos à imagem e reputação.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre Partes Relacionadas são efetuadas em valores, taxas e prazos usuais de mercado ou de negociações anteriores, em condições de comutatividade. A Administração possui uma estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares àquelas que poderiam ser estabelecidas com partes não relacionadas. Caso ocorram violações, as mesmas serão encaminhadas ao Comitê de Apuração e Ética, que irá deliberar e adotar as penalidades cabíveis.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
05/04/2023		851.016.554,14
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
552.495.663	0	552.495.663

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil

A Companhia somente possui ações ordinárias emitidas no Brasil, não detendo nenhum outro valor mobiliário

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. sob o código “ODPV3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia possui apenas negociação de seus valores mobiliários em seu país de origem.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia somente possui ações ordinárias emitidas no Brasil, não detendo nenhum outro valor mobiliário

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(Valores consolidados em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor nos últimos três anos.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Rodrigo Bacellar Wuerkert
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Roberto Borges Pacheco
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente



Barueri/SP, 29 de maio de 2023.

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor Presidente.

Eu, **Rodrigo Bacellar Wuerkert**, na qualidade de Diretor Presidente da Odontoprev S.A. ("Companhia"), declaro que: (i) revi o Formulário de Referência da Companhia referente ao exercício social de 2022 ("Formulário"); (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Rodrigo Bacellar Wuerkert
Diretor Presidente

Odontoprev
Alameda Araguaia, 2104 - 21º andar
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06455-000.
Tel: (55 11) 4878-8893
www.odontoprev.com.br

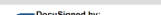




13.1 Declaração do diretor presidente

Certificado de Conclusão		
Identificação de envelope: 15112D341B504FE19ED9B8A227FC3F01		Status: Concluído
Assunto: Declaração do Presidente_Formulário de Referência		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 5	Rubrica: 0	Secretaria de Governança Odontoprev S.A.
Assinatura guiada: Ativado		Alameda Araguaia, nº 2104 - 21º Andar - Alphaville
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado		Barueri, São Paulo 06455-000
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		secretariagovernanca@odontoprev.com.br
		Endereço IP: 189.56.5.101

Rastreamento de registros		
Status: Original	Portador: Secretaria de Governança Odontoprev	Local: DocuSign
26/05/2023 17:36:48	S.A.	
	secretariagovernanca@odontoprev.com.br	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Rodrigo Bacellar rodrigo.bacellar@odontoprev.com.br A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  090F5B7AF922443... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 177.138.215.203 Assinado com o uso do celular	Enviado: 26/05/2023 17:37:57 Visualizado: 27/05/2023 08:53:51 Assinado: 27/05/2023 08:54:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 27/05/2023 08:53:51
ID: 1ac5d54d-81ed-4272-a745-c71e35f093db

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	26/05/2023 17:37:57
Entrega certificada	Segurança verificada	27/05/2023 08:53:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	27/05/2023 08:54:10
Concluído	Segurança verificada	27/05/2023 08:54:10
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor presidente

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Odontoprev S/A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

13.1 Declaração do diretor presidente

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Odontoprev S/A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Odontoprev S/A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Odontoprev S/A.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Odontoprev S/A.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

13.1 Declaração do diretor presidente

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

13.1 Declaração do diretor presidente

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Odontoprev S/A. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Odontoprev S/A. durante o curso do meu relacionamento com você.

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Barueri/SP, 29 de maio de 2023

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor de Relações com Investidores (DRI)

Eu, **José Roberto Borges Pacheco**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Odontoprev S.A. ("Companhia"), declaro que: (i) revi o Formulário de Referência da Companhia referente ao exercício social de 2022 ("Formulário"); (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

José Roberto Borges Pacheco

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Odontoprev
Alameda Araguaia, 2104 - 21º andar
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06455-000.
Tel: (55 11) 4878-8893
www.odontoprev.com.br





13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Certificado de Conclusão		
Identificação de envelope: 2FA8BB1A76AA4590848820BCC3928BC1		Status: Concluído
Assunto: Declaração do DRI - Formulário de Referência		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 5	Rubrica: 0	Secretaria de Governança Odontoprev S.A.
Assinatura guiada: Ativado		Alameda Araguaia, nº 2104 - 21º Andar - Alphaville
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado		Barueri, São Paulo 06455-000
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		secretariagovernanca@odontoprev.com.br
		Endereço IP: 189.56.5.101

Rastreamento de registros		
Status: Original	Portador: Secretaria de Governança Odontoprev S.A.	Local: DocuSign
26/05/2023 17:31:10	secretariagovernanca@odontoprev.com.br	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Roberto Borges Pacheco pacheco@odontoprev.com.br Diretor Financeiro Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 189.120.73.249 Assinado com o uso do celular	Enviado: 26/05/2023 17:36:29 Visualizado: 26/05/2023 17:37:03 Assinado: 26/05/2023 17:37:32

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 26/05/2023 17:37:03
ID: 17b30f34-751a-4af5-bb01-2274f6fd1fab

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	26/05/2023 17:36:29
Entrega certificada	Segurança verificada	26/05/2023 17:37:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	26/05/2023 17:37:32
Concluído	Segurança verificada	26/05/2023 17:37:32
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Odontoprev S/A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Odontoprev S/A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Odontoprev S/A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Odontoprev S/A.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Odontoprev S/A.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Odontoprev S/A. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Odontoprev S/A. durante o curso do meu relacionamento com você.